

**n. 14 2019**

**SOUZA EAD**  
**Revista Acadêmica Digital**



**Periodicidade - Mensal**



## INDICE

<b>Editorial</b>	<b>03</b>
<b>Política Nacional de Assistência Social</b> Aquino Neta, Ana Maria de Oliveira. Págs. 4 – 18	<b>04</b>
<b>Ressignificação da Capoeira: Da Marginalidade ao Contexto Educacional</b> Silva, Antonio Jair de Sousa. Págs. 19 – 33	<b>19</b>
<b>Assédio Moral nos Recursos Humanos das Organizações Públicas</b> Machado, Camila Cavalca Lucio. Págs. 34 – 43	<b>34</b>
<b>Os Sintomas Segundo a Teoria Psicanalítica de Freud</b> Santos, Givaldo Dantas dos. Págs. 44 – 58	<b>44</b>
<b>Inclusão Escolar: A Escola de Portas Abertas A Inclusão para Todos</b> Amorim, Hilda Dantas de. Págs. 59 – 69	<b>59</b>
<b>Gestão Eletrônica – Em Busca de Uma Gestão Transparente no Uso dos Recursos Públicos.</b> Tavares, Ivair. Págs. 70 – 79	<b>70</b>
<b>O Serviço Público na Era Tecnológica da Informação e Comunicação.</b> Silva, Jackson Alexsandro da. Págs. 80 – 92.	<b>80</b>
<b>Artigo: Desenvolvimento Profissional dos Professores: Novos Desafios da Escolaridade.</b> Silva, Késsia Barbosa da. Págs. 93 – 102	<b>93</b>
<b>Artigo: A Ressocialização do Apenado Frente as Políticas Públicas Aplicadas pelo Sistema Carcerário Brasileiro.</b> Oliveira, Leidiel Araújo de. Págs. 103 – 120.	<b>103</b>
<b>Artigo: As Contribuições da Neuropsicopedagogia para a Inclusão e Desenvolvimento de Alunos Especiais na Sala de Aula Regular: Desafios e Possibilidades.</b> Rocha, Luzimeire Soares. Págs. 121 – 132	<b>121</b>

## **EDITORIAL**

### **O INVESTIMENTO EM CURSOS DE GRADUAÇÃO, CAPACITAÇÃO E PÓS-GRADUAÇÃO COMO DIFERENCIAL NO MERCADO DE TRABALHO.**

**Investir na formação pessoal nunca esteve “tão em alta”, diante do competitivo mercado de trabalho onde há pouca oferta e cada vez mais exigência em relação à qualificação do candidato a uma vaga, seja ela em que setor for.**

**Atualmente, mesmo para as vagas mais simples, há uma exigência maior em relação à qualificação profissional, assim, é de extrema importância o investimento em formação pessoal, seja em cursos de graduação, capacitação ou pós-graduação como diferencial na busca por um emprego novo ou para melhoria salarial no trabalho atual.**

**Para pessoas que não possuem uma graduação, é imprescindível a busca em fazê-la, não importa a idade, mesmo pessoas mais maduras devem investir em sua formação, pois o perfil do mercado de trabalho está mudando e a cada dia existem, mais empresas interessadas em contratar pessoas com mais de cinquenta anos para ocuparem vagas, com bons salários.**

**Aqueles que já possuem uma graduação, a formação continuada é uma excelente opção, tanto em cursos de capacitação profissional quanto em cursos de pós-graduação, seja para mudança de um emprego para outro melhor, para conseguir um emprego ou até mesmo para promoções ou melhoria salarial no trabalho atual.**

**Além da questão profissional, o investimento nos estudos é fator de satisfação pessoal, além de proporcionar crescimento em termos de conhecimentos, o mundo acadêmico é extremamente benéfico para garantir convívio com pessoas inteligentes, capacitadas, o que viabiliza uma saudável e proveitosa troca de conhecimentos.**

**Investir em formação pessoal tem sido um dos pontos fortes do século XXI, por isso a Faculdade Souza está a cada dia inovando, oferecendo cursos de capacitação de alto nível, cursos de pós-graduação “antenados” com as exigências do mercado de trabalho e em 2020, cursos de graduação que seguirão os mesmos padrões de qualidade. Seja um vencedor, invista em sua formação continuada e transforme o seu futuro em sucesso!**

**Marcos Alexandre de Souza  
Diretor Geral da Faculdade Souza**

# POLÍTICA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Aquino Neta, Ana Maria de Oliveira<sup>1</sup>

## RESUMO

Este artigo discute sobre a Política Nacional de Assistência Social (PNAS), buscando compreender todo o processo desta política pública de garantia de direitos, objetivando – se a conhecer a construção dessa política e a sua importância e materialização como sistema de proteção social no Brasil. Apresentamos uma síntese sobre o percurso histórico e o processo de institucionalização da Assistência Social; Outro ponto a ser destacado é a relevância de cada ente neste processo, desde o Estado brasileiro, representando nesse contexto o poder público, seja ele federal, estadual ou municipal, cada um destes com o seu compromisso de formular políticas e realizar ações e atividades que possibilitem e promovam a proteção para a população que se encontra em situação de vulnerabilidade, possibilitando a esta alcançar uma situação de plena cidadania, bem como de garantia de direitos. Elaborou-se o presente artigo através de uma pesquisa qualitativa, exploratória e documental, com procedimentos bibliográficos, as pesquisas aqui apresentadas nos possibilitou uma visão ampla da temática abordada.

**Palavras-chave:** Avaliação institucional. Política nacional de assistência social. Políticas públicas. Gestão.

## INTRODUÇÃO

A política Nacional de Assistência Social, a partir da Constituição Federal de 1988 regulamentada pela Lei nº 8.742 de 07 de dezembro de 1993, intitulada Lei Orgânica de Assistência Social, mudou totalmente a forma e a conceituação da política no Brasil. A garantia dos direitos assegurados nos artigos 203 e 204, instituindo benefícios, serviços, programas e projetos de enfrentamento a exclusão social, fez toda a diferença, podemos considerar histórico esse momento da Assistência Social, passando a ser único, portanto, destacamos a expansão da política em questão que tem se revelado de larga relevância, no sentido da sua legitimação como política pública de responsabilidade estatal, apresentando avanços em termos jurídico-normativos e na constituição de uma nova institucionalidade, respaldada em um intenso processo de regulamentação da área (Brasil - PNAS/2004).

Na atual conjuntura brasileira, a política pública de assistência social se consolida como sistema unificado de enfrentamento da pobreza e de acesso às políticas

---

<sup>1</sup> Graduanda do Curso de Pós-Graduação em Gestão de Projetos e Programas Sociais

setoriais”, trazendo, como proposta de ações sócio-interventivas, a garantia do direito de viver em família e em comunidade, objetivando, supostamente, preservar e/ou resgatar os vínculos familiares e comunitários (MELO, D’ARC, 2012).

De acordo com Pereira (2010) com a aprovação da PNAS (PNAS, 2004), inicia-se o processo de configuração do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) usando como referência o modelo do Sistema Único de Saúde (SUS). Sendo assim outros pontos de destaques centrais relacionados à construção do sistema é a utilização da categoria de território como fundante das possibilidades expressas pelos princípios da Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS, 1993, artigo 4) "de acessibilidade, da garantia de universalidade, da supremacia do atendimento às necessidades sobre exigências de rentabilidade econômica e de democratização" de informações sobre equipamentos, programas e critérios de concessão com vistas à proteção social de cidadania.

Portanto a aprovação da Política Nacional de Assistência Social (PNAS, 2004), da Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social (NOB-Suas, 2005, 2012) e da Norma Operacional Básica de Recursos Humanos (NOB-RH/SUAS, 2010) é um marco expressivo desse “choque de gestão” (BEHRING, 2011, pg. 86) que se realiza na Política de Assistência Social. Frente ao tema, o presente trabalho tem como questão de estudo conceituar esta política usando como diretriz a necessidade de cada vez mais institucionalizar esta, como garantia de direitos.

## **BREVE PERCURSO HISTÓRICO SOBRE A POLÍTICA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL**

Desde os tempos do Brasil Colônia, a sociedade brasileira é pontilhada de lutas e movimentos sociais contra a dominação, a exploração econômica, e mais recentemente, contra a exclusão social. A memória histórica registra lutas de índios, negros, brancos e mestiços pobres que viviam nos vilarejos, e brancos pertencentes às camadas médias influenciadas pelas ideologias libertárias, contra a opressão dos colonizadores europeus (GOHN, 1992).

Para Benelli (2016) “apenas recentemente o Brasil passou a rumar para uma modernização da assistência a crianças pobres e suas famílias”. Ainda destaca que o maior indicativo disso pode ser verificado no atual processo de institucionalização estatal da política de Assistência Social, bem como na implementação de seus estabelecimentos institucionais, programas, projetos, serviços e benefícios, nos quais os psicólogos estão incluídos.

A elite dominante, ao ser constituída por burgueses que enriqueceram com a criação da indústria e com o trabalho fabril embasados em propostas humanistas e científicas

secularizadas, deu origem a práticas sociais de assistência próprias, do que se pode designar como sendo a filantropia benemerente, como afirmam (BENELLI E COSTA – ROSA, 2012).

De acordo com Coimbra & Nascimento, (2005) as difíceis condições de vida da classe trabalhadora e os inúmeros pobres os quais povoavam a periferia das cidades, tornou-se motivo de preocupação para os empresários industriais, que tornaram a oferecer auxílios a esses indivíduos, considerados como desvalidos da sorte.

Os homens de bem, proprietários, pais de família, membros respeitáveis da boa sociedade procuraram, por meio do aconselhamento, a moralização virtuosa da conduta individual e da educação para o trabalho por meio do próprio trabalho, transformando os pobres em trabalhadores operosos e em homens úteis para a sociedade (BENELLI E COSTA – ROSA, 2012).

Pereira (2010) ressalta que a aceleração do processo de industrialização gerava, portanto, a urgência necessária de adequação da mão de obra a uma nova lógica de regulação social. Surgindo nesse cenário as intervenções estatais, nesse tempo, não se voltavam para a garantia de direitos, mas para a construção das condições necessárias à implementação do capitalismo no Brasil (BEHRING; BOSCHETTI, 2007).

Enfatiza-se, porém, que as intervenções assistenciais iniciam-se calcadas no apoio da filantropia religiosa e vivenciavam, em relação a essa referência, uma ruptura com a pressão exercida pelo acirramento dos conflitos urbanos e a agudização da questão social, onde esse método doméstico não conseguia enfrentar as demandas do urbano no Brasil.

A construção do direito da Assistência Social é recente na história do Brasil. Durante muitos anos a questão social esteve ausente das formulações de políticas no país. O grande marco é a Constituição de 1988, chamada de Constituição Cidadã, que confere, pela primeira vez, a condição de política pública à assistência social, constituindo, no mesmo nível da saúde e previdência social, o tripé da seguridade social que ainda se encontra em construção no país. A partir da Constituição, em 1993 temos a promulgação da Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), no 8.742, que regulamenta esse aspecto da Constituição e estabelece normas e critérios para organização da assistência social, que é um direito, e este exige definição de leis, normas e critérios objetivos (LOAS, 1993).

Para expansão da Política da Assistência Social enquanto política pública e responsabilidade do Estado, que se conjurou no Brasil após a promulgação da Constituição Federal de 1988, juntamente com as demais políticas, sobretudo, as que constituem o tripé da seguridade - saúde, previdência e assistência, configurando assim um divisor de

águas no campo dos direitos sociais. Esse período é considerado de grande engajamento e pressão da sociedade civil no que concerne à discussão das políticas sociais, na qual se denotou uma ampla articulação dos movimentos sociais, principalmente no campo da Assistência Social (PEREIRA, 2010).

Lei inova ao afirmar para a Assistência Social seu caráter de direito não contributivo (independentemente de contribuição à Seguridade e para além dos interesses do mercado), ao apontar a necessária integração entre o econômico e o social e ao apresentar novo desenho institucional para a Assistência Social (YASBECK, 2006, pg.12).

Portanto esse novo desenho apresentado a partir desta institui que, cabe ao Estado e suas instituições consolidarem em rede uma política pública de direito, desvinculando e rompendo com práticas remotas de benemerência e filantropia já ultrapassadas e de sobremaneira ainda usada por alguns que não compreendem o verdadeiro sentido de política social.

### **POLÍTICA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (PNAS)**

A Política Nacional de Assistência Social de 2004, aprovada no Governo do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, institucionaliza a "centralidade na família" como direção para intervenção social pública (PNAS 2004). A PNAS (2004) ainda defende a consolidação da assistência social como política pública e direito social, exigindo o enfrentamento de importantes desafios.

IV Conferência Nacional de Assistência Social, realizada em dezembro/2003, em Brasília/DF, apontou como principal deliberação a construção e implementação do Sistema Único de Assistência Social – SUAS, requisito essencial da LOAS para dar efetividade à assistência social como política pública. (PNAS 2004, pg. 13).

Nessa direção, a presente Política Nacional de Assistência Social – PNAS busca incorporar as demandas presentes na sociedade brasileira no que tange à responsabilidade política, objetivando tornar claras suas diretrizes na efetivação da assistência social como direito de cidadania e responsabilidade do Estado (PNAS 2004).

Do ponto de vista da concepção de assistência social, é inegável que a institucionalidade do SUAS tenta retirar a assistência social do arcabouço da filantropia e cria diretrizes, critérios e forte arcabouço legal, antes inexistente e de difícil estruturação em uma nação federada, com fortes disparidades nacionais e locais. A definição conceitual de assistência como política de proteção social presente na PNAS e no SUAS amplia suas feições e funções ali determinadas, rompendo com a histórica nomenclatura até então existente (BOSCHETTI, TEIXEIRA E SALVADOR 2013, pg. 2)

A organização da Assistência Social tem suas diretrizes, baseadas na Constituição Federal de 1988 e na LOAS: Portanto a descentralização político administrativa, cabendo a coordenação e as normas gerais à esfera federal e a coordenação e execução dos respectivos programas às esferas estadual e municipal, bem como a entidades beneficentes e de assistência social, garantindo o comando único das ações em cada esfera de governo, respeitando-se as diferenças e as características sócioterritoriais locais.

Para Behring (2010a, pg. 167) depois de 20 anos da aprovação da LOAS, a implementação do SUAS traz uma série de inovações e avanços importantes: Entretanto, apesar de esse novo arcabouço teórico-normativo comportar uma série de importantes mudanças, não é isento de introduzir e/ou reproduzir conceitos conservadores, além de estar ausente um debate que abarque as determinações mais fundamentais da pobreza e da desigualdade social como estruturais da sociedade, cuja contradição fundamental se localiza na luta de classes.

A Assistência Social como política de proteção social configura-se como uma nova situação para o Brasil. Ela significa garantir a todos, que dela necessitam, e sem contribuição prévia a provisão dessa proteção. Esta perspectiva significaria apontar quem, quantos, quais e onde estão os brasileiros demandatários de serviços e atenções de assistência social. Numa nova situação, não dispõe de imediato e pronto à análise de sua incidência. (PNAS, 2004, pg.14)

No âmbito da consolidação da nova política de Assistência Social, na perspectiva do Sistema Único de Assistência Social - SUAS, o desenvolvimento de um Sistema Nacional de Informação da Assistência Social é fundamental para o aprimoramento da gestão, além da institucionalização das práticas de planejamento, monitoramento e avaliação do conjunto de ações, programas, serviços e benefícios da política assistencial, de forma a aumentar sua efetividade (PNAS, 2004).

Portanto, é importante considerar a incompletude da cidadania para os parâmetros do que se compreende por desigualdade, conformando uma separação entre os direitos relacionados à liberdade e os direitos vinculados à igualdade, o que ganha contornos de maior residualidade e insuficiência pelo atraso histórico em políticas orientadas pelo princípio da universalidade do acesso.

O desenvolvimento deste sistema pressupõe o conhecimento e a capacidade institucional e técnica das secretarias municipais, da rede constituída e das instâncias de controle social operado localmente (PNAS, 2004).

## **POBREZA E POLÍTICA SOCIAL**

Mauriel (2010) nos remete a entender em que lugar cada vez mais privilegiado a pobreza assume no debate sobre política social.



Possibilitando-nos compreender as formas adotadas para o enfrentamento da questão social, contudo usando de artifícios que impeçam a generalização dos direitos sociais. Portanto podemos visualizar o problema e compreender que a prioridade não está só na pobreza, enquanto categoria de análise para pensar as políticas sociais, mas na forma e no tratamento dado aos ditos pobres, que são renomeados por suas fragilidades, descontextualizados, des-historicizados, aparecendo no discurso tecnocrático reconstituído por um novo tipo de vigilância moral.

Telles (2001) nos confirma que existe sim, uma hipervalorização das análises técnicas da pobreza e as razões ultrapassam a busca da eficácia na implementação dos programas. "Trata-se de uma forma particular de desapropriação cultural, política e simbólica". Nesse contexto a questão social tem sido ressignificada pela ação instrumental e por meio de códigos de um "novo" economicismo "solidário" (MENEZES, 2007).

Portanto, a desigualdade e a pobreza têm duas dimensões dissociadas em sua análise: a pobreza de renda e a de capacidades. A dimensão considerada prioritária é de capacidades individuais para conduzir uma vida onde as necessidades básicas possam ser supridas.

A dissociação entre pobreza de renda e pobreza de capacidade permite ao autor focalizar o processo de desenvolvimento no indivíduo e não nas condições estruturais, pois primeiro deve-se obter liberdade (capacidades) para depois conseguir auferir renda no mercado. Embora diferentes, pobreza de renda e de capacidades são conexas, pois devemos aumentar capacidades que conduzam a um maior poder de auferir renda, e não 'dar' renda para aumentar as capacidades (MAURIEL, 2008a, pg. 102).

É importante ponderar a compreensão através de discussões sobre desigualdade, que tem duas dimensões principais a serem consideradas: a desigualdade econômica (de bens, de renda, de condições materiais efetivas), que traduz uma situação externa aos indivíduos, remete à estrutura; e a desigualdade de capacidades (de potencialidades ligadas às características das pessoas), onde o foco está naquilo que as pessoas podem realizar (SEN 2001).

A partir da PNAS (2004) surge uma visão social inovadora, dando continuidade ao inaugurado pela Constituição Federal de 1988 e pela Lei Orgânica da Assistência Social de 1993, pautada na dimensão ética de incluir os considerados invisíveis, os transformados em casos individuais, enxergando realmente como deve ser, enquanto de fato é parte de uma situação social coletiva; as diferenças e os diferentes, as disparidades e as desigualdades. Essa visão social de proteção, o que supõe conhecer os riscos, as vulnerabilidades sociais a que estão sujeitos, bem como os recursos com que conta para enfrentar tais

situações com menor dano pessoal e social possível. Isto supõe conhecer os riscos e as possibilidades de enfrentá-los (PNAS, 2004, pg.14).

Tudo isso significa que a situação atual para a construção da política pública de assistência social, precisa levar em conta três vertentes de proteção social: às pessoas, às circunstâncias, e dentre elas seu núcleo de apoio primeiro, isto é, a família. A proteção social exige a capacidade de 'maior aproximação possível do cotidiano da vida das pessoas, pois é neles que riscos, vulnerabilidades se constituem' (PNAS, 2004, pg.14).

Analisando essa perspectiva, as causas da pobreza aparecem desvinculadas dos seus determinantes estruturais, separando os indivíduos submetidos a essa condição de seus lugares no sistema produtivo priorizando o cotidiano, passando a assistência a constituir um atributo individual para aqueles que moralmente têm direito ou potencialidade para se capacitarem (MAURIEL, 2010).

Garantir acesso a renda e serviços sociais não apenas quanto a cobertura de riscos sociais, mas efetivando proteção por via contributiva e não contributiva a toda a população; atuar uniformemente de forma a reconhecer os direitos a todos os segmentos; realizar ofertas sob responsabilidade pública que substituam as proteções tradicionais, personalizadas, associadas à carência, baseadas na ajuda; enfrentar as situações de destituição e pobreza, sem abdicar dos objetivos de redução da desigualdade, equalização de oportunidades e melhoria das condições sociais de vida do conjunto da população (COLIN E JACCOUD 2013, pg.38).

O desafio de ampliar os direitos sociais universais, conforme impôs novas perspectivas: É preciso desafiar e ampliar os direitos sociais e universais.

Ainda segundo Colin e Jaccoud (2013, pg.37) a implementação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), "ancorado nas normativas de 2004 e 2005, que efetivamente ampliaram-se as bases operativas da política", portanto fortalece-se o fundamento federativo e suas responsabilidades protetivas.

Configura-se então que a população atendida pela assistência social é aquela que incomodam e são consideradas como potencialmente "protagonistas da violência". Por conseguinte, a ideologia burguesa se propaga, historicamente, no senso comum e na sua forma de fazer política, visivelmente apresentada na atualidade, estigmatizando os pobres como "perigosos" ou "violentos"; figuras da própria "degradação moral". (MELO, D'ARC, 2012).

## **SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL / GESTÃO SUAS**

A existência do SUAS foi formalizada pela lei 12435/2011, embora já estivesse sendo implementado nos entes federativos apoiados na Deliberação da IV Conferência Nacional de Assistência Social de 2003 e na Resolução do CNAS, que aprovou a Norma Operacional Básica de 2005, NOB-2005. Tais dispositivos inscrevem a política pública de assistência social e sua institucionalidade no interior do sistema federativo brasileiro, com a responsabilidade de Estado em garantir determinadas seguranças sociais no âmbito da proteção social pública. A responsabilidade é exercida pelos entes federativos que compõem o poder público brasileiro: a União, os Estados da federação, o Distrito Federal e os Municípios (SPOSATI, 2015).

Portanto foi realizado em um pacto entre os entes federativos e em 2006 foi aprovada a Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do Sistema Único de Assistência Social – NOB-RH/SUAS (NOB-RH, 2006). Enquanto Política de Proteção Social, a Assistência Social deve garantir a quem dela necessite, além de garantir um sistema de segurança: segurança de sobrevivência (de rendimento e autonomia), segurança de acolhida e segurança de convívio ou vivência familiar. “Garantir proteção social deve significar uma atuação no âmbito preventivo e protetivo nas situações de risco social” (SILVA, 2005).

Art. 6º As ações na área de assistência social são organizadas em sistema descentralizado e participativo, constituído pelas entidades e organizações de assistência social abrangidas por esta lei, que articule meios, esforços e recursos, e por um conjunto de instâncias deliberativas compostas pelos diversos setores envolvidos na área (LOAS,1993, pg 9).

Para compreendermos o que é gestão do SUAS e o seu papel, partimos do pressuposto que o Sistema Único de Assistência Social (SUAS) comporta quatro tipos de gestão: da União, do Distrito Federal, dos estados e dos municípios. As responsabilidades da União passam principalmente pela formulação, apoio, articulação e coordenação de ações. Os estados, por sua vez, assumem a gestão da assistência social dentro de seu âmbito de competência, tendo suas responsabilidades definidas na Norma Operacional Básica (NOB/SUAS), (BRASIL – MDS /2015).

O modelo de proteção social do SUAS (Sistema Único de Assistência Social) baseia-se em cinco princípios: sendo o primeiro uma política de direitos que opera serviços e benefícios; segundo tem um caráter federalista, na qual os entes atuam integradamente com responsabilidades definidas; terceiro opera por meio de um sistema único; quarto combina o processo de gestão com os sistemas de participação e controle social; quinto e último é baseada num modelo pactuado entre os entes federativos por meio de instâncias colegiadas, como as Comissões Intergestores Bipartites (CIBs), com representantes das esferas estadual e municipal, e as Comissões

Intergestores Tripartes (CITs), que contam com a área federal (SPOSATI 2009).

De acordo como Ministério do Desenvolvimento Social (2015) existem três níveis de habilitação ao SUAS: inicial, básica e plena. Sendo assim o caso da gestão municipal e do Distrito Federal, são possíveis. A gestão inicial fica por conta dos municípios que atendam a requisitos mínimos, como a existência e funcionamento de conselho, fundo e planos municipais de assistência social, além da execução das ações da Proteção Social Básica com recursos próprios. No nível básico, o município assume, com autonomia, a gestão da proteção social básica. No nível pleno, ele passa à gestão total das ações socioassistenciais.

Nesses três níveis de gestão para os municípios: inicial, básica e plena e responsabilidades das três esferas de governo para viabilizar a gestão articulada e o aprofundamento do pacto federativo. Tal processo é acompanhado de incentivos ou de maiores acessos ao financiamento público da assistência social.

Para compreendermos cada nível de gestão é importante conhecermos os requisitos para cada nível de gestão:

Gestão Inicial é preciso ter conselho, fundo e plano. Recursos financeiros no fundo. Básica ter conselho, fundo e plano. Recursos financeiros no fundo ter CRAS em número e capacidade de acordo com o porte; plano de inserção e acompanhamento de beneficiários do BPC; unidade de recepção para BPC e benefícios eventuais; prioridade de acesso aos beneficiários do PBF; diagnóstico de áreas de risco e maior vulnerabilidade social; manter secretaria executiva no conselho; ter conselhos funcionando (CMAS/CMDCA/Conselho Tutelar). Plena ter conselho, fundo e plano. recursos financeiros no fundo ter CRAS – em número e capacidade de acordo com o porte; plano de inserção e acompanhamento de beneficiários do BPC; unidade de recepção para BPC e benefícios eventuais; prioridade de acesso aos beneficiários do PBF; diagnóstico de áreas de risco e maior vulnerabilidade social; manter secretaria executiva no conselho; ter conselhos funcionando (CMAS/CMDCA/Conselho Tutelar) ter sistema municipal de monitoramento e avaliação por nível de proteção social; declarar a capacidade instalada de alta complexidade; cumprir pacto de resultados; ter gestor do fundo nominado e lotado no órgão gestor de assistência social; política de recursos humanos com carreira para servidores públicos (BRASIL CAPACITASUAS / 2008 pg 28).

Neste processo de implementação, é ressaltado que cada instância tem a importância fundamental para que se viabilize este processo como construção coletiva, pactuada pelos múltiplos sujeitos que se colocam na sua dinâmica interna e com aprovação e reconhecimento das diversas esferas de gestão, conferindo-lhe legitimidade (BRASIL CAPACITASUAS / 2008).

O processo de gestão do SUAS conta também com instâncias de pactuação, que são a Comissão Intergestores Tripartite (CIT) e as Comissões Intergestores Bipartite (CIBs). A CIT é um espaço de articulação e expressão das demandas dos gestores federais, estaduais e municipais. Ela negocia e pactua sobre aspectos operacionais da gestão do SUAS e, para isso, mantém contato permanente com as CIBs, para a troca de informações sobre o processo de descentralização. As CIBs são instâncias estaduais destinadas à interlocução de gestores, constituídas por representantes do Estado e dos municípios, que representam os interesses e as necessidades da região, referentes à assistência social. Elas negociam e pactuam sobre aspectos da organização e gestão do Sistema Estadual de Assistência Social, observando as deliberações do Conselho Estadual de Assistência Social, a legislação vigente e as orientações da CIT e do Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS). Todas as suas pactuações são encaminhadas ao Conselho Estadual para conhecimento, apreciação e/ou deliberações e aos conselhos municipais, CIT e CNAS para conhecimento (BRASIL – MDS /2015).

Para Benelli e Costa, (2012) o pacto federativo existente no âmbito da assistência social não inclui, de fato e de direito, em absoluto, o financiamento das despesas do SUAS. Existe, portanto, um grande fosso na divisão de funções entre financiamento e responsabilidade do ente federativo, inclusive para a compreensão do que significa compartilhar responsabilidades e orçamentos públicos entre as três instâncias.

Ainda para Benelli e Costa, (2012) essa articulação complica um pouco mais as possibilidades de articulação dos três entes no orçamento e despesas, é preciso destacar que todos os entes federativos devem entregar sua peça orçamentária ao mesmo tempo e no mesmo período para aprovação pelos respectivos Legislativos da LOA-Lei de Orçamento Anual. É necessária a percepção própria do que seria um financiamento tripartite e, via de regra, essa percepção é pautada a partir do que esse ente deseja executar. Sua perspectiva ou proposição não reflete ou não é decorrência de uma pactuação anterior entre os entes federativos. Assim, se um ente se propõe a investir em um dado serviço ou benefício, nada indica ou garante que ele será acompanhado pelos outros. Nesse sentido, o que se tem visto é um imaginário de financiamento tripartite, mas que, de fato, tem se caracterizado mais como uma proposta subordinativa de um ente a outro do que uma articulação com base na consolidação do SUAS.

Foi com a implementação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), ancorado nas normativas de 2004 e 2005, que efetivamente ampliaram-se as bases operativas da política, fortalecendo-se seu fundamento federativo e suas responsabilidades protetivas (COLIN E JACCOUD

O financiamento do SUAS vem operando com uma sobrecarga para o ente municipal, sobretudo para dar respostas ao cidadão no campo dos serviços socioassistenciais. Há baixa participação do ente estadual no financiamento da consolidação do SUAS, embora os recursos para o SUAS, especificamente nas despesas federais, são menores do que o aplicado pelos Estados. O SUAS ainda foi inovador na disposição dos equipamentos públicos.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Destacamos que o presente trabalho proporcionou uma visão ampla da temática abordada, sendo assim entendemos que à Política Nacional de Assistência Social, é de suma importância quanto política pública de direito, por ser considerado um avanço para a efetivação dos direitos humanos no Brasil. Compreendemos a magnitude desta e ressaltamos sua relevância na garantia do direito à vida e a dignidade, visando aperfeiçoar os sistemas de promoção e proteção aos direitos humanos. Nesse contexto podemos afirmar que são necessários maiores investimentos nessa área, outro ponto relevante é a organização desta sendo compreendida a responsabilidade de cada ente nesse processo. Existe, portanto, um sistema único de assistência social organizado munido de um sentido comum a garantia de direitos, permanecendo assim como um dos desafios à consolidação das políticas sociais.

Vislumbramos que à Política de Assistência Social sofre momentos de retrocesso, é necessário termos consciência do grande desafio de continuarmos resistindo, podemos visualizar através do contexto histórico todo o percurso de luta, continuaremos nesse sentido, afirmando que sim, somos resistência, a luta continua avante SUAS.

## **REFERÊNCIAS**

**BEHRING, E. R.; BOSCHETTI, I. Política social: fundamentos e história. São Paulo: Cortez, 2007.**

**BEHRING, E. Política social no capitalismo tardio. São Paulo: Cortez, 2002.**

**\_\_\_\_\_. E. R.; BOSCHETTI, I. Política social: fundamentos e história. São Paulo: Cortez, 2007.**

**BOSCHETTI, I** Política de desenvolvimento econômico e implicações para as políticas públicas . *SER social*, Brasília, v. 15, n. 33, p. 261 384, jul./ dez. 2013.

**BENELLI, S. J. (2012b)**. Políticas públicas, instituições e práticas clínicas no campo da assistência social. In G. H. Dionísio & S. J. Benelli (Orgs.), *Políticas públicas e clínica crítica* (pp.63-84). São Paulo: Cultura Acadêmica.

**BRASIL. CapacitaSuas Volume 2 (2008) Desafios da Gestão do SUAS nos Municípios e Estados / Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Instituto de Estudos Especiais da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – 1 ed. – Brasília: MDS, 2008, 120 p.**

\_\_\_\_\_.**Constituição da República Federativa do Brasil. Promulgada em 5 outubro de 1988. São Paulo: Atlas, 1999.**

\_\_\_\_\_.**Ministério do Desenvolvimento Social. Secretaria Nacional de Assistência Social. Assistência Social - Política de Direitos à Seguridade Social. Caderno Capacita SUAS, N. 1. 2013.**

\_\_\_\_\_.**NOB/SUAS - Norma Operacional Básica: Construindo as bases para implantação do Sistema Único de Assistência Social. Aprovada pela CNAS. Resolução nº. 130 de julho de 2005. MDS, Brasília-DF, 2005.**

\_\_\_\_\_.**PNAS/2004 - Política Nacional de Assistência Social. Versão Oficial. Encarte da Revista Serviço Social e Sociedade 80 Editora Cortez. Novembro de 2004.**

\_\_\_\_\_.**Lei n. 8742, de 07 de dezembro de 1993. Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS). Dispõe sobre a organização da assistência social e dá outras providências. Brasília, 7 de dezembro de 1993.**

\_\_\_\_\_.**Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. Norma Operacional Básica: NOB/SUAS: construindo as bases para a implantação do Sistema Único de Assistência Social. Brasília, DF, 2005.**

\_\_\_\_\_.**Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome assistência-social gestao-do-suas (BRASIL – MDS**

/2015).Disponível <http://mds.gov.br/assuntos/assistencia-social/gestao-do-suas>.

\_\_\_\_\_.Silvio José. **Risco e vulnerabilidade como analistas nos relatórios sociais: uma análise crítica.** *Estud. psicol. (Campinas)*, Campinas, v. 33, n. 4, p. 735-745,dez.2016. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo>, acesso em: 5 de maio de 2019.

CARLOS, Euzeneia; SILVA, Rafael da; ALMEIDA, Carla. **Participação e política pública: efetividade dos conselhos de assistência social na gestão da política.** *Rev. Sociol. Polit., Curitiba*, v. 26, n. 67, p. 67-90, Sept. 2018. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo>. Acesso em: 06 Maio 2019.

COLIN, Denise, JACCOUD, Luciana. **Assistência Social e Construção do SUAS- balanço e perspectivas.** *Lei Orgânica da Assistência Social, Brasília: MDS, 2013.* Disponível em: <[http://www.mds.gov.br/assistenciasocial/secretaria-nacional-de-assistencia-social-snas/livros-assistencia-social/artigos\\_20anos\\_loas\\_v05.pdf](http://www.mds.gov.br/assistenciasocial/secretaria-nacional-de-assistencia-social-snas/livros-assistencia-social/artigos_20anos_loas_v05.pdf)>. Acesso em: 02 maio . 2019.

GOHN, M. da G. **Movimentos sociais e educação.** São Paulo: Cortez , 1992a.

MAURIEL, Ana Paula Ornellas. **Pobreza, seguridade e assistência social: desafios da política social brasileira.** *Rev. katálysis*, Florianópolis, v. 13, n. 2, p. 173-180, 2010. Disponível em: <<http://www.scielo.br/scielo>. Acesso em: 05 de maio de 2019.

\_\_\_\_\_. A. P. O. **Fundamentos do combate à pobreza na contemporaneidade: Amartya Sen e a perspectiva do desenvolvimento humano.** *In: SERAINE, A. B. dos S.; JUNIOR, R. B. dos S.; MIYAMOTO, S. Estado, desenvolvimento e políticas públicas.* Ijuí: Unijuí; Teresina: Ed. Universitária da UFPI, 2008a. p. 87-128.

\_\_\_\_\_. **Combate à pobreza e desenvolvimento humano: impasses teóricos na construção da política social na atualidade.** 351 p. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - IFCH/Unicamp, 2008b.

MENEZES, M. T. C. G. de. **Em busca da teoria: políticas de assistência pública.** São Paulo: Cortez, 1998.

\_\_\_\_\_. **Economia solidária. Elementos para uma crítica marxista.** Rio de Janeiro: Gramma, 2007.

MELO, Joana D'Arc N. de. **A Assistência Social e o Direito à Convivência Familiar e Comunitária: "igualdade" e "universalização" dos direitos sociais no contexto neoliberal**



**brasileiro.** Rio de Janeiro. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, UERJ, 2008.

NICOLAU DE MELO, Joana D'Arc. **A concepção de família na política nacional de assistência social brasileira: no foco da criminalização da pobreza. memórias, Barranquilla**, n. 17, p. 102-134, Dec. 2012. Disponível em: <http://www.scielo.org.co/scielo>. Acesso em: 05 maio de 2019.

OLIVEIRA, Clever Manolo Coimbra; HECKERT, Ana Lúcia Coelho. **Os centros de referência de assistência social e como artes de governar.** Fractal, Rev. Psicol. Rio de Janeiro, v. 25, n. 1, p. 145-160, abr. 2013. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo>. Acesso em 06 de maio de 2019.

PEREIRA, Tatiana Dahmer. **Política Nacional de Assistência Social e Social: enigmas do caminho.** Rev. katálysis Florianópolis, v. 13, n. 2, p. 191-200, 2010. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo>. Acesso em 5 de maio de 2019.

SEN, A. K. **Desigualdade reexaminada.** Rio de Janeiro, São Paulo: Editora Record, 2001.

SILVA, R. **A Invenção da Psicologia Social.** Petrópolis: Vozes, 2005

SPOSATI, A.; QUEIRÓS J. M.; SANTOS V. A. **Gestão municipal do Suas: desigualdade no financiamento, despesas e força de trabalho.** Brasília. Publicação digital, ISBN-978-85-86894-25-1.2014. 826 páginas.

\_\_\_\_\_.A., 2009. **Modelo brasileiro de proteção social não contributiva: concepções fundamentais.** In MDS. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. *Concepção e gestão da proteção social não contributiva no Brasil.* Brasília: MDS/UNESCO.

\_\_\_\_\_.Aldaíza. Sistema único: **modo federativo ou subordinativo na gestão do SUAS.** Rev. katálysis, Florianópolis, v. 18, n. 1, p. 50-61, junho de 2015. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo>. Acesso em: 06 de maio de 2019.

TELLES, V. da S. **Direitos sociais: afinal do que se trata?** Belo Horizonte: UFMG, 2006.

YASBECK, Maria Carmelita. **Globalização, precarização das relações de trabalho e Seguridade Social.** Cadernos ABONG, n.º 19. Outubro de 1997.

\_\_\_\_\_.M.C. **As ambiguidades da Assistência Social Brasileira após 10 anos deLOAS.** In Revista Serviço Social & Sociedade, ano XXV, nº 77, p. 11-29, mar. 2006.

\_\_\_\_\_.Maria Carmelita. **Pobreza no Brasil contemporâneo e formas de seu enfrentamento.** Serv. Soc. Soc., São Paulo, n. 110, p. 288-322, junho 2012. Disponível em: <<http://www.scielo.br/scielo>. Acesso em: 06 maio 2019.

## RESSIGNIFICAÇÃO DA CAPOEIRA: DA MARGINALIDADE AO CONTEXTO EDUCACIONAL

Silva, Antonio Jair de Sousa<sup>2</sup>

### RESUMO

A capoeira ao longo da história foi adquirindo inúmeros significados, que transitam entre seus aspectos, culturais, esportivos, artísticos e chegando até a legalização e reconhecimento como patrimônio Cultural e elemento educacional nos sistemas de ensino. Essa pesquisa objetiva discutir as práticas culturais da capoeira a partir de seu surgimento e evolução, entendendo que a capoeira é uma mistura das diferentes culturas africanas, e que surge como forma de expressar os desejos de liberdade e resistência dos negros escravizados. Metodologicamente o trabalho desenvolveu-se através de revisão da literatura, onde algumas obras, foram selecionadas, lidas e analisadas, para compor o discurso teórico aqui apresentado. Evidenciou-se assim que a capoeira passou por um lento processo de transformação e de aceitação, e que antes era vista como atividade marginal, hoje é aceita em muitos países como um elemento cultural, esportivo e complementar da educação.

**PALAVRAS-CHAVE:** Capoeira. Cultura. Patrimônio

### INTRODUÇÃO

O desafio de pesquisar a Capoeira é aventurar-se pelo desenvolvimento de um diálogo com o tempo: o passado histórico e o tempo presente, Caracterizada como forma de expressão cultural e corporal, a capoeira é geralmente estudada e referenciada pela História, "tendo como referencial de investigação os trabalhos de memorialistas do século XIX e a primeira metade do século XX, interessados nas tradições populares e matrizes africanas" (OLIVEIRA; LEAL, 2009, p. 27).

A história da Capoeira é objeto de pesquisa de diversos historiadores e pesquisadores que buscam a afirmação e o reconhecimento da mesma como patrimônio. Não obstante a escassez da literatura, esse processo tornou-se árduo trabalho que resultou no objetivo afimco.

Este trabalho visa discutir as praticas culturais da Capoeira a partir do conceito de ressignificações das praticas culturais, entendendo que a Capoeira é uma mistura das diferentes culturas africanas, e que surge como forma de expressar os desejos de liberdade e resistência dos negros escravizados, sentimentos que já não são tão explícitos, mas que continuam intrínsecos nos sujeitos fazendo com que essa prática seja um espaço de manifestação cultural de resistência negra.

Entende-se por ressignificação, atribuir a determinada práticas culturais outras significações, além daquelas já existentes, estabelecidas.

---

<sup>2</sup> Pós-graduando em História e Cultura Afro-Brasileira

Significados esses que podem ser apenas pessoais, mas também de uma amplitude social.

A iniciativa pelo desenvolvimento desta investigação científica surgiu a partir do contato direto com grupos de capoeiristas em ação, que vem cada vez mais se inserindo nos variados espaços institucionais da sociedade, como elemento cultural e gerador de identidade. Porém, pela observação empírica, percebeu-se também que muitos desconhecem as origens históricas e sociais da Capoeira, o que torna pertinente as contribuições teóricas aqui apresentadas.

Metodologicamente o trabalho se caracteriza como uma revisão bibliográfica, com caráter qualitativo, tratados dentro de uma abordagem histórica, buscando respostas às questões que se colocam no exercício da formação do historiador; adotando como objeto central de estudo da pesquisa, a evolução histórica da Capoeira na sociedade, desde o período em que era marginalizada socialmente até a atualidade, período de aceitação e legitimação cultural.

O objetivo deste estudo é investigar a história da Capoeira na sociedade, analisando as relações de conflito e mudanças, desde o seu surgimento até a atualidade. Neste entendimento, a pesquisa desenvolve-se a partir do seguinte problema: Quais os principais conflitos, mudanças e sentidos, a capoeira passou desde o seu surgimento até os dias atuais?

Para este fim, adota-se como embasamento teórico-legal, fontes bibliográficas de autores e teóricos específicos da temática, como: (FALCÃO,2004); (FERREIRA,2009); (OLIVEIRA,2009); (SOARES,2014); (MARTILNELLI,1999), entre outros; e textos e documentos legais, como: (BRASIL,2008) e (BRASIL,2007), que apresentam considerações pertinentes a questão estudada.

O estudo justifica-se pela referencia dada a capoeira, como elemento cultural e identitário na sociedade. Além disso, a pesquisa contribui minimamente para a formação do historiador, ao proporcioná-lo a apropriação de elementos relevantes ao exercício profissional, permitindo uma aproximação da prática social educativa, e a reflexão quanto ao processo formativo.

Visto isso, os resultados apontam que a capoeira teve uma longa história de desconhecimento, preconceito e perseguição e que a mesma teve que trilhar um longo caminho para ser reconhecida e valorizada dentro da sociedade Brasileira, verificou-se também que ainda existem muitas lacunas a serem debatidas e preenchidas em relação a valorização da mesma.

## **CAPOEIRA: RAÍZES HISTÓRICAS**

Ao se pensar em Capoeira, é indispensável o entendimento de alguns conceitos, como por exemplo: arte, esporte, dança e cultura, correlacionados, alguns fatos que vão desde a contribuição dos negros com a cultura brasileira, como a valorização da cultura nacional, e demais

fatos histórico-sociais que contribuíram no processo de legitimação e culturalização social, como, por exemplo, as origens, os mitos, que a princípio serviram de explicação para fatos desconhecidos, os rituais, os principais instrumentos, os personagens identificadores, entre outras marcas específicas da Capoeira.

A história apresenta muitas divergências quanto ao surgimento da Capoeira. Seria africana ou brasileira? O fato é que é uma das manifestações mais antigas praticadas no Brasil, o que a torna atualmente como uma marca registrada na cultura brasileira, Bruhns (2000) relata inclusive que hoje o conhecimento do processo histórico é algo bastante acentuado entre os praticantes da capoeira.

Muitas das dificuldades em estabelecer as origens da Capoeira, deve-se ao fato da diversidade de culturas a que sempre esteve ligada, pois ao desenvolver-se em determinado lugar, ganha características específicas daquele contexto em que se desenvolve. O fato é que sua história se entrelaça entre o passado e o presente, como manifestação expressiva e cultural do Homem, que neste processo sofreu modificações ressignificativas em sua ordem de existência.

Sobre o surgimento da Capoeira no Brasil, encontram-se muitas versões e mitos em torno do tema. Os indícios atuais de sua origem, existem graças a vários historiadores, como (SOARES,2014, SILVA,2008) dentre outros que tem se dedicado a reescrever seu trajeto, demonstrando que o seu valor como manifestação cultural popular, caracterizada por uma mistura de dança, luta dentre outras coisas, e que tem suas raízes a partir do trafico negreiro (SILVA, 2001).

A capoeira é uma prática que remonta ao Brasil colonial, associada aos escravos africanos e, portanto, ao modelo escravocrata. Tudo leva a crer que ela não era uma prática originária da África, mas que foi criada pelos escravos africanos no Brasil, possivelmente uma recriação de diversos rituais e danças guerreiras. Estes rituais e as danças foram aos poucos se amoldando às necessidades e ao novo tipo de socialização que os africanos foram submetidos no cativeiro. (FERREIRA, 2007, p. 23).

Um dos fatos que torna difícil os estudos sobre as origens da capoeira, é a escassez de documentos que registram a fase do surgimento da capoeira no Brasil, uma importante fase da história nacional. Estes documentos foram destruídos no final do século XIX, na chamada queima de arquivo (Resolução de 15.11.1890), por Rui Barbosa, Ministro da Fazenda no Governo do General Deodoro da Fonseca, nesse período houve uma tentativa de mascarar as atrocidades da escravidão no Brasil, através da queima de praticamente tudo o que tinha de documentos referentes à escravidão no Brasil, alegando ser a escravidão uma página "negra" da história brasileira e que a manutenção de tais documentos significaria um retrato da vergonha nacional. (MATA, 1993; GONÇALVES JUNIOR, 1999)

A história da capoeira no Brasil mantém fortes relações com a escravidão dos séculos XVI, XVII, XVIII e XIX, período de muito sofrimento e agressão à cultura negra. Os negros escravizados eram trazidos para efetuar qualquer tipo de trabalho onde eram obrigados a servir a elite da época que vivia para o acúmulo de bens e capitais, enfim, a base do Capitalismo, sobre isso sabe-se a prática da capoeira foi uma das formas que os africanos encontraram para responder a hostilidade a qual estavam submetidos Bruhns (2000)

No ciclo da exploração da cana de açúcar, dentro do mundo de subserviência e trabalho escravo do negro, as fugas e suicídios eram maneiras de resistência contra a condição de escravo. A Capoeira era praticada em terreiros e fazendas, porém sempre de modo clandestino, pois se tratava de uma arma de luta, e os senhores de engenho puniam severamente quem a praticasse. (MELLO, 2002).

Neste contexto, surgem os primeiros quilombos, o ponto de concentração era nas matas dos negros fugitivos, sendo a maior parte do território brasileiro para criação destes quilombos (MELLO, 2002). Assim, surge a capoeira nos quilombos brasileiros da época colonial, onde os escravos usavam o próprio corpo como arma de defesa contra a exploração e a humilhação a que eram submetidos (REIS, 2010).

O escravo negro não conhecia a terra e nem os dialetos falados aqui, a região, o clima, animais, plantas, nada disso ele conhecia, separado da família e dos amigos, o Negro tinha um só direito, trabalhar, trabalhar e apanhar... Nesse ambiente nasce o espírito de camaradagem entre os escravos de várias culturas diferentes e é dessa forma, dessa mistura de culturas africanas nasce a capoeira, nasceu brinquedo, dança, jogo. Ajudava aos escravos matar a saudade da terra através da música, do batuque e das histórias contadas nas rodas era um momento de alegria, um dos poucos. (EDUARDO, 2005)

O tráfico de escravos é abolido no ano de 1850, e a capoeira ganha espaços além das senzalas e quilombos. Neste período aconteceu o que Soares (2014, p. 25) definiu como "capoeira escrava", a qual, segundo ele, não se reduz a "uma prática cultural excludente de negros libertos ou livres, mas a uma tradição rebelde que tinha fortes raízes escravas... e 'seduzia' aqueles de outra condição social e jurídica, por sua maneabilidade e resistência". O termo, assim, não se aplica apenas aos negros escravos, mas ao contexto da escravidão.

A capoeira estava, portanto, difundida na sociedade, sendo incorporada por brancos, portugueses e mestiços e tem as cidades de Rio de Janeiro, Salvador e Recife, como berço desta expansão. Ao longo do século XIX, os grupos urbanos de capoeira, compostos por negros livres e libertos, crioulos, pardos e até imigrantes europeus, incluindo cativos nascidos no Brasil, expandiram-se rapidamente, de forma que os jornais da época o consideram que antes de ser uma luta, a capoeira era uma instituição

(SOARES,2014) um partido rebelde, contra as elites dos partidos dominantes. Sobre isto, o mesmo autor, complementa:

Do ponto de vista legal, no período republicano sua prática foi proibida, conforme o Código Penal da República dos Estados Unidos do Brasil, instituído pelo Decreto 847 em 11 de outubro de 1890 e que esteve em vigor até meados da década de 1960, que em seu Capítulo XIII tratou especificamente do assunto, intitulado: "Dos Vadios e Capoeiras", em três artigos:

**Art. 402** - Fazer nas ruas e praças públicas exercício de agilidade e destreza corporal conhecida pela denominação de capoeiragem: andar em carreiras, com armas ou instrumentos capazes de produzir lesão corporal, provocando tumulto ou desordens, ameaçando pessoa certa ou incerta, ou incutindo temor de algum mal;

**Pena** - De prisão celular de dois a seis meses. A penalidade é do art. 98.

Do período de novembro de 1889 a janeiro de 1890 foram presos cerca de 110 capoeiristas, que desrespeitavam esta lei. Os registros da Casa de Detenção do Rio de Janeiro apontam que deste total, 32,7% eram brancos, 30% eram negros, e 37,3% outras etnias. (BRETAS, 2008)

Somente na década de 30, esta lei foi reformada e permitida à prática da capoeira, pois antes dessa reforma, quem era pego jogando capoeira, poderia ser preso, pois era vista como uma prática de contravenção, violenta e subversiva as determinações do Estado.

Um artigo anônimo de 1906, publicado pela Revista *Kosmos*, núcleo da vanguarda intelectual da época, numa luta pela brasilidade da capoeira, propõe uma hipótese sobre o seu surgimento:

Foi o espírito inventivo do mulato que a criou, pois a capoeira não é nem portuguesa, nem negra, ela é mulata, mestiça, cafusa e mameluca, ou seja, ela é cruzada: ela é mestiça, o mestiço tendo anexado, por princípios atávicos e com uma adaptação inteligente, a navalha do fadista dos bairros mouros de Lisboa, alguns movimentos ritmados e simiescos do africano e, sobretudo, a agilidade e a leveza felina do índio com seus saltos rápidos, suaves e imprevistos para um lado e para o outro, para frente e para trás, como um tigre real, encarando o inimigo (L.C., 1906).

Este entendimento mais amplo, de como surge à capoeira na sociedade brasileira e quais suas primeiras manifestações, permite que as discussões tomem rumos mais específicos para o aprofundamento do texto.

As origens africanas da capoeira remetem diretamente aos negros trazidos da África para as terras estrangeiras, onde viviam em condição de aprisionamento e escravidão. As citadas condições de vida, acabou por uni-los, torná-los resistentes e com o desejo de liberdade, fazendo da capoeira em sua essência, uma prática libertadora.

A Fundação Internacional de Capoeira Angola-BA (FICA-BA), que funciona como uma entidade não governamental, sem fins lucrativos, que tem por finalidade o ensino e a prática da Capoeira Angola, uma modalidade de capoeira que preza por movimentos mais leves, calmos e ritmados, no âmbito nacional e internacional, traz uma representação sobre as origens da capoeira, neste entrelaçar cultural do africano e do brasileiro, na constituição da história legitimada da capoeira:

Infelizmente, não existem documentos a respeito da Capoeira para os séculos XVI a XVIII. Dentro do contexto sociocultural do século XIX, a Capoeira surge como uma prática dos africanos escravizados no Brasil. Acredita-se que a sua origem esteja nos movimentos corporais de danças guerreiras trazidas ao Brasil pelos negros oriundos da região de Angola (a exemplo do N'golo, da Bassula, da Cabangula e do Umudinho) e que aqui se misturaram, incorporando outros elementos e dando assim origem à Capoeira.(FICA-BA, 2013)

A presença da africanidade nos discursos sobre a capoeira representa acaloradas discussões, visto as questões de identidade e de suas origens. Durante muito tempo, as elites dominantes viam na capoeira uma atividade negroafricana, de caráter primitivo e violento, que deveria ser combatido nas ruas, por representarem um impedimento às práticas de modernização e civilização da sociedade.

A origem da capoeira torna-se aqui um elemento fundamental. E esta, para os capoeiristas em questão, é irremediavelmente africana, ainda que eles acreditem que esta prática tenha adquirido novos contornos no Brasil. Portanto, a crença na africanidade da capoeira vincula-a primordialmente a um grupo étnico específico, o dos africanos e seus descendentes no Brasil. Ela asseguraria a continuidade de uma "memória histórica" dos afro-brasileiros. (VASSALO,2009.p;42)

Além da discussão sobre a origem verdadeira da capoeira, ainda existem alguns mitos que circundam a história da capoeira. Estes se constituem como concepções que buscam explicar as razões e fundamentos de uma determinada coisa, costume ou outros.

## **OS SENTIDOS DA CAPOEIRA NO PROCESSO DE CULTURALIZAÇÃO**

Culturalmente, a capoeira era vista como elemento discriminatório, ligada quase sempre a uma sociedade marginalizada. A prática da capoeira como atividade sociocultural, que nasceu no seio de uma classe escravizada, profundamente oprimida e fortemente discriminada; durante o seu desenvolvimento histórico foi conquistando o status de disciplina pedagógica presente nos currículos de escolas de ensino fundamental e Médio e de significativa parcela de universidades e faculdades brasileiras, ganha o mundo por meio da conquista de adeptos, em muitos países



afora, como cultura nacional, carregando em seu bojo aspectos de luta, esporte, dança, jogo, musicalidade e tradição; e que, cada vez mais, conquista status de atividade de alto potencial de inclusão social e de fortalecimento de identidades (SILVA, 2008).

Entende-se a capoeira como um espaço de subversão a algumas lógicas existentes na sociedade, mas também as próprias lógicas da capoeira, através de exemplos pessoais que fazem da capoeira um meio de sobrevivência, dando a ela caráter empregatício, subvertendo assim a ideia da prática da capoeira como vadiagem. Atualmente, através do processo do reconhecimento, diversos estudiosos mostram que a capoeira não somente como uma luta, mas é uma arte rítmica e expressiva da cultura negra.

A capoeira ao longo da história foi adquirindo várias significações, desde arte marginal, dança relacionada a umbanda, esporte e etc., e por meio de seus significados permitem comunicação, aprendizado e entretenimento. A arte, neste contexto, é compreendida no processo educacional como ferramenta que propicia desenvolvimento de atitudes, essenciais para o indivíduo, como a sensibilidade e a criatividade, além da leitura do mundo e de si mesmo.

É bastante notório que a capoeira coloca o praticante em contato com um importante traço da cultura brasileira, já que na formação do Brasil, destaca-se a figura do negro como importante alicerce, sendo esse mesmo negro que mais tarde, em pequenos momentos de interação social, entre sua árdua jornada de trabalho, dar início a prática da capoeira no solo brasileiro.

Nesse contexto a capoeira configura-se um importante instrumento pedagógico, já que no desenvolvimento de sua prática propicia uma importante gama de conhecimento ao praticante, conhecimentos esses que ultrapassam o campo cultural, e chegam ao científico e social.

### **AS PRIMEIRAS ESCOLAS DE CAPOEIRA E O JOGO DA CAPOEIRA**

A capoeira como um instrumento de ensino, voltado mais para questão da arte do que para o saber pedagógico, começa a ser desenvolvida no Brasil colonial de forma discreta e essa discrição perdurou por muito tempo, já que era considerada uma prática marginal, dessa forma o mestre e o aprendiz não dispunha de um espaço específico, voltado somente para o desenvolvimento dessa prática, busca-se lugares mais retraídos, mais discreto afim de se evitar uma perseguição por parte das autoridades.

No Rio de Janeiro, a capoeira foi duramente perseguida, seus praticantes eram conhecidos por desafiar a ordem policial, hostilizarem a população, provocarem brigas e correrias, marcadas por cabeçadas, rasteiras e navalhadas. Muitos dos confrontos aconteciam entre as temidas maltas, as quais demarcavam seus territórios através das freguesias – como eram conhecidos os bairros delimitados pela localização das igrejas católicas. As relações entre os capoeiras se davam através do cotidiano da escravidão urbana, dividida entre a casa do senhor e a rua,

espaços onde o escravo cuidava dos afazeres domésticos e trabalhava no comércio local, sendo este muitas vezes o motivo das disputas territoriais. Além disso, causavam arruaças e brigas nos desfiles das bandas militares. Conforme escreveu Luiz Edmundo: "Em 1888, um ano antes da proclamação da República, cafajestes armados até os dentes ainda saem à frente das nossas bandas militares, atravessam as ruas principais, as mais policiadas da urbe, em pleno exercício da capoeiragem" (BRASIL, 2007.p.15)

Ressalta-se que de início o mestre da capoeira não era visto como um professor, já que no desenvolvimento dessa arte ele não buscava ensinar, não buscava a transmissão do conhecimento, o jogo era mais relacionado a diversão, como alguns autores colocam, voltados para vadiagem, era então um ensinamento que acontecia mais de forma espontânea e esporádica, não se fazendo uso de uma metodologia.

O aprendizado na capoeira se divide em três momentos históricos que caracterizam fases marcantes distintas. A primeira fase destaca as formas de aprendizado da capoeira existentes no período em que esta foi amplamente criminalizada, do ano de 1890 até o início de seu processo de descriminalização, em 1937. Posteriormente, alcança o período conhecido como "escolarização da capoeira", em que são formadas as primeiras academias oficiais e institucionalizadas, destacando principalmente as vertentes da capoeira regional, de Mestre Bimba, e capoeira angola, codificada por Mestre Pastinha. Por último, recorta o período que vai da década de 1980 até os nossos dias, ou fase contemporânea da capoeira, em que podemos observar o crescimento e difusão da capoeira baiana (regional e angola) por todo o Brasil e o mundo, numa proliferação de grupos e vertentes. (BRASIL,2007.p.63)

Com o passar do tempo, chega-se ao consenso que a capoeira, vista como uma arte e não como um instrumento de vadiagem poderia ser praticada de forma branda e saudável, possibilitando um grande desenvolvimento social, físico e até mesmo psicomotor para os seus praticantes, a partir desse marco histórico a capoeira vai saindo da lista de atividades marginais e ganhando um caráter institucional, principalmente a partir da década de 20, onde surgem as primeiras academias e escolas voltadas para o ensino da capoeira.

Após anos de criminalização e marginalidade a capoeira aos poucos, principalmente a partir da década de 20 do século passado, vai sendo absorvida pela sociedade formal brasileira. Tal absorção permitiu que experimentasse inúmeras transformações. Dessas, interessa descrever o surgimento das primeiras escolas ou academias de ensino e aprendizagem de capoeira. O primeiro mestre a abrir uma escola de capoeira foi mestre Bimba (Manuel dos Reis Machado), em 1932, na cidade de Salvador – BA, no Engenho Velho de Brotas. Por volta de 1937, consegue o primeiro registro oficial do governo para sua academia. A Secretaria da Educação, Saúde e Assistência Pública registra sua academia como uma escola de educação física, com o nome de Centro de Cultura Física e Capoeira

Regional, destacando o papel desportivo e marcial da arte.  
(MATTA,1993,p.35)

Com a sistematização do ensino da capoeira uma grande parcela da população brasileira vai mudando a sua opinião sobre a capoeira que antes era vista como uma atividade estereotipada, relacionada a vadiagem e práticas criminosas, essa aceitação muito contribui para a disseminação da capoeira no país e logo depois no resto do mundo.

O espaço de aprendizado é agora um ambiente fechado, uma academia, onde são desenvolvidas rotinas sistemáticas de treinos e atividades voltadas para o aprendizado da capoeira, acompanhadas por um rígido sistema de avaliações. As rodas passam a ser o lugar em que os aprendizes podem aplicar o que treinaram. Nestas rotinas, Mestre Bimba inclui: exame de admissão, sequências básicas de ensino, sequências de cintura desprezada, batizado, formaturas, cursos de especialização e toques de berimbau. De certa maneira, Mestre Bimba contrapôs aos velhos jeitos de se ensinar, por ele denominado "oitiva", um método didaticamente articulado de ensino da capoeira.  
(DAMATTA,1997,p.40)

Neste contexto pode-se admitir que o recorte temporal situado entre a década de 20 e de 40, foi um importante divisor de águas na história da capoeira, que deixou de ser uma atividade reprimida pela polícia para ser uma prática de ensino desenvolvidas em centros e academias, neste período destaca-se também o terreiro do Mestre Waldemar.

## **RECONHECIMENTO LEGAL**

A história da capoeira ao ser analisada surpreende o leitor pelo fato dela no decorrer do desenvolvimento do Brasil ter transitado entre uma prática marginal, até chegar a um importante elemento cultural do Brasil, fazendo com que diversos autores tenham se dedicado a escrever sobre essa temática.

A desmarginalização da capoeira se deu num mesmo movimento em que o estado brasileiro resolveu nacionalizar a capoeira, motivo que levou o governo do estado da Bahia, em plena Era Vargas, a permitir o funcionamento da escola de Mestre Bimba. Este, por outro lado, defende a capoeira como luta criada no Brasil. A idéia da capoeira como "arte marcial brasileira" norteou as primeiras iniciativas públicas que tiveram impacto no cotidiano do capoeirista, uma perspectiva polêmica que permanece defendida por uns e criticada por outros, principalmente pelos mestres de capoeira angola, que afirmam sua ancestralidade africana. (OLIVEIRA, 2009.p.40)

Sabe-se que a aceitação e reconhecimento da capoeira não se deu da noite para o dia, como a maioria dos acontecimentos históricos esses foi um processo lento e gradual cheio de peculiaridades, onde pessoas pelo simples fato de praticar uma arte guerreira foram perseguidas e maltratadas por pessoas que dominavam o poder.

A legalização da capoeira passou por um processo gradual, que vai desde as primeiras rodas de capoeira nos terreiros até abertura de escolas de capoeira, sobre isso sabe-se que Mestre Bimba (Manuel dos Reis Machado 1900-1974) abre oficialmente uma escola de capoeira o Centro de Cultura Física e Capoeira Regional, na cidade Salvador (Bruhns,2000), esse fato colabora para o surgimento de outras escolas legais no Brasil.

A realidade da capoeira hoje é outra já que ela é reconhecida nacionalmente e internacionalmente como uma forma de aprendizagem. Em 1972, o Ministério da Educação e Cultura reconheceu a capoeira oficialmente como esporte. Agora, desde o dia 15 de julho de 2008, a capoeira é Patrimônio Cultural Brasileiro e registrada como Bem Cultural de Natureza Imaterial. (BRASIL, 2008.p.01)

Dessa forma a capoeira antes entendida como uma atividade relacionada à vadiagem, ganha seu merecido lugar entre os representantes da cultura patrimonial brasileira.

Sobre Patrimônio faz surgir uma dicotomia já que esse Patrimônio pode ser Tangível e Intangível, o Brasil é um país que possui uma grande leque patrimonial, em ambas as categorias, ou seja Patrimônio Tangível ou Material, que o Patrimônio Palpável, como construções, Sítios Arqueológicos e etc. e o Patrimônio Intangível ou Imaterial, que não é palpável que são as danças, os costumes os ritmos etc, hoje é uma arte reconhecida através de um inventário que constata seu valor Patrimonial não só para o Brasil como para o Mundo.

O Inventário trata-se de um conjunto de encaminhamentos que baseou as 'Recomendações do Plano de Salvaguarda da Capoeira'. Além disso, norteou a indicação de que seria necessário reconhecer como Patrimônio Cultural do Brasil o saber do mestre de capoeira, como ofício, e a roda de capoeira, como forma de expressão. Em termos institucionais, o processo do Inventário foi alocado no Laboratório de Pesquisas em Etnicidade, Cultura e Desenvolvimento (LACED) do Museu Nacional-UFRJ, por meio da Fundação Universitária José Bonifácio (FUJB-UFRJ). A coordenação do projeto também contou com a supervisão da Diretoria de Patrimônio Imaterial do IPHAN, das Superintendências Regionais do IPHAN da Bahia e de Pernambuco e do Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular (CNFCP).(BRASIL,2007,p.10)

Baseado nisso, a Capoeira em sua gênese e com suas características fica inserida dentro do Patrimônio Imaterial Brasileiro, como uma arte, dotada de peculiaridades bem distintas e perceptíveis, como o gingado do praticante, o ritmo dos instrumentos utilizados nas rodas (Berimbaus, Atabaques, Pandeiros) que são os mais presentes nos grupos e rodas, e até mesmo das batidas ritmadas e certeiras durante a dança do "Maculêê".

A capoeira é uma manifestação cultural que se caracteriza por sua multidimensionalidade – é ao mesmo tempo dança, luta e jogo. Dessa forma, mantém ligações com práticas de sociedades tradicionais, nas quais não havia a separação das habilidades nas

suas celebrações, característica inerente à sociedade moderna. Ainda que alguns praticantes priorizem ora sua face cultural, seus aspectos musicais e rituais, ora sua face esportiva, a luta e a ginástica corporal, a dimensão múltipla não é deixada de lado. Em todas as práticas atuais de capoeira, permanecem coexistindo a orquestração musical, a dança, os golpes, o jogo, embora o enfoque dado se diferencie de acordo com a singularidade de cada vertente, mestre ou grupo. (MELLO,2002,p.11)

## **A CAPOEIRA NA ESCOLA**

Hoje é facilmente perceptível a importância da capoeira não só na sociedade Brasileira como mundo, pois é um esporte (dança) que possui um grande destaque no contexto histórico e social do povo africano e Brasileiro, ressalta-se que essa importância ganhou tanta proporção que hoje a capoeira é um componente integrante do cotidiano escolar, sobre isso Monteiro (2003,p.7). Relata que

O mestre Senna afirma ser de responsabilidade dele a implantação da capoeira na escola, através da fita verde do seu grupo, Milton Gesteira Diniz Gonçalves, que iniciou aulas de capoeira no Colégio Joãozinho e Maria, em 1959. Esse seria o primeiro trabalho em nível escolar desenvolvido com capoeira na Bahia, embora não tenhamos registros que comprovem essa informação. Entretanto o mesmo autor cita ainda o trabalho do Professor Aristides Pupo Mercês, professor de Educação Física, formado pela Universidade Católica do Salvador (UCSal), que teria iniciado sua docência em 1964 na Escola Tomaz de Aquino e, um ano depois, na Escola Parque. O autor se refere mais confiante quanto a esse último estabelecimento e afirma que Aristides talvez seja realmente um dos percussores da Capoeira na Escola (esfera pública).

A Escola hoje é um espaço de atividades diversas todas voltadas para educação dos discentes e a capoeira configura-se como mais uma atividade, que vem a fortalecer a aprendizagem, o desenvolvimento psíquico-motor e fortalecimento de vínculos entre alunos e docentes.

Como um dos instrumentos responsáveis por educar é importante perceber que as Escolas pouco a pouco estão dotando currículos mais flexíveis e adequados a natureza cultural e regional que os alunos estão inseridos, e todo esse contexto integrador acaba facilitando o processo de ensino-aprendizagem, já que a inserção de práticas e conteúdos correlacionados com atividades atrativas para os alunos, como é o caso da capoeira, o aprendizado conseguiu fluir de modo mais satisfatório.

Nas aulas de Educação Física as atividades práticas geralmente são específicas para cada grupo de alunos, dependendo do sexo (Pois geralmente a maioria dos meninos preferem futebol, enquanto a maioria das meninas preferem vôlei ou queimada) mas em geral essas atividades, além do alongamento e aquecimento, giram em torno do futebol, do vôlei, queimada, corrida, danças, e nos últimos anos tem –se visto a inserção da capoeira dentro da educação física escolar.

Ressalta-se que aceitar a capoeira como uma prática física e educativa tornou-se mais fácil depois que ela foi desmembrada da Confederação Nacional de Pugilismos (Departamento Nacional de Lutas) e em 1993 foi criada a CBC (Confederação Brasileira de Capoeira) com o advento da Confederação Brasileira de Capoeira - CBC, foram padronizados procedimentos técnicos, culturais, administrativos e desportivos. Estabeleceu-se uma nomenclatura de movimentos, níveis de alunos e docentes segundo critérios metodológicos de tempo e de conhecimento, assim como competências, saberes e habilidades específicas para a reprodução cultural da Capoeira. Um novo ritmo foi estabelecido, a ponto de até os opositoristas também terem que se reestruturar desportiva e institucionalmente para acompanhar tais modificações. (BRASIL,2007.p.37)

### **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Ao longo da história muitas leituras buscam despertar nos seu público o interesse em compreender a contribuição africana para formação do Brasil, em visto que o país foi construído sobre sólidas bases da contribuição negra, contribuição essa que se iniciou no período colonial e é visível até hoje.

Para compreender o surgimento da capoeira foi preciso se despir de conceitos anteriormente pré-estabelecidos e que não contemplava o conhecimento integro dessa atividade, que hoje ultrapassou os limites das rodas de terreiros e chegou a espaços mais organizados. Verificou-se que essa prática está intimamente ligada a vinda dos africanos para o Brasil, através da escravidão esses por sua vez colaboraram muito mais do que com sua força de trabalho.

A capoeira foi uma das muitas práticas africanas que se desenvolveram no Brasil colaborando de forma significativa para o enriquecimento da cultura, ressaltando que das primeiras praticas nas senzalas e terreiros até a aceitação, valorização e promoção houve um longo caminho, de proibição, perseguição e até mesmo castigo para aqueles que a praticavam.

Como elemento da cultura a capoeira foi ganhando um novo sentido, algo que transcendia os movimentos físicos, isso foi possível graças à valorização da capoeira como algo cultural, dessa forma a ela foi agregado um valor intangível, algo incapaz de ser mensurável já que se tratava dos sentimentos e respeitos que a capoeira conquistou na sociedade brasileira. É válido destacar que inclusive o conhecimento adquirido durante o curso de especialização possibilitou o desenvolvimento de uma nova visão, não apenas sobre a capoeira mais sobre muitos outros elementos da matriz africana que estão bastante presentes no cotidiano Brasileiro.

O Reconhecimento cultural a capoeira intensificou movimentos de valorização da diversificação da cultura brasileira, evidenciou uma maior aceitação da contribuição africana na formação do país. Sobre isso

ressalta-se que a especialização em História Cultura Brasileira levou o aluno a expandir sua percepção tanto em relação à cultura afro, como em relação à forma como os conhecimentos dessa parte da história é transmitido aos alunos, promovendo assim uma reflexão sobre prática pedagógica e uma autoavaliação de como essa pode ser melhorada na promoção da aprendizagem.

Ainda sobre a capoeira constatou-se que o desenvolvimento dessa bem como a sua sistematização de ensino e valorização por parte da comunidade fizeram com que essa se expandisse até chegar ao ambiente escolar e hoje é bastante usada não apenas como atividade física ou recreativa, mas como um instrumento de complementação dos demais componentes curriculares. Ao ser inserida na Escola houve um ganho bilateral, a capoeira ganha em relação a seu reconhecimento e valorização e a escola ganhou em relação a diversificação do currículo através de uma atividade que promove a socialização entre os discentes.

Os conteúdos ensinados no curso juntamente com essa pesquisa evidenciaram que ainda é preciso promover maiores debates sobre a contribuição Africana para a formação do Brasil, incentivando as pessoas a conhecerem melhor contexto histórico, cultural e educacional dessa contribuição.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. **Inventário para registro e salvaguarda da capoeira como patrimônio cultural do Brasil**. [dossiê]. Brasília, DF: IPHAN, 2007.

Brasil. LDB : Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional : lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, Brasília, DF: IPHAN, 1996.

BRASIL. **Capoeira é Oficialmente Reconhecida como Patrimônio Cultural Brasileiro**. Publicado em 2008. Disponível em <<http://www.cultura.gov.br/site/2008/07/16/capoeira-patrimonio-cultural-brasileiro/>> Acesso 16 de Abril de 2019

BRITO, Celso de; LEWGOY, Bernardo. **Análise etnográfica de um grupo de Capoeira Angola na cidade de Lyon-França e sua relação com o contexto global**. *Cultures-Kairós* [En ligne], Capoeiras ? objets sujets de la contemporanéité, Théma, Mis à jour le 16/12/2012. Disponível em: <<http://revues.mshparisnord.org/cultureskairos/index.php?id=538>>. Acesso em: 04/05/2019.

BRUHNS, Heloísa Turini. **Futebol, Carnaval e Capoeira: Entre gingas do corpo Brasileiro**. Campinas-SP: Papyrus, 2000

DAMATTA, Roberto. **Carnavais, Malandros e Heróis**: para uma sociologia do dilema brasileiro. 6. ed. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.

EDUARDO, Luiz. **A História da capoeira no Brasil**. Publicado em 26 de Abril de 2005. Disponível em: <<http://portalcapoeira.com/Publicacoes-e-Artigos/a-historia-da-capoeira-no-brasil>>. Acesso em: 12 de maio de 2019

FALCÃO. José Luiz Cerqueira. **O Jogo da capoeira em Jogo e a construção da práxis capoeirana**. 2004. 393 f. Tese de doutorado em Educação. Faculdade de Educação (FACED). UFBA - Salvador.

FERREIRA, I. A Capoeira no Rio de Janeiro 1890-1950. **Coleção Capoeira Viva**, 2007.

**Fundação Internacional de Capoeira Angola-BA** (FICA-BA). Disponível em: < [www.ficabahia.com.br](http://www.ficabahia.com.br) >. Acesso em: 13 de maio de 2019.

GIL, Gilberto. **Brasil, paz no mundo**. Disponível em: < <http://www2.cultura.gov.br>> acesso em: 15 de maio de 2019.

GONÇALVES JUNIOR, L. Dialogando sobre a Capoeira: Possibilidades de Intervenção a partir da Motricidade Humana. **Revista Motriz**: Rio Claro, SP, v.15, n.3, p. 700 – 707, 2009.

MARTINELLI, Maria Lúcia. **Pesquisa qualitativa**: um instigante desafio. São Paulo: Veras, 1999.

MATA, João da. **A liberdade do corpo**. Soma, capoeira angola e anarquismo. São Paulo, 1993.

MELLO, A. S. A história da capoeira: pressuposto para uma abordagem na perspectiva da cultura corporal. In: **VIII Congresso Brasileiro de história da educação física, esporte, lazer e dança**, Anais, Ponta Grossa, PR: Universidade Estadual de Ponta Grossa, 2002.

OLIVEIRA, J.P; LEAL, L. A. P. **Capoeira, identidade e gênero**: ensaios sobre a história social da capoeira no brasil. Salvador: EDUFBA, 2009.

REIS, R. **Educação Física e Multiculturalismo Crítico**: A capoeira como conteúdo de reflexão. Grupo de Pesquisas em Educação Física Escolar FE, USP/Cnpq, São Paulo, 2009, 10 p.



SILVA, Robson Carlos da. **Capoeira: O preconceito ainda existe?** Teresina, 2008.

SILVA, P. C. C. Capoeira na Educação Física – Uma história que dá jogo... Primeiros apontamentos sobre suas inter-relações. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, v. 23, n. 1, 2001, p. 123-130.

SOARES, Carlos Eugênio Líbano. **A capoeira escrava e outras tradições rebeldes no Rio de Janeiro (1808-1850)**. Campinas: Unicamp, 2014.

VASSALLO, Simone Pondé. **O registro da capoeira como patrimônio imaterial novos desafios simbólicos e políticos**. Publicado em 2009. Disponível em: <  
<http://portalrevistas.ucb.br/index.php/efr/article/viewFile/977/841>>. Acesso em: 13 de maio de 2019.

# **ASSÉDIO MORAL NOS RECURSOS HUMANOS DAS ORGANIZAÇÕES PÚBLICAS**

Machado, Camila Cavalca Lucio<sup>1</sup>

## **RESUMO**

Assédio moral, ou tortura psicológica, é um tipo de violência praticada no mundo corporativo propagada através de críticas, humilhações, isolamento e sobrecarga de trabalho ao servidor assediado. Caracteriza-se pela recorrência, intenção e regularidade dos atos. A estrutura hierarquizada, a burocracia excessiva e a alta competitividade são algumas características que explicam o aumento dessa prática abusiva no serviço público. Algumas consequências desse tipo de conduta são os males à saúde física e psíquica da vítima e os prejuízos financeiros à própria organização. O ordenamento jurídico, apesar de ainda falho e omissivo, assegura alguns direitos ao trabalhador que podem ser invocados no caso de sofrimento por assédio moral, entre eles o artigo 1º, inciso III da Constituição Federal: a dignidade da pessoa humana. Através da pesquisa explicativa qualitativa, este artigo tem como principal objetivo desmistificar o assédio moral e contextualizá-lo nas repartições públicas, bem como definir conceitos e suas consequências legais, abordar a gestão de pessoas nas relações de subordinação e de poder e esclarecer de que maneira o problema pode atingir seriamente a saúde dos servidores e até mesmo gerar custos para organização.

**PALAVRAS CHAVE:** Assédio Moral. Tortura psicológica. Serviço Público. Direitos. Legislação Brasileira.

## **INTRODUÇÃO**

“Entende-se por assédio moral toda conduta abusiva, a exemplo de gestos, palavras e atitudes que se repitam de forma sistemática, atingindo a dignidade ou integridade psíquica ou física de um trabalhador” (CNJ, 2019). Definido, é importante destacar que embora a discussão seja recente, o assédio moral existe desde que a mão de obra humana é trocada por moeda. Considerando que hoje o trabalho – e suas consequentes relações interpessoais e hierárquicas – é fonte de renda para 54,2% da população brasileira<sup>2</sup>, a reflexão e o debate sobre o tema tornam-se fundamentais e inevitáveis para estabelecer as causas e as consequências desse câncer.

Na esfera privada o assédio moral pode ser enquadrado no artigo 483 da Consolidação das Leis do Trabalho, já o funcionalismo público é regido pelo estatuto de cada ente federativo que, na grande maioria, não contempla nenhum artigo que defina ou puna esse tipo de conduta. A compilação das previsões legais que amparam os servidores em caso de tortura psicológica é um dos temas abordados neste artigo. Embora os trabalhadores da iniciativa privada estejam mais vulneráveis ao abuso, a

34

estabilidade conferida aos servidores públicos não impede o assédio, seja moral ou sexual. Ao contrário, o ambiente e a estabilidade adquirida contribuem para que o problema não só aconteça como se perpetue e se prolongue por muito tempo. A falta de habilidade da chefia na gestão dos recursos humanos nos órgãos públicos se mostra recorrente e preocupante, com a indiferença do Estado na maioria das vezes e a conseqüente falta de amparo e de consideração dos trabalhadores como pessoas, e não somente como insumos.

Este artigo tem como principal objetivo desmistificar o assédio moral e contextualizá-lo nas repartições públicas, bem como definir conceitos e suas conseqüências legais, abordar a gestão de pessoas nas relações de subordinação e de poder e esclarecer de que maneira o problema pode atingir seriamente a saúde dos servidores e até mesmo gerar custos para organização.

A pressão pela celeridade no âmbito público e a busca pela melhoria na prestação de serviços aos usuários, unidos à recursos materiais escassos e estrutura física deficiente, tem como conseqüência um ambiente corporativo favorável à disseminação das práticas de intimidações e coação moral, onde os superiores se prevalecem de suas posições e de seus cargos a fim de desestabilizar as funções hierarquicamente inferiores. Explanar-se-á os reflexos dessa situação e até que ponto a legislação brasileira ampara o servidor.

A metodologia utilizada para elaboração deste artigo foi a pesquisa explicativa qualitativa, através da análise e interpretação dos fatos, identificação das causas e reflexão do objeto de estudo. Foi realizada uma minuciosa exploração e síntese bibliográfica, com o estudo de livros, sites, artigos, notícias e jurisprudências, com o foco da análise no tema assédio moral no serviço público.

### **ASSÉDIO MORAL: DEFINIÇÃO**

Nos tempos modernos o trabalho tornou-se não só fonte de sustento para a família, mas também objeto de realização pessoal e profissional. Muitas pessoas encontram no emprego o conforto para as situações difíceis e o amparo para superação de dificuldades. Com o aumento das demandas por produtos e serviços adotou-se a divisão social do trabalho, porém esse progresso se deu apenas no plano objetivo, uma vez que a convivência entre patrão e empregado continua nos mesmos moldes da relação entre senhores feudais e seus servos. O assédio moral, mesmo nos tempos em que não era assim titulado, sempre esteve presente nas relações de trabalho, porém é hoje assunto de discussão recorrente em todas as camadas sociais.

O assédio moral é essencialmente caracterizado pela repetição, intenção, regularidade, duração e pelo direcionamento dos atos praticados. Causam ofensa e angústia à vítima e podem afetar o desempenho no serviço. São situações de cunhos vexatórios, humilhantes, desrespeitosos e até mesmo

injuriosos impostos pelo assediador, onde este costuma apresentar continuamente uma conduta abusiva, hostil e ameaçadora, deixando o assediado em situação frágil e impotente. O importunado entra em sofrimento social, mental e psicossomático.

O assédio pode ser expressado retirando-se a autonomia do servidor, por exemplo. Contestações desmotivadas, sobrecarga direcionada a uma pessoa em específico, críticas à vida particular, isolamento, delegação de tarefas impossíveis de serem cumpridas, ironias, manipulação de informações, vigilância excessiva, limitação do número de idas ao banheiro e divulgação de boatos são outras maneiras de assediar o subordinado.

O assédio moral é mais comum entre diferentes hierarquias – assédio vertical descendente -, mas pode ocorrer entre pares – assédio horizontal -, num contexto de trabalho. Os alvos mais frequentes são as mulheres, em especial no período pós-parto, servidores que sofreram algum tipo de acidente de trabalho e servidores que apresentem alguma característica que fuja aos padrões estabelecidos – cor, raça, credo ou orientação sexual. Fatos corporativos isolados e discussões episódicas não são capazes de determinar o assédio moral. O estresse também não pode ser confundido com o assédio, já que compreende um estado biológico consequente da sobrecarga de serviço e de situações adversas, combatido através de políticas de qualidade de vida no trabalho (QVT) - o gerenciamento de estresse.

### **O ASSÉDIO MORAL NO SERVIÇO PÚBLICO**

O atual contexto econômico e social exige um serviço célere, de qualidade, atualizado, com um retorno financeiro rápido, onde os laços e as relações interpessoais são deixados de lado em prol da companhia. Na administração pública não poderia ser diferente: numa época em que a sociedade clama por respostas claras e imediatas e cobra pelos serviços que paga através dos impostos, os servidores estão sobrecarregados de metas, são pressionados a produzirem mesmo carentes de servidores, recursos materiais e tecnológicos. A administração pública é submetida aos princípios constitucionais previstos no artigo 37, da Constituição Federal: legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência. Conforme estudado na disciplina de Recursos Humanos do curso de pós-graduação “Gestão das organizações Públicas e Privadas” do Instituto Souza, o princípio da eficiência é baseado no fato da Administração Pública buscar um aperfeiçoamento na prestação dos serviços públicos, mantendo ou melhorando a qualidade dos serviços, com economia de despesas. Para atender essas demandas são criadas estratégias perversas pela chefia quando na gestão de seus subordinados, começando com o uso de palavras ofensivas e evoluindo para críticas, xingamentos e exclusão da vítima, caracterizando claramente abuso de poder e excesso por parte do superior. O ambiente organizacional fica hostil e fragilizado,

situação que acaba por atingir não só o direcionado, mas toda a equipe e sua produtividade. A cartilha do Ministério Público Federal "Assédio Moral e sexual. Previna-se" lista algumas características do serviço público que tornam o ambiente mais oportuno à prática de assédio: estrutura hierarquizada, burocracia excessiva, regulamentação insuficiente, falta de compromisso e alta competitividade (Fonte: CNMP, 2016).

No mais, a estabilidade prevista ao servidor público efetivo na Lei nº 8.112/1990

Art. 21. O servidor habilitado em concurso público e empossado em cargo de provimento efetivo adquirirá estabilidade no serviço público ao completar 2 (dois) anos de efetivo exercício.

Art. 22. O servidor estável só perderá o cargo em virtude de sentença judicial transitada em julgado ou de processo administrativo disciplinar no qual lhe seja assegurada ampla defesa.

respalda o assediador de que sua conduta restará ileso ante a complicação e a morosidade da penalização dos atos praticados. As testemunhas, sabendo dessa condição de impunidade, calam-se com receio de sofrer retaliações, cientes de que a pessoa permanecerá longo período na organização sem represália alguma. O silêncio e a falta de união entre os colegas são alguns dos fatores que transformam o ambiente de trabalho em um local propício para hostilidades e abuso de poder, onde o medo disseminado propositalmente pelo assediador é usado como ferramenta para aumentar a produtividade e cumprir as metas, causando concorrência e tensão permanente entre os membros da equipe.

A falta de uma gestão firme e efetiva dos recursos humanos por parte da chefia também pode desencadear situações de assédio no ambiente de trabalho, entre alguns exemplos podemos citar a transmissão de informações seletivas e privilegiadas à servidores direcionados - causando atrito entre os pares - e a falta de gerenciamento e de divisão de tarefas, fazendo com que os próprios servidores acabem por determinar ou se autodesignar superiores.

### **CONSEQUÊNCIAS DO ASSÉDIO MORAL À SAÚDE DO TRABALHADOR**

O assédio moral traz grandes prejuízos à saúde física e psíquica do funcionário, é uma guerra psicológica que tem como consequências a queda de qualidade de vida do trabalhador e prejuízos financeiros à própria organização, conforme exemplifica Paula Ariane Freire no artigo "Assédio Moral e Saúde Mental do trabalhador, 2008":

"Estima-se que o assédio é uma das causas mais importantes de estresse laboral. O assédio moral pode causar ou agravar muitos transtornos psicopatológicos, psicossomáticos e comportamentais. Incluem-se no rol dos psicopatológicos todos os sintomas ou síndromes de ansiedade, depressão (incluindo apatia, insônia, pensamento introvertido, problemas de concentração, humor depressivo, perda de interesse por coisas ou situações que antes

lhe despertavam, introversão, insegurança, falta de iniciativa, melancolia, pesadelos etc.), mudanças de humor (ciclotimia), e irritabilidade (distimia).

Os sintomas psicossomáticos incluem todos os sintomas físicos, mas que têm uma origem ou uma gênese psíquica, como hipertensão arterial, ataques de asma brônquica, úlceras estomacais, enxaqueca, perda de equilíbrio (labirintite ou síndrome de Menière), torcicolos, lombagos, queda de cabelo (alopecia), dores musculares e/ou articulares de origem tensional, e estresse. Finalmente, os sintomas comportamentais se traduzem em reações agressivas (consigo mesmo ou com outras pessoas do convívio social), transtornos alimentares, aumento no consumo de álcool e/ou drogas, aumento do tabagismo, disfunção sexual e isolamento social.”

Com a saúde comprometida, o problema, inicialmente corporativo, torna-se dominante na vida da vítima, afetando os relacionamentos e as tarefas pessoais, seu círculo de amigos e o dia a dia com a família. Além do prejuízo emocional, muitas vezes o assediado arca com os prejuízos financeiros advindos de tratamentos médicos. Para a empresa restam funcionários insatisfeitos, adoecidos e de pouco potencial produtivo, com a iminência de um afastamento para tratamento de saúde e a consequente vacância do cargo ocupado.

No serviço público o assédio moral está muito ligado à disputa de poder. Com o aval do nosso ordenamento jurídico, muitas funções de chefia são destinadas a cargos de comissão. “Os cargos de provimento em comissão (cujo provimento dispensa concurso público) são aqueles vocacionados para serem ocupados em caráter transitório por pessoa de confiança da autoridade competente para preenchê-los, a qual também pode exonerar *ad nutum*, isto é, livremente, quem os esteja titularizando (MELLO, 2002)”. Assim, muitos são empossados no cargo sem o mínimo conhecimento técnico na área de atuação, tornando-se chefe, muitas vezes, de servidores mais qualificados e experientes que o próprio superior. Como consequência, percebendo-se tecnicamente inferiorizado, a chefia diminui, isola, retira atribuições, desvia a função ou até mesmo coloca o servidor à disposição do Departamento de Recursos Humanos.

A situação se agrava quando o órgão se mostra indiferente aos apelos dos servidores, corroborando indiretamente com os episódios de assédio e nutrindo uma cultura organizacional de não-interferência nos problemas interpessoais. Para que haja um ambiente corporativo saudável, a organização deve ter como princípio fundamental a valorização e o respeito ao funcionário, além de políticas de encorajamento para que os abusos sejam denunciados.

## **ASSÉDIO MORAL E ORDENAMENTO JURÍDICO**

Independente da política adotada pelo órgão no que diz respeito às boas práticas entre chefia e subordinados, o ordenamento jurídico deve se tornar aliado dos que sofrem coações ou abusos no ambiente de trabalho.

O judiciário tem a responsabilidade de reprimir e combater todo e qualquer ato de tortura psicológica dentro do espaço corporativo, seja ele público ou privado, e é dever do empregador dispensar aos empregados tratamento respeitoso e digno. Tendo em vista a carência de previsão legal específica no âmbito público para criminalizar o tipo de conduta a que se refere este artigo, serão citadas algumas leis que enquadrem as situações como comportamentos ilícitos.

No preâmbulo dessa discussão legal está um dos princípios fundamentais previstos pela Constituição Federal de 1988, artigo 1º, inciso III: a dignidade da pessoa humana. Todos os demais dispositivos que vierem a ser tratados aqui serão vertentes desse princípio básico e fundamental. A dignidade humana pode ser considerada a essência de todos os direitos da pessoa, sendo passível de dano moral. “A dignidade é o valor absoluto, insubstituível e indispensável, inerente a cada ser humano (MORAES, 2008)”.

Na carta magna, em seus artigos 170 e 193, o legislador torna clara a importância do trabalhador e seu bem-estar, assegurando a ele uma existência digna e justa. A valorização do trabalho humano, estudada de maneira ampla e considerando que é exercida por um ser dotado de sentimentos e sensibilidades, compreende não só a valorização de seu labor, mas também de suas habilidades, aptidões, atividades e tudo que ademais resulta sua mão-de-obra.

Art. 170. A ordem econômica, fundada na valorização do trabalho humano e na livre iniciativa, tem por fim assegurar a todos existência digna, conforme os ditames da justiça social (...)

Art. 193. A ordem social tem como base o primado do trabalho, e como objetivo o bem-estar e a justiça sociais.

A Constituição Federal dispõe nos artigos 196 a 200 a saúde como direito de todos e dever do Estado, a qual deverá ser garantida mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação (CF, 1988). Ora, quando a saúde do servidor público, tutelado ao Estado, é profundamente comprometida pelas condutas abusivas e periódicas advindas do âmbito do trabalho, este deverá ser responsável não só pelo acesso ao tratamento da doença, mas também pela punição do causador e pela coibição dos fatos, além de garantir a redução dos aborrecimentos que vierem a acometer a vítima.

Toda pessoa tem o direito material e processual de reivindicar os seus direitos e pretensões. O sistema atual permite que todo aquele que tenha ameaça ou lesão a seus direitos possa buscar a tutela jurisdicional adequada, o que inclui o acesso à ordem jurídica justa (MEDINA, 2018).

Assim, havendo assédio moral comprovado, caracterizado pela recorrência e intencionalidade e que viole claramente o direito à dignidade da pessoa humana, o servidor ofendido pode invocar os artigos 186 e 187 do Código Civil Brasileiro. Quando o assediador agride - por meio de palavras ou gestos -, se omite - deixando, por exemplo, de cientificar o servidor de decisões ou mudanças relativas ao trabalho - ou se excede, ele viola o direito que o empregado tem de ser tratado com consideração, cometendo em todos esses casos atos ilícitos.

Art. 186: Aquele que, por ação ou omissão voluntária, negligência ou imprudência, violar direto e causar dano a outrem, ainda que exclusivamente moral, comete ato ilícito

Art. 187: Também comete ato ilícito o titular de um direito que, ao exercê-lo, excede manifestamente os limites impostos pelo seu fim econômico ou social, pela boa-fé ou pelos bons costumes.

O Código Civil versa, ainda, em seu artigo 932, que o empregador é responsável por seus empregados, serviços e prepostos, no exercício do trabalho que lhes competir, ou em razão dele. Destarte, os servidores achacados são subordinados e não podem servir de escudo para isentar a chefia da responsabilidade pela harmonia e pela saúde no ambiente de trabalho. Inclusive, o servidor público abusador e o Estado são responsáveis solidários pelos danos e pelas consequências que as condutas de assédio podem originar, conforme veremos a seguir.

Ao servidor que ofende ou viola o direito de outrem, além da disponibilização dos bens para reparação do dano causado (artigo 942 do Código Civil), podem ser imputados os crimes de maus tratos (artigo 136 do Código Penal), difamação e injúria (artigos 139 e 140) e constrangimento ilegal (artigo 146), além da possibilidade de ser sancionado administrativamente com as penalidades de demissão, multa ou suspensão. Em caso de indenização à vítima por parte do Estado, este pode cobrar o ressarcimento do prejuízo ao Erário através de uma ação contra o servidor que causou o mal:

Art. 43 do Código Civil: As pessoas jurídicas de direito público interno são civilmente responsáveis por atos dos seus agentes que nessa qualidade causem danos a terceiros, ressalvado direito regressivo contra os causadores do dano, se houver, por parte destes, culpa ou dolo.

Artigo 37 da Constituição Federal, § 6º: As pessoas jurídicas de direito público e as de direito privado prestadoras de serviços públicos responderão pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros, assegurado o direito de regresso contra o responsável nos casos de dolo ou culpa.

Como é de se notar, nosso ordenamento jurídico é carente nas questões ligadas especificamente ao assédio moral. Há um projeto de Lei em discussão no Senado, já aprovado pela Câmara, que prevê detenção de



um a dois anos e multa para quem ofender reiteradamente a dignidade de empregado, causando-lhe dano ou sofrimento físico ou mental no exercício de emprego, cargo ou função. Embora existam propostas e projetos como este, o processo legislativo é moroso. Mas, ainda que a legislação seja deficiente, pode-se observar que há recursos e alternativas legais para o combate às ações e omissões nas formas agressivas de gestão. O praticante pela má conduta responde por seus atos civil, criminal e administrativamente.

Não se pode calar a sociedade quando em busca de seus direitos, em especial os trabalhadores - responsáveis por movimentar uma grande parcela da economia do país. Há que se discutir e se informar, denunciar, questionar, debater, não esmorecer. Realidade presente no cotidiano de muitos, o assédio moral não pode ser deixado de lado como um coadjuvante, mas sim abordado com coragem pelas vítimas e com respeito pelo legislador.

### **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Como aumento da competitividade no mercado mundial, a inclusão de diversas formas de tecnologia no dia a dia corporativo e a consequente diminuição dos postos de trabalho, as relações interpessoais ficaram fragilizadas. Embora a conduta de assédio moral seja recorrente e ainda pouco enfrentada, é evidente que hoje este assunto tem maior destaque em nossa sociedade. E pudera! Como pudemos observar, os problemas ocasionados por esse tipo de comportamento transcendem o mundo funcional e a vida pessoal e tornam-se um problema social. Doenças, dificuldades familiares, desmotivação, transtornos psicológicos, prejuízos financeiros para a empresa, afastamentos, custos previdenciários com aposentadorias prematuras e a perda de recursos humanos e da capacidade produtiva são alguns dos prejuízos com que a vítima e a população podem arcar.

O servidor público, tradicionalmente menos cobrado em relação ao empregado de empresa privada, atualmente sente a pressão da sociedade pela eficiência e pela celeridade na prestação de serviços. A consequência é um aumento substancial nos casos de assédio moral entre servidores onde o corporativismo dos grandes cargos acaba por calar e amedrontar os subordinados. Assim, quando caracterizado o terror psicológico, materializado através da recorrência e do direcionamento dos insultos e humilhações - por meio de gestos e palavras -, de ataques à dignidade do ofendido e da degradação do ambiente de trabalho, a legislação deverá ser evocada para defesa dos direitos do empregado. Um dos objetivos deste artigo foi verificar os dispositivos legais que podem amenizar ou evitar a prática do problema.

Medidas preventivas que coíbam o assédio moral no ambiente de trabalho e gestões que priorizem a saúde do servidor devem ser pleiteadas e consideradas com seriedade pelas empresas privadas e órgãos públicos.

Por fim, é válido ressaltar que trabalhador satisfeito e saudável produz mais e produz feliz.

Em contexto com a disciplina de Gestão de Recursos Humanos do curso de Pós-Graduação do Instituto Souza, o tema abordado neste artigo foi inspirado durante o curso da matéria e da análise do próprio ambiente de trabalho. Conforme estudado no material fornecido pela pós-graduação "Gestão das Organizações Público e Privadas", é comum que as empresas prometam sucesso futuro desde que ocupem um lugar central na história do trabalhador, condenando o operário a colocar todas as dimensões de sua vida em função profissional: família, lazer e estudos. De tal modo, as políticas de Recursos humanos mostram-se fundamentais na luta dos trabalhadores, não só por melhores condições físicas no trabalho, mas também pelo cuidado com o bem-estar do funcionário e pelo combate de práticas violentas e intimidatórias no ambiente corporativo, tal qual o abuso moral.

Cabe constar que a especialização supracitada me acrescentou uma visão global da Gestão das Organizações e do papel da chefia e do subordinado. Desenvolvi grande interesse e aprofundamento pelas disciplinas de "relacionamentos interpessoais", "cultura organizacional" e "gestão de recursos humanos", e foi engrandecedor estudar os conceitos das situações vividas no meu dia a dia funcional. Além de permitir uma importante expansão de conteúdo para reflexão e para lidar com os problemas reais, a pós-graduação motivou minha procura por mais conhecimento sobre meus direitos e minhas funções no trabalho.

## REFERÊNCIAS

ARENAS, Marlene Valério dos Santos. **Assédio Moral e Saúde no trabalho do servidor público do Judiciário**. Porto Alegre, 2013

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado, 1988

BRASIL. **Lei nº 10.406 (Código Civil)**. Brasília: Senado: 2002

BRASIL. **Decreto-Lei nº 2848 (Código Penal)**. Brasília: Senado: 1940

Conselho Nacional de Justiça. **Notícias CNJ**. Disponível em <http://www.cnj.jus.br/noticias/cnj/84036-cnj-servico-o-que-e-assedio-moral-e-o-que-fazer>. Acesso em 28/05/2019.

FREIRE, Paula Ariane. **Assédio Moral e saúde mental do trabalhador**. Disponível em [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1981-77462008000200009](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1981-77462008000200009). Acesso em 29/05/2019

GUIMARÃES, Magali Costa. **Transformações do trabalho e violência psicológica no serviço público brasileiro**, 2009

IBGE. **Agencia de Notícias IBGE**. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/24691-pnad-continua-taxa-de-desocupacao-e-de-12-5-e-taxa-de-subutilizacao-e-24-9-no-trimestre-encerrado-em-abril-de-2019>. Acesso em 31/05/2019

Instituto Souza. Gestão das Organizações Público e Privadas, Disciplina: **Gestão de Recursos Humanos**. (Apostila)

MEDINA, José Miguel Garcia. Araújo, Fabio Caldas de. **Código Civil Comentado**, Editora Revista dos Tribunais, 2ª Edição, 2018

MELLO, Celso Antonio Bandeira de. **In Curso de Direito Administrativo**. 14ª ed. São Paulo: Malheiros, 2002

Ministério Público Federal. **Cartilha: Assédio Moral e Sexual, Prevenção**. Disponível em <http://www.mpf.mp.br/sc/arquivos/cartilha-assedio>. Acesso em 29/05/2019

# OS SINTOMAS SEGUNDO A TEORIA PSICANALÍTICA DE FREUD

Santos, Givaldo Dantas dos<sup>3</sup>

## RESUMO

Os sintomas apresentados pelos pacientes que buscam tratamento são um misto de sofrimento e gozo. Entretanto, o presente artigo tem como temática Os Sintomas segundo a Teoria Psicanalítica de Freud. A metodologia deste trabalho por sua vez, fundamenta-se por uma pesquisa de cunho teórico, e em conceitos psicanalíticos visando formular um percurso de desenvolvimento da concepção dos sintomas na teoria freudiana. Porque um sujeito permanece em uma condição que lhe cause tamanho sofrimento? A discursão que pretendemos oferecer com este estudo visa esclarecer aos estudantes da área de Psicologia, Psicanálise, Terapias, Psiquiatria entre outros, que os sintomas apresentados pelos pacientes remetem a construção a que Freud se deteve durante anos em sua trajetória clínica. A finalidade deste trabalho é estudar a formação sintomática como o resultado de um recalçamento do desejo e entender sobre os elementos que compõe para chegar a hipótese do gozo inconsciente contido em todo sintoma. Este artigo tem como objetivo específico um estudo a respeito da formação sintomática, e sobre o que está por detrás dela. A revisão teórica para a fundamentação desse trabalho se fará por meio da Obra de FREUD, Sigmund. Conferência XVII O Sentido dos Sintomas (1917]). Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud. Rio de Janeiro: Imago, 1996. v.16. Visando atingir os objetivos, este trabalho desenvolverá a trajetória freudiana sobre a construção do conceito de sintoma. Como também, abordaremos as primeiras descobertas de Freud juntamente com Josef Breuer no tratamento de sintomas histéricos, passando desde as conceituações do inconsciente, da sexualidade, do desejo, até a repetição, as pulsões, em especial a pulsão de morte. Portanto, com este trabalho buscamos apreender a problemática dos sintomas em psicanálise de forma mais profunda, entendendo o percurso da formação sintomática a partir da teoria psicanalítica de Freud.

**PALAVRAS CHAVE:** Teoria. Sintoma. Desejo. Gozo. Psicanálise.

## INTRODUÇÃO

---

<sup>3</sup> Sacerdote católico pertencente Arquidiocese de Brasília-DF. Pároco na Paróquia São João Evangelista-DF. E-mail: [dantassantosdantas@gmail.com](mailto:dantassantosdantas@gmail.com). Bacharel em Teologia pela Faculdade de Teologia da Arquidiocese de Brasília (FATEO). Licenciado em Filosofia pela Faculdade Entre Rios do Piauí-FAERPI. Pós-Graduado em Ciências da Religião pelo Instituto Souza. Estudante do Curso de Formação em Psicanálise Clínica pelo Instituto Kalíle de Desenvolvimento Humano e estudante de Direito pela Faculdade ICESP de Brasília-DF.

Os sintomas psíquicos apresentados pelos pacientes que buscam tratamento são um misto de sofrimento e gozo o tema é trabalhado a partir da teoria psicanalítica de Freud, partindo de algumas experiências clínicas do mesmo. O presente trabalho caracteriza-se por uma pesquisa de cunho teórico acerca da problemática dos sintomas psíquicos que se estruturam na vida dos sujeitos. O mesmo se embasa única e prioritariamente em conceitos psicanalíticos para, assim, formular todo o percurso de desenvolvimento da concepção dos sintomas na teoria freudiana. Este trabalho detém seu olhar para os sintomas como uma via de gozo para o sujeito, buscando compreender e trabalhar a questão do gozo que se coloca por trás da produção sintomática. O estudo dos sintomas leva-nos a circular por vários conceitos dentro da psicanálise, e remete-nos a construção minuciosa a que Freud se deteve durante tantos anos em sua trajetória. Neste sentido apresentaremos a trajetória freudiana na construção do conceito de sintoma. Abordaremos a partir das primeiras descobertas de Freud juntamente com Josef Breuer no tratamento de sintomas histéricos, passando desde as conceituações acerca do inconsciente, da sexualidade, do desejo, até a repetição, as pulsões, em especial à pulsão de morte, trabalhada em "O mal estar na civilização", onde Freud entende que haveria algo para além do princípio do prazer que movimentaria o desejo e a repetição. Com este trabalho buscamos apreender a problemática dos sintomas em psicanálise de forma mais aprofundada, entendendo o percurso da formação sintomática. Fazendo toda a retomada de teorizações e conceitos psicanalíticos segundo Freud. Sempre com o propósito de entender teoricamente uma questão: porque um sujeito permanece em uma condição que lhe cause tamanho sofrimento? Estudar sobre os sintomas como uma formação do inconsciente, como uma via de gozo que faz o sujeito cair em repetição é no mínimo instigante.

## **A TRAJETÓRIA FREUDIANA NA CONSTRUÇÃO DO CONCEITO DE SINTOMA**

Neste ponto nos propomos a desenvolver e discutir acerca da problemática dos sintomas psíquicos que se colocam na vida dos sujeitos. O que são, como se formam e a que servem os sintomas, dos quais se derivam as queixas dos pacientes, são questões norteadoras para o desenvolvimento deste trabalho. Neste sentido faz-se uso inteiramente da teoria psicanalítica como principal e único meio de fundamentação e pesquisa do assunto, tendo as concepções de Sigmund Freud como fundamental meio de sustentação para o trabalho.

A pesquisa parte, em seu referencial teórico, dos estudos de Sigmund Freud sobre os sintomas neuróticos, como estes se manifestam e porque se apresentam com tanta frequência na vida dos sujeitos lhes causando tamanho desconforto. Para se ter uma compreensão mais abrangente do tema foi necessário fazer uma busca teórica a partir da concepção que Freud tinha sobre os sintomas no início de sua produção em psicanálise. É

imprescindível registrar que o autor teve sua formação acadêmica em medicina, se especializando em neurologia, o que esclarece porque inúmeras vezes no início de seu trabalho ele se manteve em uma posição bastante organicista sobre determinadas questões, que mais tarde ele próprio perceberia que se tratavam de questões psíquicas a nível inconsciente. Freud, ao iniciar um de seus trabalhos sobre o conceito de sintoma, escreve que: "O sentido dos sintomas neuróticos foi descoberto, em primeira mão por Josef Breuer, em seu estudo e cura bem sucedida (entre 1880 e 1882) de um caso de histeria, que desde então se tornou famoso" (FREUD, 1917, p.265). Com isso ele atribui à Breuer essa descoberta, mas é importante entendermos o que pensavam esses autores sobre a temática antes da descoberta citada anteriormente por Freud, bem como qual foi a forma de abordagem usada por eles nesse momento. Inicialmente, Breuer e Freud passaram a estudar os sintomas histéricos que se apresentavam principalmente em forma de paralisia motora, para só mais tarde Freud passar a identificar também os sintomas presentes na neurose obsessiva, que se colocam como ideias repetitivas, rituais, entre outros. No começo não havia uma concepção clara da origem dos sintomas por parte dos autores. Em uma carta enviada a Breuer em 29.6.1892, Freud faz algumas proposições de organização do material produzido por eles até então sobre a histeria e os chamados "ataques histéricos", onde coloca como um de seus títulos "A origem dos estigmas histéricos: altamente obscura, escassos indícios." (FREUD, 1892, p.191) A falta de respostas precisas para seus questionamentos se faz visível nesse momento, Freud e Breuer não tinham ainda esclarecido a origem de tais estigmas. No desenvolvimento do texto, Freud registra que percebe haver um conteúdo que seria responsável pelo desencadeamento dos ataques histéricos que não tem "conexão associativa com a consciência normal" (FREUD, 1893, p.192) E que somente sob o estado "hipnóide" acha-se um conteúdo que está desconectado do conteúdo restante da consciência. Então o mesmo propõe que há uma divisão no conteúdo da consciência. E para explicar tais ataques, escreve sobre a presença de uma dissociação. Não tinha, portanto, até o momento, chegado a formular a ideia de inconsciente. Mas sugere que o retorno de uma lembrança foi o que causou o trauma psíquico responsável pelos ataques histéricos. No decorrer de seus escritos ele fala pela primeira vez em lembrança inconsciente, se referindo no restante do texto a esta como um segundo estado da consciência. No final desse texto Freud faz uma citação recheada de sentido, que ilustra com perfeição o quanto a sua obra foi uma construção minuciosa de conceitos e reparos para se chegar ao que temos hoje. Se uma pessoa histórica intencionalmente procura esquecer uma experiência, ou decididamente rechaça, inibe e suprime uma intenção ou ideia, esses atos psíquicos, em consequência, entram no segundo estado da consciência; daí produzem seus efeitos permanentes e a lembrança deles retorna sob a forma de ataque histérico. (FREUD. 1893, p.196) Freud abandona o

método de sugestão hipnótica por acreditar que este não proporcionava o resultado esperado de uma análise das neuroses. Adere então ao método da associação livre, em que o paciente fala o que lhe vem à mente, decidindo então o curso da análise. A partir disso ele evolui em sua produção.

Segundo Freud:

[...] desde os estudos, a técnica psicanalítica sofreu uma revolução radical. Naquela época, o trabalho [de análise] partia dos sintomas e visava a esclarecê-los um após outro. Desde então, abandonei essa técnica por achá-la totalmente inadequada para lidar com a estrutura mais fina da neurose. Agora deixo que o próprio paciente determine o tema do trabalho cotidiano, e assim parto da superfície que seu inconsciente ofereça a sua atenção naquele momento. (FREUD, 1905, p. 23)

Os Estudos aos quais Freud refere-se na citação acima designa o artigo chamado "Estudos sobre a Histeria" (1893-1895), que foi escrito pelo mesmo juntamente com Josef Breuer. Nesta publicação há o início da produção teórica sobre os fenômenos histéricos, constando ainda relatos de casos clínicos trabalhados por Freud e o famoso caso conduzido por Breuer da "Srta. Anna O.". Foi com o uso do método da associação livre que Freud deu início ao tratamento de um caso de histeria em uma paciente, à qual ele iria chamar de Dora, que lhe possibilitou a compreensão do sentido dos sintomas neuróticos a partir do relato de dois de seus sonhos. O que Freud percebe ao escutar Dora é que a mesma faz o relato de seus sonhos no momento em que não consegue dar conta de lembranças para explicar determinadas situações. Freud começa a pensar que alguma outra coisa poderia estar se colocando ali onde nas lacunas da memória aparece o relato do sonho. E passa a investigar essa questão construindo uma obra de extremo valor sobre a interpretação dos sonhos, quando passa a entender a origem, bem como o sentido dos sintomas neuróticos. Portanto, é a partir da compreensão do significado dos sonhos na vida do sujeito que o autor consegue fazer uma relação para entender o verdadeiro significado do aparecimento dos sintomas na vida de seus pacientes. Durante a publicação de "Fragmento da Análise de um Caso de Histeria" (1905), Freud levanta muitos fatores que ele teria apreendido até então acerca da origem dos sintomas histéricos e também enquanto sintomas psíquicos, que poderiam não ser de natureza da estrutura histérica. Entre estes ele escreve sobre "complacência somática", que proporcionaria aos processos psíquicos uma saída pela via corporal. Afirma que o sentido atribuído ao sintoma histérico seria "emprestado" a ele pelo sujeito, ou seja, que o sintoma não traz consigo esse sentido. Assegura ainda o conteúdo sexual determinantemente formador dos sintomas, bem como sua pluralidade de significados. Escreve ele:

[...] o sintoma significa a representação – a realização – de uma fantasia de conteúdo sexual, isto é, uma situação sexual. Melhor dizendo, pelo menos um dos significados de um sintoma corresponde à representação de uma fantasia sexual, enquanto para os outros significados não se impõe tal limitação do conteúdo. Quando se empreende o trabalho psicanalítico, logo se constata que os sintomas têm mais de um significado e servem para representar simultaneamente diversos cursos inconscientes de pensamento. (FREUD, 1905, p.53)

Para que fique clara a referência que Freud faz às fantasias de conteúdo sexual presente no significado dos sintomas, é importante salientar o que o autor entende por sexualidade, pois em sua obra ele não reduz o termo ao genital, pelo contrário, constrói uma ampla teoria acerca dessa questão trazendo importantes contribuições sobre a constituição do psiquismo. Freud descobre tratando seus pacientes adultos que existe sexualidade infantil devido à disposição perverso-polimorfa da criança à sexualidade, mas que por conta do que ele vai chamar de “amnésia infantil” essas vivências não são lembradas. Sobretudo é através dessa “pré-história” que o adulto constrói e organiza sua sexualidade, bem como sua vida sexual. Ainda sobre a sexualidade, Freud faz um importante descoberta que mais tarde abriria uma gama de possibilidades para o entendimento da vida psíquica dos sujeitos. Ouvindo suas históricas ele percebe em diversos casos o relato de uma cena sexual vivida por elas na infância, algo que se aproximaria de um abuso pela posição de passividade em que se encontravam, isto não necessariamente, pois o autor escreve que em alguns casos “as experiências são surpreendentemente triviais” (FREUD, 1896, p.83). A partir disso Freud constrói a Teoria da Sedução, em que acredita que na origem da neurose teríamos um abuso sexual real praticado por um adulto, que resultaria mais tarde nos sintomas e traumas históricos. No decorrer de sua pesquisa Freud esbarrou no fato de que nem todos os pais eram abusadores, e que suas históricas não haviam mentido quando diziam ter sido vítimas de uma sedução. Quando o autor anuncia o abandono de sua Teoria da Sedução em uma carta enviada a Fliess em 21 de setembro de 1897, escreve: “não acredito mais em minha neurótica”. Para dar conta dessas verdades ele aponta para uma nova teoria, substitui a Teoria da Sedução pela da fantasia, elabora então uma concepção de que o sujeito possui uma realidade singular em seu psiquismo que é guiada pelos seus desejos e fantasias. Que esta seria a verdade do sujeito, dando espaço para uma realidade psíquica baseada no inconsciente. A contribuição que Freud faz com essa teoria é sem dúvida um marco na história da psicanálise, pois a partir do conceito de uma realidade psíquica baseada no inconsciente de cada sujeito pode-se ficar mais próximo de onde reside o desejo do mesmo, e com isso chegar ao esclarecimento do desenvolvimento de uma produção sintomática, por exemplo. Contudo é cabível a compreensão do significado do desejo na teoria freudiana para que se faça entender o porquê da realização de uma



fantasia de conteúdo sexual nos sintomas, tema abordado no início dessa discussão acerca da sexualidade. Com isso deve-se grifar que “Freud utiliza dois termos para designar o desejo: Wunsch, que significa voto ou desejo, e Lust, que se traduz como apetite e prazer.” (VALAS. 2001, p.7). Entretanto é em sua obra “A Interpretação dos Sonhos” que Freud vai ter uma melhor definição de desejo. Nesta “Wunsch é o desejo inconsciente recalcado, e ao mesmo tempo é realização de desejo.” (VALAS. 2001, p. 11) Para o autor o desejo tem sempre uma polaridade sexual, na medida em que busca satisfação. Com isso o que ele apreendeu durante essa construção teórica sobre os sonhos é basicamente que os mesmos são a realização de um desejo sexual, pois durante o processo onírico o que se busca é a satisfação. Nesse mesmo contexto que os sintomas teriam em pelo menos um de seus significados a realização de um conteúdo sexual, pela busca de satisfação de um desejo que se encontra recalcado.

A grande descoberta que Freud faz com a interpretação dos sonhos é acerca do desejo, pois o que ele evidencia é que este se manifesta de forma

como realidade psíquica compreende-se a realidade de cada sujeito, que cada um compõe a partir de seus desejos e fantasias inconscientes. E é através da escuta do discurso do paciente que comporta essa realidade que Freud se propôs a escutá-los. Para Roudinesco (1998) é um termo empregado em psicanálise para designar uma forma de existência do sujeito que se distingue da realidade material, na medida em que é dominada pelo império da fantasia e do desejo. ( Roudinesco 1998, p.647) coloca que para Sigmund Freud, o recalque designa o processo que visa a manter no inconsciente todas as ideias e representações ligadas às pulsões e cuja realização, produtora de prazer, afetaria o equilíbrio do funcionamento psicológico do indivíduo, transformando-se em fonte de desprazer. Freud, que modificou diversas vezes sua definição e seu campo de ação, considera que o recalque é constitutivo do núcleo original do inconsciente. Censurada, através de representações, estas estão sob ordem desse desejo que é inconsciente, chegam à consciência como uma distorção do conteúdo original. Neste contexto temos também o sintoma psíquico, como uma manifestação dos processos inconscientes, que diz respeito ao desejo. Com isso o sintoma vai aparecer no lugar de alguma outra coisa que devido as forças do recalque não pode se fazer consciente. Portanto temos o sintoma, em Freud, como o que está a serviço de um desejo inconsciente, bem como da realização desse desejo. Nesta relação de significados entre sintomas e sonhos, Sigmund Freud conclui inicialmente que “Os sintomas neuróticos têm, portanto, um sentido, como as parapraxias e os sonhos, e, como estes, têm uma conexão com a vida de quem os produz.” (FREUD, 1915, p.265) As parapraxias, as quais Freud refere neste trecho, dizem respeito, entre outros, aos atos falhos, esquecimentos, lapsos de memória e de língua. O autor encontra nas parapraxias o mesmo elemento que se achava por trás dos sonhos, um sentido, ou seja, tanto os sonhos como as parapraxias não se apresentam

por acaso na vida dos sujeitos, são da ordem de um desejo que é singular ao próprio sujeito e que torna tal produção uma responsabilidade sua.

O propósito de desvendar como se constituem os sintomas nos leva ao estudo de uma conferência produzida por Freud em 1917, em que ele trabalha sobre "Os caminhos da formação dos sintomas". É desta produção que partimos para compreender esse processo. De início o que se percebe é que Freud deixa explícita a probabilidade de deslocamento que existe nos sintomas, escreve ele: "A única coisa tangível que resta da doença, depois de eliminados os sintomas, é a capacidade de formar novos sintomas." (FREUD, 1917, p.361) Neste período o caráter organicista e patológico dos sintomas se é um processo psíquico inconsciente, teorizado por Freud sobretudo no contexto da análise do sonho. Roudinesco (1998) escreve que o deslocamento acontece por meio de um deslizamento associativo, que transforma elementos primordiais de um conteúdo latente em detalhes secundários de um conteúdo manifesto. A questão é o porquê de tal condição, sendo que Freud descreve os sintomas como sendo "atos, prejudiciais, ou, pelo menos, inúteis à vida da pessoa, que por vez, deles se queixa como sendo indesejados e causadores de desprazer ou sofrimento." (FREUD, 1917, p.361) O que o autor passa a investigar é que os sintomas surgem pela necessidade da libido se satisfazer. Com isso as duas instâncias psíquicas, consciente e inconsciente agem para manter o sintoma, e repousa sobre esse fator a grande dificuldade que há em dissociá-lo. A libido busca a satisfação, mas pela imposição da realidade se faz insatisfeita e precisa regredir nessa busca, encontrá-la em outras fixações anteriormente deixadas para trás. Freud afirma que se dá um acordo entre inconsciente e desejo nele contido e consciência e as leis do ego para que a partir disso seja formado o conteúdo sintomático que se apresenta a nível consciente. A respeito do retorno da libido na busca pela satisfação, Freud entende que vai se dar em fixações correspondentes as "atividades e experiências da sexualidade infantil, [...] nos objetos da infância que foram abandonados". (1917, p.363). Portanto, seria a estas experiências que a libido retorna para encontrar satisfação. Sobre este ponto o autor ressalta a importância das experiências sexuais infantis na vida dos adultos, bem como a consideração especial que se deve ter a elas no trabalho terapêutico. Segundo seu entendimento: "Elas determinam as mais importantes consequências, porque ocorreram numa época de desenvolvimento incompleto e, por essa mesma razão, são capazes de ter efeitos traumáticos." (FREUD. 1917, p.364). Um dos fatores relevantes em relação à produção sintomática é que a mesma é tomada como desconhecida pelo sujeito, ou seja, o sujeito desconhece o sentido de seu sintoma, não se identifica a ele. Isto ocorreria devido ao desejo, que é o motor da produção sintomática, ser inconsciente, pois o que se manifesta na consciência é uma distorção do conteúdo original que agiu para formar o sintoma, a distorção resultante do acordo recentemente citado entre consciente e inconsciente. Sobre essa questão Freud afirma: "Assim, o

sintoma emerge como um derivado múltiplas-vezes-distorcido da realização de desejo libidinal inconsciente, uma peça de ambiguidade engenhosamente escolhida, com dois significados em completa contradição mútua.” (FREUD, 1917, p.363). Ainda em sua obra sobre ‘Os caminhos da formação dos sintomas’ Freud dedica algumas páginas para tratar de um conceito, citado anteriormente, que faz toda a diferença no trabalho de análise, e que ele introduz nesse material com especial cuidado, trata-se do conceito de realidade psíquica. O que o autor escreve é a dificuldade que encontrava inicialmente em diferenciar o que se tratava da realidade e o que era da fantasia do paciente, todavia a posteriori foi percebendo a relevância de todo e qualquer relato que fizesse parte do discurso do paciente, entendendo que todo elemento seria importante por se tratar da realidade psíquica do paciente. Com isso o autor afirma que: “As fantasias possuem realidade psíquica, em contraste com a realidade material, e gradualmente aprendemos a entender que, no mundo das neuroses, a realidade psíquica é a realidade decisiva.” (FREUD, 1917, p.370) A importância de tal reconhecimento na teoria freudiana da psicanálise é sem dúvida um determinante para o avanço do tratamento das neuroses, pois dá ênfase ao sujeito do inconsciente, cuja singularidade deve ser considerada.

A respeito das fantasias Freud escreve:

“O ego humano, como sabem, é, pela pressão da necessidade externa, educado lentamente no sentido de avaliar a realidade e de obedecer ao princípio de realidade; no decorrer desse processo, é obrigado a renunciar, temporária ou permanentemente, a uma variedade de objetos e de fins aos quais está voltada sua busca de prazer, e não apenas de prazer sexual. Os homens, contudo, sempre acham difícil renunciar ao prazer; não podem deixar-se levar a fazê-lo sem alguma forma de compensação. Por isso retiveram uma atividade mental na qual todas aquelas fontes de prazer e aqueles métodos de conseguir prazer, que haviam sido abandonados, têm assegurada sua sobrevivência – uma forma de existência na qual se livram das exigências da realidade e aquilo que chamamos de ‘teste de realidade’. Todo desejo tende, dentro de pouco tempo, a afigurar-se em sua própria realização; não há dúvida de que ficar devaneando sobre imaginárias realizações de desejos traz satisfação, embora não interfira com o conhecimento de que se trata de algo não-real. Desse modo, na atividade da fantasia, os seres humanos continuam a gozar da sensação de serem livres da compulsão externa, à qual há muito tempo renunciaram, na realidade”. (FREUD, 1917, p.373-374)

O que Freud deixa explícito nesse trecho, e que é de extrema importância para o clínico que trabalha ou pretende trabalhar com a psicanálise, é que o sujeito renuncia a satisfação do seu desejo pela via da realidade, pelas imposições do ego, mas que o mesmo vai criar condições de compensação para continuar obtendo prazer. E é pela fantasia que isto se torna possível, essa é a via para manter o prazer sem que o sujeito precise reconhecer o caráter ‘não-real’ de sua produção. Os sujeitos sempre vão

buscar realizar os seus desejos mesmo que eles sejam barrados pela realidade, há sempre outra saída para que a satisfação seja assegurada. E os sintomas produzidos pelos sujeitos nos mostram isso. Pela via sintomática, que por vezes causa estranheza devido ao seu sentido desconhecido e por isso inconsciente, satisfaz-se o desejo que foi anteriormente barrado pelas imposições da realidade. É justamente pela busca de satisfação que Freud afirma existir nos sujeitos uma 'compulsão à repetição', o autor elabora essa temática em seu texto 'Além do princípio de prazer' (1920), onde formula a ideia de que a repetição seria uma fonte de prazer. O que Freud percebe é que a pesar de haver um princípio de prazer, que tem como finalidade evitar o desprazer e proporcionar apenas prazer, regendo as atividades da vida das pessoas, elas continuamente se colocam à repetir situações que lhes causam sofrimento e desprazer. A partir dessa questão o autor faz uma relação entre repetição e o que ele vai chamar de instinto que impulsionaria tal compulsão, ele os denomina instintos de vida que seriam os sexuais ou de auto conservação e os instintos de morte os quais colocam o sujeito em situações de desprazer. Então temos os instintos como impulsionadores de uma repetição que pode ser prazerosa ou desprazer. Mas afinal, que conteúdo compõe essa repetição? Segundo Freud (1920), "a compulsão à repetição deve ser atribuída ao reprimido inconsciente." Com isso o conteúdo que sofreu recalque tende a retornar sob forma de repetição, e nesse ponto é pertinente fazer alusão aos sintomas, pois a repetição é componente importante na produção sintomática, fato que só reforça nossas apostas acerca da satisfação presente nessa criação. Freud ainda faz mais algumas considerações sobre a relação da repetição com o princípio de prazer, questiona-se:

Mas, como se acha a compulsão à repetição – a manifestação do poder do reprimido – relacionada com o princípio de prazer? É claro que a maior parte do que é reexperimentado sob a compulsão à repetição, deve causar desprazer ao ego, pois traz à luz as atividades dos impulsos instintuais reprimidos. Isso, no entanto, constitui desprazer de uma espécie que já consideramos e que não contradiz o princípio de prazer: desprazer para um dos sistemas e, simultaneamente, satisfação para outro. (FREUD, 1920, p.31)

É possível a partir dessa passagem trabalhar o que seria esse reexperimentado a que Freud se refere, tendo em vista que o conteúdo cuja repetição se ocupa é um conteúdo da ordem do recalque e que retorna nesse contexto. Então pode-se pensar que tal conteúdo já esteve presente em um outro momento correspondendo a uma experiência de satisfação primária que é importante acrescentar que o termo instinto é mantido durante o texto devido à tradução inglesa da obra de Sigmund Freud à qual faço uso para fundamentar este trabalho, e que usa deste termo para se referir às pulsões. Portanto, pela necessidade de ser fiel nas

citações mencionadas é preciso manter o termo instinto como se o próprio Freud o tivesse usado, na medida em que é claramente compreendido que Freud preferia o termo pulsão para designar esta atividade psíquica. O sujeito pela via das pulsões está sempre na tentativa de reviver as experiências de satisfação primárias. Prazer que ele experimentou em um determinado momento da vida e do qual busca realizar-se novamente. Essa busca se apresenta de várias formas possíveis em sua vida, e está sempre implicada ali onde surge o que é de seu desejo. Outra obra que nos traz contribuições acerca dos sintomas e dos caminhos diretos e indiretos para sua formação é "Inibições, Sintomas e Ansiedade", de (1926[1925]), onde Sigmund Freud passou a se ocupar da relação da angústia com o recalque e a produção de sintomas apresentados pelos sujeitos. Neste ele faz todo um percurso até chegar a uma conclusão em relação à origem da angústia, inicia pensando o posicionamento do eu, pois este efetua o recalque do conteúdo que não lhe é favorável ou prazeroso, mas neste conteúdo existia um desejo, que teve então de ser recalcado. Porém a história não se resume a isso, pois pela via das pulsões esse desejo vai buscar satisfação a partir de uma produção sintomática, que se apresenta como uma satisfação substitutiva, tendo em vista que surge na consciência como um sofrimento para o sujeito, ou seja, se apresenta de outra forma a nível consciente devido à força do eu que mantém seu conteúdo original recalcado. Esse desprazer, essa angústia sentida pelo eu devido ao aparecimento do sintoma vai desencadear uma defesa por parte deste, tendo como consequência da última o recalque e assim a produção sintomática. Contudo temos aqui um processo que circula e se completa, estando a angústia na origem do conflito e sendo o que viabiliza toda a movimentação restante no aparelho psíquico acerca dessa questão.

Pulsão foi um conceito empregado por Sigmund Freud a partir de 1905, para definir uma carga energética que se encontra na origem da atividade motora do organismo e do funcionamento psíquico inconsciente do homem (Elizabeth Roudinesco-1998). A atividade pulsional é o que leva o sujeito em busca do objeto de desejo, que pode ser qualquer um, ou seja, não há um único objeto da pulsão, este está em constante renovação na medida em que a satisfação obtida quando no encontro com o objeto é sempre parcial. Então, vai-se em busca de um novo objeto para se obter satisfação, esta é a finalidade das pulsões. Houve uma preocupação do próprio Freud em não confundir o termo Trieb traduzido como pulsão, com Instinkt, que fica reservado para caracterizar comportamentos animais. A preocupação de Freud era de marcar a especificidade do psiquismo humano com esse conceito. É importante fundamentar essa construção com uma passagem em que Freud escreve sobre o processo de formação dos sintomas a partir do eu, e depois de como estes se apresentam como uma fonte de desprazer:

Um sintoma é um sinal e um substituto de uma satisfação instintual que permaneceu em estado jacente; é uma consequência do processo de repressão. A repressão se processa a

partir do ego quando este – pode ser por ordem do superego – se recusa a associar-se com uma catexia instintual que foi provocada no id. O ego é capaz, por meio de repressão, de conservar a ideia que é o veículo do impulso repreensível a partir do tornar-se consciente. A análise revela que a ideia amiúde persiste como uma formação inconsciente. (FREUD. 1925-26, p.95)

Então temos clara aqui a ideia de satisfação substitutiva para Freud, e também enquanto ao posicionamento do eu em relação ao conteúdo a ser recalçado. Ainda a respeito dos sintomas, mas agora sobre o desprazer causado pela satisfação substitutiva, Freud escreve: “[...] o impulso instintual encontrou um substituto apesar da repressão, mas um substituto muito mais reduzido, deslocado e inibido, e que não é mais reconhecível como uma satisfação. E, quando o impulso substitutivo é levado a efeito, não há qualquer sensação de prazer; sua realização apresenta, ao contrário, a qualidade de uma compulsão.” (FREUD. 1925-26, p.98) Com isso a via de satisfação pulsional exprime um prazer às avessas, que se dá de forma inconsciente, e que se apresenta ao eu, à consciência, como um enorme desprazer, um desconforto desconhecido pelo sujeito como uma produção sua. As pulsões buscam a satisfação e dependendo do seu caráter vão nos trazer diferentes sensações, sejam elas prazerosas ou não. É o caso da pulsão de morte, a partir da qual o sujeito se coloca em uma situação de sofrimento, visto que o prazer se dá a nível inconsciente. Isto que Freud nomeia de pulsão de morte e a que há muito se dedicou a estudar é do que trataremos ao trabalhar o “Mal Estar na Civilização”, texto produzido por Freud entre 1929-1930, em que ele se ocupa de questões relacionadas ao âmbito social e individual, relacionando-as e trazendo importantes contribuições aos que apreciam e/ou se interessam pelo trabalho psicanalítico. Sigmund Freud, a partir da análise do sadismo percebe que a pulsão de morte seria investida de libido, e que poderia provir daí a relação com a repetição e a satisfação. O autor afirma:

É no sadismo – onde o instinto de morte deforma o objetivo erótico em seu próprio sentido, embora, ao mesmo tempo, satisfaça integralmente o impulso erótico – que conseguimos obter a mais clara compreensão interna (insight) de sua natureza e de sua relação com Eros. Contudo, mesmo onde ele surge sem qualquer intuito sexual, na mais cega fúria de destrutividade, não podemos deixar de reconhecer que a satisfação do instinto se faz acompanhar por um grau extraordinariamente alto de fruição narcísica, devido ao fato de presentear o ego com a realização de antigos desejos de onipotência deste último. O instinto de destruição, moderado e domado, e, por assim dizer, inibido em sua finalidade, deve, quando dirigido para objetos, proporcionar ao ego a satisfação de suas necessidades vitais e o controle sobre a natureza. (FREUD. 1929-1930, p.125)

Freud parte do pressuposto de que o princípio de prazer rege a vida das pessoas, porém o que o autor percebe é que existiam muitas situações

desfavoráveis para os sujeitos nas quais eles próprios se colocavam, então ele entende que haveria algo para além disso que movimentaria o desejo e a repetição. Compreende isto como a pulsão de morte e apreende nesta um investimento libidinal do sujeito porque satisfaz suas questões narcísicas, serve, portanto, ao seu eu.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A proposta inicial para esta pesquisa era trabalhar com os sintomas psíquicos como viabilizadores de gozo para o sujeito, entendendo que um sujeito constrói um sintoma em cima de um desejo inconsciente, que o próprio sintoma é uma metáfora de um desejo inconsciente. No decorrer do trabalho fomos vendo a necessidade de fazer uma retomada histórica da obra de Freud no que se refere aos sintomas. Neste percurso foi possível identificar a beleza da construção freudiana da psicanálise, acompanhando a cada texto as descobertas que Freud vai fazendo, bem como as hipóteses que vai abandonando por encontrar explicações mais cabíveis para determinada questão. Nesse sentido a ideia era de estudar a formação dos sintomas psíquicos para poder fundamentar a hipótese de que um sujeito se coloca e permanece em uma condição de sofrimento. Ou seja, em uma produção a qual chamamos de sintomática, pelo fato de tirar algum proveito desta, por haver um gozo inconsciente contido nesta produção. E é para fundamentar essa questão que percorremos desde o início da psicanálise com Freud até as importantes teorizações de Lacan, que em sua releitura freudiana elabora o conceito de gozo para explicar muitas das manifestações dos seres humanos, acrescentando muito à teoria e tirando o gozo do campo da satisfação, onde Freud relacionava-o quando queria falar de um prazer extremo. Contudo entendemos o gozo em um outro registro, diferente da satisfação, ele está para além dela, provocando um misto de prazer e sofrimento, e é justamente a isto que corresponde o sintoma. Durante a pesquisa foi sendo plausível formular algumas conclusões, assim como articular mais questões ao assunto. Entre estas, a formação sintomática não fica apenas sendo vista como algo que proporcione uma satisfação inconsciente para o sujeito, como inicialmente colocou Freud. Vai além desta, a produção sintomática é produto da metáfora de um desejo inconsciente do sujeito que a produz, desejo esse que transita, desliza em consequência dos significantes que vão se articulando na vida deste sujeito. Resultado de uma estruturação onde o sujeito fica inserido no campo da linguagem. Assim, atribui-se ao sujeito a responsabilidade por sua condição, por aquilo que lhe acomete, entendendo que os sintomas são condições que o próprio sujeito cria e articula inconscientemente para gozar. Para poder dar conta do seu desejo, desejo que se movimenta, transita, impera, na medida em que se faz mostrar de alguma forma, mesmo que haja a tentativa de barrá-lo. Todavia o que se apresenta é um sujeito faltoso pela própria condição estrutural, que enreda e articula em seus sintomas suas formas de gozar, estas se configuram pela parcialidade inerente, da mesma forma que

buscam incessantemente o gozo pleno e inalcançável. O que acompanha o sujeito que busca tratamento é uma lamentação a respeito do sintoma em que ele se encontra e do qual desconhece a razão. Ele busca tratamento com o intuito de que o psicólogo decifre seu sintoma, diga-lhe o porquê do sofrimento que lhe acomete. O sujeito vai em busca desse saber sobre o sintoma que ele próprio articulou, porém necessita que o Outro se faça suporte de seu traço para que ele possa o reconhecer.

Cabe pensarmos na questão da identificação com o sintoma como uma forma de movimento subjetivo, de lidar com isso que se queixa de um outro lugar. Quando tratamos de identificação ao sintoma, entramos na diferenciação já feita no texto entre sintoma clínico e sintoma de estrutura. Com isso o caminho de um tratamento vai na direção de o sujeito conseguir fazer um giro na sua posição subjetiva, abandonando a posição queixosa em relação ao seu sintoma, e passando a se identificar com seu "sintoma", este que é da sua condição subjetiva, no qual ele se estruturou e do lugar de onde se endereça ao Outro. O que me suscita nessa dinâmica de identificação ao "sintoma" é a possibilidade de o sujeito sustentar o seu desejo a partir de um outro lugar, como se uma nova posição subjetiva fosse inaugurada neste momento, para que assim o sujeito possa fazer uso dela se endereçando desde este novo espaço, se responsabilizando a partir daí com o que é do seu desejo. Com a diferenciação das duas noções de sintoma ressignifica-se a importância de um sintoma inicial na vida de um sujeito. A partir desta teorização entende-se o quanto o sintoma é fundamental para a estruturação psíquica de um sujeito, não reduzindo os sintomas ao senso comum, pois o clínico precisa ter este discernimento em relação ao caso que se apresenta. Ao contrário, o caminho do tratamento fica comprometido. Esse percurso de tratamento a respeito dos sintomas durante o tratamento o paciente decifra os sentidos dos seus sintomas, pode fazer a travessia de sua fantasia, desfazendo as identificações imaginárias que o alienam permitindo a emergência de seu próprio desejo, e se espera que a partir deste processo o sujeito possa lidar com sua vida desde outra posição subjetiva, diferente daquela que ocupava no início de seu tratamento.

Portanto, este é o movimento que se espera de um tratamento clínico: que possa haver espaço de fala para que o sujeito construa seu percurso mediante suas condições subjetivas. Pensemos no trabalho que há para manter um sintoma, em todo o esforço psíquico que é necessário para que se produza este, que surge como um efeito do recaiado. Tamanho é o desejo do sujeito que movimenta a atividade pulsional e compõe todo o enredo de uma produção sintomática. Freud entendia que consciente e inconsciente trabalham para manter um sintoma, cada um tirando seu proveito da situação. A questão é: o que se recalca a ponto de formar um sintoma? Qual seria o significante primeiro que deu origem ao processo metafórico formador do sintoma? Tendo em vista que os processos metafóricos e metonímicos dão conta das traduções significantes do



desejo. É difícil precisar estas questões sem antes fazer a escuta de um caso clínico, e percorrer o caminho que a psicanálise se propõe no tratamento de sujeitos que chegam acometidos de sofrimentos derivados de seus sintomas e que precisam, na verdade, elaborar condições para se haver e se identificar com seu "sintoma". O caminho de análise não é curto e nem traz garantias iniciais, ele pede que o sujeito invista de seu desejo, que se implique, que queira, justamente, se haver com seu "sintoma". A psicanálise traz em seu propósito uma escuta livre de quaisquer que sejam as imposições da moral, dando espaço para que o sujeito fale livremente sobre seus desejos, com a possibilidade de ouvir alguns ecos de seu discurso. Sobre essa dinâmica de trabalho é que vejo a viabilização de um tratamento que abra caminho para que um sujeito possa advir com seu desejo. Acredito que a psicanálise oferece a um sujeito, acima de tudo, a possibilidade de questionar-se, fato que em tempos de alienação só adquire ainda maior valor.

## REFERÊNCIAS

CHEMAMA, R. **Dicionário de psicanálise**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1995.

FREUD, Sigmund. **Além do Princípio de Prazer**. (1920) Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud. Rio de Janeiro: Imago, 1996. v.28.

FREUD, Sigmund. **Conferência XVII O Sentido dos Sintomas** (1917 [1916-17]) Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud. Rio de Janeiro: Imago, 1996. v.16.

FREUD, Sigmund. **Conferência XVIII Fixação em Traumas – O inconsciente** (1917 [1916-17]) In: FREUD, Sigmund. Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud. Rio de Janeiro: Imago, 1996. v.16.

FREUD, Sigmund. **Conferência XXIII Os Caminhos da Formação dos Sintomas**. (1917 [1916-17]) In: FREUD, Sigmund. Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud. Rio de Janeiro: Imago, 1996. v.16.

FREUD, Sigmund. **Fragmento da análise de um caso de histeria** (1905 [1901]). Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud. Rio de Janeiro: Imago, 1996. v.7.

FREUD, Sigmund. **Inibições, Sintomas e Ansiedade** (1926 [1925]). Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud. Rio de Janeiro: Imago, 1996. v.20.

FREUD, Sigmund. **O Mal-Estar na civilização** (1930 [1929]). Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud. Rio de Janeiro: Imago, 1996. v.21.

JERUSALINSKY. **Sintomas de infância**. In: Revista da Associação Psicanalítica de Porto Alegre. Porto Alegre – RS: Artes e Ofícios Editora Ltda, 1997.

LACAN, J. **As máscaras do sintoma**. In: LACAN, Jacques. O seminário, livro 5: as formações do inconsciente (1957-1958) Tradução: Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 1999.

LACAN, J. **O desejo e o gozo**. O seminário, livro 5: as formações do inconsciente (1957-1958) Tradução: Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 1999.

ROUDINESCO, E.; PLON M. **Dicionário de psicanálise**. Trad. V. Ribeiro, L. Magalhães. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1998.

VALAS, P. **As Dimensões do gozo: Do mito da pulsão à deriva do gozo**. Tradução, Lucy Magalhães. – Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.

# INCLUSÃO ESCOLAR: A ESCOLA DE PORTAS ABERTAS A INCLUSÃO PARA TODOS

Amorim, Hilda Dantas de <sup>4</sup>

## RESUMO

A presente pesquisa visa analisar a inclusão educacional das crianças com necessidades educativas especiais em escolas regulares. Dessa forma, percebe-se a complexidade do problema para pesquisar, será exibida, então, uma aproximação conceitual das definições que incluam esta temática, como inclusão, deficiência e instituições educacionais em nosso país. Se propõe uma investigação de carácter qualitativo e exploratório, a fim de obter um entendimento das crianças com necessidades educativas especiais em salas de aula, assim como, trazer ideias que venham contribuir com o trabalho dos docentes para que se sintam adequadamente apoiados para satisfazer as necessidades destes estudantes, pois este apoio deve ser permanente. Constata-se que a abordagem inclusiva deve ser em todas as formas e níveis de educação, isto é, que a deficiência não é uma questão de "escolas especiais", porque esta atitude é segregacionista. A escola deve assegurar uma educação de qualidade para todos. A verdadeira questão não é saber como incluir, mas como abrir novas perspectivas, caminhos diferentes, caminhos que não existem e que podem ser encontrados e percorridos pelos próprios estudantes. É uma síntese de pesquisa que, com base em um conhecimento sobre a inclusão tem como objetivo trazer a questão de como a educação deve servir a todos cidadãos e, em particular, reforçar e adaptar essa atenção para aqueles que têm necessidades educacionais especiais. A metodologia para a realização do trabalho é a pesquisa teórico-bibliográfica, descritiva, baseada na pesquisa em livros, artigos, revistas, observações e análises sobre o tema abordado.

**PALAVRAS-CHAVE:** Inclusão. Escola. Educação especial. Necessidades especiais.

## INTRODUÇÃO

A inclusão escolar por mais que tenha avançado nos nossos tempos, ainda continua sendo um assunto complicado, difícil de resolver e que continua apavorando o âmbito escolar de nossas instituições educacionais.

No cotidiano escolar a discussão sobre inclusão se debate e se confronta com vários empecilhos que acabam retardando a verdadeira inclusão acontecer de forma sensata e prazerosa, sem deixar marcas de frustração nos alunos portadores de necessidades especiais.

Caminhos pedagógicos nos remetem na perspectiva da inclusão, a considerar a diversidade, valorizar todas as diferenças e converter o nosso olhar das

---

<sup>4</sup> Possui graduação em Licenciatura Plena em Pedagogia pela Universidade Veiga de Almeida (UVA); graduação em Licenciatura Plena em Geografia pela Faculdade de Ciências da Bahia (FACIBA); pós-graduação em Psicopedagogia Clínica e Institucional pela Faculdade de Administração e Negócios de Sergipe (FANESE); pós-graduação em Políticas Públicas em Educação pela Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, de Portugal; mestrado em Ciências da Educação com Ênfase em Educação Especial e Sala de Recursos Multifuncionais pela Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, de Portugal. Endereço eletrônico: [hilda-dantas1@hotmail.com](mailto:hilda-dantas1@hotmail.com)

classificações para as relações. Aí percebemos que todos são diferentes educador, educando ou quem mais participe das relações inerentes aos caminhos educacionais.

No que concerne a inclusão dos alunos com deficiência no sistema educacional e na sociedade, percebemos que suas famílias e algumas organizações têm sustentado uma luta permanente pelo reconhecimento de seus direitos como cidadãos. Desde a antiguidade, percebemos que a diversidade cultural de nações dispensou várias formas de tratamento para com as pessoas nascidas com deficiência, denotando a dificuldade de consolidação do processo de inclusão social e escolar. Entretanto, nesse estudo, vamos refletir a trajetória dos paradigmas educacionais da exclusão à inclusão escolar e social e como, ainda é necessário fortalecer os espaços educativos para desenvolver uma educação para todos.

A seguir o trabalho aborda a importância de a escola compreender que todos os alunos ali inseridos têm seu tempo de aprender, tudo é questão de entendimento por parte da escola, assim terá uma educação de qualidade, uma convivência saudável e respeitosa no âmbito escolar.

## **INCLUSÃO NAS LEIS BRASILEIRAS**

A Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva (2008) assevera que a educação inclusiva tem os direitos humanos como fundamento, a igualdade e a diferença como valores indissociáveis e a ideia de equidade formal como estratégia para entender e explicar as circunstâncias históricas da produção da exclusão dentro e fora da escola.

A Constituição Brasileira de 1988 estabeleceu, em seu artigo 206, inciso I, a “igualdade de condições de acesso e permanência na escola” e no artigo 208 garante que “é dever do Estado a oferta do atendimento educacional especializado e gratuito preferencialmente na rede regular de ensino” (BRASIL, 1988, p. 204, 225).

Segundo Gomes e Mendes (2010), a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei n.º 9.394/96) de 1996 reafirmou a obrigatoriedade do atendimento educacional especializado e gratuito aos estudantes com necessidades especiais, preferencialmente na rede regular de ensino. A partir desta normatização, práticas educacionais inclusivas foram reforçadas.

Em relação à educação inclusiva de crianças autistas foi publicada a Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012, que institui a "Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista". De acordo com Mendes (2004), esta normatização determina que os autistas passem a ser considerados oficialmente pessoas com deficiência, tendo direito a todas as políticas de inclusão do país. Estabelece também que elas têm direito de estudar em escolas regulares, podendo solicitar um acompanhante especializado. Ficam definidas, também, sanções aos gestores que negarem a matrícula a estudantes com deficiência.

Cunha (2013) relaciona os documentos que servem de base para a inclusão educacional: a Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948), a Declaração de Salamanca (1994), e a Lei n. 9394 de Diretrizes e Bases da Educação (1996). Todos eles ressaltam o direito à educação para todos.

Quando o assunto é oportunidade, a deficiência é um problema social, é o resultado das desigualdades criadas pela sociedade. E vale ressaltar, ainda, a importância de verificar as reais situações dos sistemas de ensino, e que estes possam favorecer gradativamente os alunos com necessidades especiais, dando condições para que essa criança se desenvolva plenamente.

Dessa forma, fazendo com que esse processo de incluir seja ampliado para valorizar a particularidade de cada um, considerando a diversidade. A inclusão é o que dá sustentação para vencer as dificuldades, e implanta a democracia dentro dos espaços educativos.

A função da inclusão é mudar e melhorar a sociedade de maneira significativa favorecendo o acolhimento dos portadores de deficiências, e que isso envolve um processo contínuo e uma educação de qualidade.

Segundo Barbosa (2006), primeiramente compreendida como a restituição da oportunidade de receber da instrução às pessoas com necessidades especiais, dentro dos programas educacionais de qualidade e, frequentemente, em escolas comuns para evitar seu isolamento, era crescente a sua cobertura para alcançar todos os sujeitos "diferentes": pela idade, pela localização geográfica, devido à situação de pobreza, pelo seu gênero, por sua pertença a grupos minoritários (povos indígenas e imigrantes com primeira língua e cultura diferente do oficial, grupos religiosos, indivíduos com problemas de adaptação social), por doença, por condição de trabalho, etc.

Dois definições surgem em um documento conceitual da UNESCO em 1994 sobre esta questão. Como uma definição geral propõe o seguinte:

A inclusão é vista como um processo de direção e resposta à diversidade das necessidades de todos os alunos através da participação na aprendizagem, culturas e comunidades e reduzir a exclusão dentro da educação. Envolve mudanças e modificações no conteúdo, abordagens, estruturas e estratégias, com uma visão comum que abrange todas as crianças da faixa etária adequada e uma convicção de que é da responsabilidade do sistema regular de educar todas as crianças (UNESCO, 2003, p. 3).

Mas também acrescenta que: "a educação inclusiva como uma abordagem visa abordar as necessidades de aprendizagem de todas as crianças, jovens e adultos, centrando-se especificamente sobre aqueles que são vulneráveis à marginalização e exclusão" (UNESCO, 2003, p. 4).

A proposta da educação inclusiva está calcada na Declaração de Direitos Humanos, Declaração Mundial Sobre Educação Para Todos, Declaração de Salamanca (1996) e os dispositivos legais. A Constituição Federal de 1988 é bem clara sobre os direitos inalienáveis educativos.

Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (BRASIL, s/d, p. 271).

A LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei nº 9.394/1996), e os Pressupostos Teóricos que Fundamentam a Prática Pedagógica Socioconstrutiva. Também a legislação educativa para a inclusão deixa explícito a importância da inclusão na escola como direito garantido;

A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva tem como objetivo assegurar a inclusão escolar de alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação, orientando os sistemas de ensino para garantir: acesso ao ensino regular, com participação, aprendizagem e continuidade nos níveis mais elevados do ensino; transversalidade da modalidade de educação especial desde a educação infantil até a educação superior; oferta do atendimento educacional especializado; formação de professores

para o atendimento educacional especializado e demais profissionais da educação para a inclusão; participação da família e da comunidade; acessibilidade arquitetônica, nos transportes, nos mobiliários, nas comunicações e informação; e articulação intersetorial na implementação das políticas públicas (BRASIL, 2008, p. 104).

O princípio fundamental desta proposta é o de que as escolas devem acolher a todos independente de suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais, linguísticas ou outras, com espaço garantido ao exercício da cidadania, como meio eficaz de combate à exclusão de alunos do sistema educacional, o qual deve ser de qualidade.

Nesse sentido, percebe-se que a educação inclusiva assume importância maior dentro da expectativa da renovação e busca incessante da democracia, que só será alcançada quando todas as pessoas, indiscriminadamente, tiverem acesso à informação, ao conhecimento aos meios necessários para formação e exercício pleno de sua cidadania.

É necessário ressaltar que a educação inclusiva se baseia em diversos princípios que servem de base de sustentação para uma proposta pedagógica necessária à sua efetivação e sucesso da mesma.

A educação inclusiva tem presentes as diferenças individuais do seu alunado, como também a crença de que cada pessoa se constrói socialmente. Esse pensamento tem como base os pressupostos teóricos do sócio construtivismo de Vygotsky e outros, segundo os quais o ser humano constitui-se nas interações sociais de cada momento histórico. Sasaki (1999, p.23), afirma que:

O socioconstrutivismo enfatiza o caráter social da produção do conhecimento e as interações dialógicas. Os conceitos formulados dessa maneira são juízos de valores culturais que se formam nos processos de ações coletivas, na cooperação social e na formação socializada do pensamento.

As interações são permeadas pela linguagem, cujos interlocutores, por meio dela, se transformam e transformam o mundo externo. É o constante entrelaçar da história social com a história individual. Por isso mesmo “o sujeito se faz como ser diferenciado do outro, mas formando na relação com o outro, singular, mas construído socialmente”. (SASSAKI, 1999, p. 23).

Se construirmos socialmente o nosso conhecimento nas relações interpessoais com os diferentes indivíduos em qualquer aspecto, não podemos negar às pessoas com necessidades especiais o direito de contribuírem com as suas diferenças nesse processo, como também de se constituírem através do mesmo.

A criança com alguma deficiência não é menos desenvolvida que a considerada “normal”, mas que se desenvolve de forma diferente. Este indivíduo contribuirá socialmente como os demais, diferenciando-se apenas quanto ao seu ritmo, e os caminhos percorridos na realização de suas funções psíquicas superiores (VYGOTSKY, 1984, p. 16).

Com base nesse parâmetro, é notório que o educador precisa resgatar o seu papel enquanto mediador responsável por possibilitar tanto a significação dos conhecimentos quanto à condução e redimensionamento do processo inclusivo na escola, no sentido de garantir a todas as pessoas, com deficiências ou não, o acesso e permanência no sistema de ensino. Para aceitar o desafio de mudança é preciso que a inclusão seja do interesse de todos.

O projeto educativo da escola precisa repensar a prática pedagógica para que o ensino se modernize e vá ao encontro das necessidades de seus alunos, da gestão democrática e da participação popular, sendo uma inovação que implica num esforço de atualidade primeira para uma educação comprometida com a qualidade e empenhada no redimensionamento da educação especial através de medidas viáveis empreendedoras para que a escola seja um espaço de exercícios democráticos e da cidadania e, sendo assim, o meio eficaz de combate à exclusão de alunos com necessidades especiais no sistema educacional.

A inclusão tem como princípio a passagem de uma escola da mesmice para a pedagogia da alteridade, que se preocupa com o outro que também é sujeito, tem desejos, tem memória e precisa ser respeitado.

### **INCLUSÃO E ATENDIMENTO ESCOLAR**

Segundo Beyer, (2003), o ponto importante para as definições do trabalho com o aluno com necessidades especiais, a didática proposta tem importância intrínseca com organizadora do processo ensino-aprendizagem.

O autor ressalta a importância da didática utilizada pelo professor para efetuar com seus alunos uma aprendizagem eficaz. Sua forma de trabalhar, os recursos utilizados, a forma que ele avalia cada avanço do aluno, tudo isso se for desenvolvido bem, o aluno concretizará seu conhecimento cada vez mais. É preciso que o professor tenha postura reflexiva, que a cada momento ele está trabalhando, se os objetivos estabelecidos, como também as metas estão sendo alcançadas, se o seu aluno apresenta um desenvolvimento satisfatório.

O Beyer (2003) ressalta também que o entendimento dos alunos com necessidades especiais nas escolas do sistema regular de ensino aumenta em técnica de desafio como resultado da formação docente.

Apesar de a inclusão ser um tema bastante discutido nas escolas e até mesmo nos campos da sociedade o professor não preocupa muito em se preparar, buscando aprimoramento, conhecimento de como trabalhar e desenvolver um trabalho que atenda a todos os seus alunos. Para que haja um bom resultado em relação aos trabalhos inclusivos faz-se necessário um comprometimento por parte dos profissionais da educação e acima de tudo um bom preparo; a partir desse ponto o atendimento às crianças portadoras de deficiência obterá uma aprendizagem satisfatória e a verdadeira inclusão acontecerá de fato.

Segundo D'Antino (2008), experiências de países desenvolvidos vêm apontando um determinado caminho a serem seguidos por médicos, educadores, psicólogos e demais profissionais afins, especialmente a partir das últimas décadas do século XX. Caminho esse que busca na relação dialógica inter-áreas a possibilidade de avançar na compreensão do fenômeno que cerca o sujeito com transtorno do desenvolvimento, quer no âmbito individual quer no âmbito social, numa perspectiva interdisciplinar.

De acordo com a afirmação do autor, sabemos e também compreendemos que o espaço de meditação, de estudos e de investigações e, conseqüentemente de produção científica na área dos transtornos globais do desenvolvimento, no Brasil, é ainda iniciante, especialmente no acordo interdisciplinar das questões que envolvem novas tecnologias de diagnóstico e de intervenções no âmbito terapêutico educacional e outros, desse crescimento populacional, que vem atendendo as pessoas com necessidades especiais.

De acordo com Mantoan (2003), é preciso que o professor ao adotar a inclusão, ele assuma acima de tudo, uma postura flexível, respeitando o tempo e o ritmo de cada aluno, abandonando assim um ensino onde transmite, desenvolvendo uma pedagogia ativa permitindo que o aluno faça as suas diferenças e as resolva de forma satisfatória.

É fundamental que o professor adota essa postura de que ele é o transmissor de conhecimento, e de uma forma totalizada, ele ensina a todos, ele deixa de ser um professor inclivo, a partir dessa postura, os alunos portadores de necessidades especiais, e até mesmo os ditos normais; vão interagir com a turma, eles quando conseguem, todos ao mesmo tempo sem nenhuma reflexão e construção do que está sendo passado a eles. Esse é o entendimento da afirmação da autora.

Ferreira e Guimarães (2003), nos dizem que, o tema inclusão tem atualmente levantado discursões e polêmicas entre educadores e pessoas ligadas a escola devido à complexidade que o mesmo configura no bojo da sua interpretação. A inclusão envolve desafios e mudanças, sabemos que há certa dificuldade na escola de se lidar com pessoas deficientes. Alguns educadores afirmam que sua escola realiza a inclusão total.

Com base na afirmação, seria possível afirmar que existem na sociedade atual, escolas inclusivas de fato? Acredita-se que, a escola regular para ser realmente inclusiva necessita de reflexão e mudança, pois, ainda percebemos nesse espaço educativo, tentativas fracassadas de inclusão, em que os alunos com deficiência são inseridos na escola, tendo que se adaptar aos padrões exigidos por ela. Padrões que ainda valorizam a homogeneidade e a reprodução fiel de conteúdo, ensinados de forma igualitária, desrespeitando o ritmo de aprendizagem de cada um.

Considerando pertinentes as palavras de Bueno (2000) que atende o processo de inclusão na escola regular de ensino, ressalta que é preciso refletir alguns desafios colocados, e que precisam de análise criteriosa para se obter êxito nesse processo.

Que a perspectiva de inclusão exige, por um lado modificações profundas nos sistemas de ensino que não podem se a ter somente as pretensas dificuldades das crianças com deficiências, mas que atinge a mais variada gama de crianças, que essas modificações não podem ser estabelecidas por decreto, mas demandam de ousadia, por um lado, e de prudência, por outro, que a política de educação inclusiva deve ser gradativa, contínua, sistemática e planejada na perspectiva de oferecer as crianças deficientes educação de qualidade, que a inclusão concreta deve servir de base para a superação de toda e qualquer dificuldade que se interponha a construção de uma escola única e democrática (BUENO, 2000, p. 56).

Conforme a colocação do autor, observamos, no entanto que surgem decretos que tentam proteger a inclusão, porém, de nada adianta impor proposta de valorização do ser humano de forma radical e, ditas passagens garantidas na lei de 20 de dezembro de 1996. É preciso pensar que a valorização do ser humano deve ser construída no bojo da consciência de cada ser que pensa que convive e acredita na igualdade. Entretanto, torna-se necessário que pesquisadores e educadores estejam abertos para interpretar as leis, numa perspectiva de construir para que seja consolidado de fato, o processo de inclusão total de pessoas portadoras de deficiência.

Para Canziane (1998), no que concerne a inclusão das pessoas com deficiência no sistema educacional e na sociedade, suas famílias e algumas organizações tem sustentado uma luta permanente pelo reconhecimento de seus direitos como cidadãos.



Desde a antiguidade, várias formas de atenção dispensada aos portadores de necessidades especiais as rotulam como inválidos, caracterizando-as como eternos dependentes de assistência de caridade de proteção e de tutela.

Dessa forma entendemos que o autor destaca que ao longo da história humana a essa parcela da população foram negados direitos civis, sociais e pessoais.

Consideramos importante tarefa destacar algumas formas de tratamento que lhes foram atribuídas desde a antiga civilização ocidental até os dias de hoje, visto que ao longo da história de educação escolar, as pessoas com deficiência foram submetidas a diferentes formas de valorização e atenção.

Acreditamos que nesse sentido, ser pertinente refletir questões, acerca da valorização humana, e na sociedade, suas famílias e algumas organizações tem sustentado uma luta constante como já citado. Quanto a valorização humana, é fundamental analisar a necessidade de se repensar novos conceitos e formas de tratar as pessoas nas suas limitações, contribuindo assim para elevar a igualdade.

A discursão sobre a necessidade de inclusão, ainda demanda o tratamento de muitos aspectos, mas consideramos pertinente sugerir algumas recomendações de educadores brasileiros acatados pela Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão (2004), para a escola regular, para a escola parcial, para os educadores, e enfim, para a sociedade, tendo em vista fortalecer os ideais de uma escola para todos;

- Organização do tempo e dos espaços escolares, respeitando o ritmo de aprendizagem e a singularidade de todos;
- Promoção da aprendizagem como o centro das atividades escolares, promovendo a cooperação e respeitando as habilidades naturais de cada um;
- Realização de grupos de estudos entre os educadores para melhorar as ações pedagógicas no sentido de incluir todos, incondicionalmente dentre outros.

De acordo com as recomendações do Direito do Cidadão de 2004, entendemos que a sugestão é que o professor deve estar atento e preparado na trajetória educacional, melhorando e aprimorando os conhecimentos adquiridos ao longo de sua carreira profissional, para colocar em prática a favor do aluno. Precisamos lembrar que os sistemas de ensino regular, há necessidade de incorporar ações educativas que contemplem a diversidade, valorizando-as como aspectos positivos na construção de conhecimento.

Este trabalho tem como alvo refletir sobre a inclusão do aluno na escola pública, e na busca por novas perspectivas de educação para todos.

A principal preocupação da proposta deste trabalho é a construção de uma proposta pedagógica que possa atender o aluno na sua diversidade.

A explicação mais comum que se tem vivenciado é de que a escola só pode cumprir seu papel de forma adequada se tiver autonomia a qual é expressa fundamentalmente, através da sua proposta pedagógica. Nesse sentido, cabe a escola a função de atender a todos sem distinção e discriminação, pautando-as nas ações educativas que tem como eixo o convívio com as diferenças e a aprendizagem como experiência participativa.

É interessante, nesse sentido, entender a importância da inclusão na construção do projeto político pedagógico da escola, tanto quanto, a construção e organização do trabalho pedagógico da escola como um todo, uma vez que a instituição escolar é o local de formação e realização de seu próprio projeto educativo. Então é fundamental a organização do trabalho pedagógico com base no aluno.

Considerando a necessidade de que toda escola construa e execute seu projeto pedagógico torna-se importante analisar o processo de ensino aprendizagem com o aluno com necessidades educacionais especiais.

Sendo assim, então por que não buscar sua utilidade no sentido de fazer a crítica social, oportunizando os educadores e alunos refletirem sobre os problemas encontrados no âmbito educacional.

Trata-se de rever os modelos de sociedades existentes marcada pela falta de compromisso e pela falta de uma gestão democrática no atendimento a diversidade.

Este estudo propõe uma abordagem quantitativa e propõe também um estudo minucioso sobre a inclusão escolar. Para a realização deste trabalho foram feitas buscas em diferentes obras bibliográficas, o que possibilitou a construção da base teórica da investigação. Serviram como fontes, livros, jornais, revista dentre outras.

Trabalhar de uma forma só, ou ensinar de uma forma só, não cabe mais no perfil do ser educador. É preciso aprender a fazer desigual, fazer desigual significa reconhecer os processos de construção de conhecimento utilizados pelos diversos alunos que se encontram em sala, é descobrir um jeito e ensinar que comunica a todos e deixar que todos se comuniquem.

Esta forma de considerar a educação nos leva a esquecer dos fatores “intra-escolares”, que podem ser alavancados em favor da melhoria do ensino. Conteúdos mais adequados, métodos mais eficazes, melhor relação professor-aluno, escola comunidade e direção e professores todos trabalhando em função do aluno com sua diversidade no ambiente educativo, só tem a crescer.

Nas situações de integração escolar Mantoan (2003) ressalta que nem todos os alunos com deficiência participam do ensino regular, pois há desde o momento da integração uma seleção prévia daqueles que consideram aptos a serem inseridos. E quando acontece a inserção, são indicados a eles programas escolares diferentes dos demais colegas, currículos adaptados, avaliações especiais, sendo necessário que esses alunos se adaptem às exigências da escola. Nessa perspectiva, não há mudanças na escola, ou seja, ela permanece intacta na sua metodologia, nos seus conceitos e na sua cultura, como se fosse capaz de entender às necessidades de todos.

As escolas inclusivas devem reconhecer e responder às diversas dificuldades de seus alunos, acomodando tanto estilos como ritmos diferentes de aprendizagem, assegurando uma educação de qualidade a todos através de currículo apropriado, modificações organizacionais, estratégias de ensino, uso de recursos e parcerias com a comunidade.

Incluir a criança na sala de aula significa não somente dar a essa criança uma atenção especial quando os demais alunos executam atividades individuais. O professor não precisa ficar o tempo todo voltado para a criança, mas precisa guardar, no seu planejamento de atividades, tempos aos quais possa a ela se dedicar, também promover a sua participação em trabalhos de equipe, dentro da classe, em atividades em pequenos grupos, onde, o objetivo a atingir requeira que os alunos executem funções especializadas e diferenciadas, sendo uma delas suscetível de ser desenvolvida pela criança com mais dificuldade.

Apesar de a inclusão ser um tema bastante discutido nas escolas e até mesmo nas sociedades, o professor não se preocupa muito em se preparar, buscando aprimoramento, reconhecimento de como trabalhar e desenvolver um trabalho que atenda a todos os seus alunos. Para que haja um bom resultado em relação aos

trabalhos inclusivos faz-se necessário um comprometimento por parte dos profissionais.

O apoio aos sistemas de ensino para formação de professores, aquisição de equipamento e materiais didáticos específicos para organização das escolas para a inclusão educacional e adaptação de prédios escolares para acessibilidade, destacando-se a implementação dos Programas desenvolvidos pelo MEC: Educação: direito a diversidade, incluir, pró Jovem e Prouni na área da educação.

O professor não pode apegar-se a um currículo fixo e deve engajar-se a uns modelos inovadores, com improvisação voltada a necessidades gerais do aluno.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante dessa construção teórica percebemos a deslocação reivindicatória do aluno deficiente parece ter principiado quando esses indivíduos começaram a se valorizar e passaram a se admitir como integrantes de um grupo. Ao longo do século, as sociedades foram padecendo uma série de alterações que atingiram diversas áreas de atividades humana, sendo que uns dos assuntos foram às posturas dispensadas aos alunos portadores de necessidades especiais.

Compreendemos que essas modificações iniciaram no momento em que aboliram a exclusão social, pelo movimento isolado dentro das instituições.

Percebemos a entrada do aluno no ensino inclusivo é um direito de todos os portadores de necessidades especiais continuarem seus estudos sem discriminação, numa nova escola para todos.

O estudo buscou provar que há possibilidades de trabalhar a educação inclusiva em diversas áreas de ensino, partindo do princípio que a instituição educativa deve trabalhar a educação inclusiva em diversas áreas do ensino, partindo do momento que a instituição educacional deve estar disposta em receber e principalmente desenvolver este novo sistema, pois não basta somente a instituição educacional aceitar se os educadores, os outros profissionais ou até mesmo as comunidades escolares, ainda não tiverem preparados para essa realização.

Entendemos que a escola, enquanto espaço sócio-político e cultural deve buscar capacitar seus educadores para que esses desenvolvam seus trabalhos pautados na valorização humana e respeito às diferenças e que deem a todos os seus educandos a oportunidade de aprender não só com eles, mas com todos que compõem o espaço.

Considerando todo esse avanço da escola, de portas abertas para todos no atendimento à pessoa deficiente, é importante refletir sobre o direito que assiste a todo ser humano de decidir qual a melhor maneira de viver e de conviver com o outro, sem que para isso se tenha que ser igual ao outro, pois é um direito que deveria ser respeitado por todos.

## REFERÊNCIAS

BARBOSA. Ana Beatriz. **Mundo Singular**: Entenda o autismo. São Paulo: Editora: Objetiva/Fontanar, 2006.

BEYER, H. **O fazer psicopedagógico**: a abordagem de Keuven Feuerstein a partir de Piaget e Vygotsky. Porto Alegre: Mediação, 2003.

BRASIL. Constituição. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado, 1988.

\_\_\_\_\_. **DECLARAÇÃO DE SALAMANCA Sobre Princípios, Políticas e Práticas na Área das Necessidades Educativas Especiais**. Brasília: s/d. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>> Acesso em: 03 mai. 2019.

\_\_\_\_\_. **O Acesso de Alunos com Deficiência às Escolas e Classes Comuns da Rede Regular**. Ministério Público Federal: Fundação Procurador Pedro Jorge de Melo e Silva (organizadores) / 2. ed. rev. e atualiz. Brasília: Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão, 2004.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação/Secretaria de Educação Especial. **Política nacional de educação especial na perspectiva da educação inclusiva**. Brasília, janeiro de 2008.

BUENO, José Geraldo Silveira. **A inclusão de alunos deficientes nas classes comuns do ensino regular**. Temas sobre desenvolvimento. São Paulo, V.9, nº 54. p. 21, jan-fev. 2001.

CANZIANI, Maria de Lourdes. **Comunicações**: I ciclo de debates multiprofissionais sobre a inclusão da pessoa com deficiência (i). Tema sobre desenvolvimento. São Paulo, v.7, nº.39,p. 42-55, jul-ago. 1998.

CUNHA, Eugênio. **Autismo na escola**: um jeito diferente de aprender, um jeito diferente de ensinar – ideias e práticas pedagógicas. 2. ed. Rio de Janeiro: Wak Editora, 2013.

D'ANTINO, Maria Eloisa Famá. **Interdisciplinaridade e transtornos globais do desenvolvimento**: uma perspectiva de análise. São Paulo, V.8. 2008.

FERREIRA, Maria Elisa Caputo; GUIMARÃES, Marly. **Educação Inclusiva**. Rio de Janeiro: DP & A, 2003.

MANTOAN, Maria Tereza Egler. **Inclusão escolar**: O que é? Por quê? Como fazer? São Paulo: Moderna, 2003.

MENDES, E. G. **Construindo um “lôcus” de pesquisas sobre inclusão escolar**. Temas em educação especial: avanços recentes. São Carlos: EdUFSCAR, 2004.

SASSAKI, R.K. **Inclusão**: Construindo uma sociedade para todos. 3. ed. Rio de Janeiro: WVA, 1999.

UNESCO. (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura). **Tornar a educação inclusiva**. Organizado por Osmar Fávero, Windyz Ferreira, Timothy Ireland e Débora Barreiros. Brasília: UNESCO, 2003.

VYGOTSKY, Lev. **A formação Social da Mente**. São Paulo: Martins Fontes, 1984.

# **GESTÃO ELETRÔNICA EM BUSCA DE UMA GESTÃO TRANSPARENTE NO USO DOS RECURSOS PÚBLICOS**

Tavares, Ivair<sup>5</sup>

## **RESUMO**

A temática desse trabalho é apresentar os conceitos de governo eletrônico e como este assunto tem sido importante no cenário político brasileiro nessas últimas décadas. O trabalho aborda a importância do governo eletrônico para a prestação de serviços públicos e para o fortalecimento da cidadania com a disseminação da informação na Internet. O trabalho é de natureza qualitativa e a metodologia utilizada para a realização do mesmo foi a pesquisa bibliográfica. Com este estudo, procura-se demonstrar o impacto do Governo Eletrônico na Administração Pública e evidenciar a responsabilidade do poder público em relação ao bem-estar da sociedade bem como a atual posição em que se encontra o Brasil neste cenário. Este trabalho teve como objetivo demonstrar como os processos de informatização do governo podem sanar ou minimizar muitos problemas e deficiências do setor público, melhorando a vida do cidadão.

**PALAVRAS-CHAVE:** Internet. Governo Eletrônico. *e-gov*. Administração Pública.

## **INTRODUÇÃO**

O assunto governo eletrônico tem ganhado muita importância no cenário político brasileiro nos últimos anos. Este tema tem se apresentado como solução para muitos dos problemas que afligem a administração pública, notadamente a corrupção, o excesso de burocracia, os gastos exorbitantes e a ausência de transparência. Nesta perspectiva, este trabalho limitou-se a abordar, de uma forma geral, o Governo Eletrônico e sua relação com a sociedade brasileira.

O que motivou a elaboração deste trabalho foi o interesse em melhorias na gestão pública brasileira no sentido de servir bem ao cidadão, atendendo-o com rapidez, com qualidade e transparência nas relações.

Para Silva (2004), estamos diante do momento em que o foco da aplicação da tecnologia da informação e da Internet está voltado especialmente para a Administração Pública. Tal empreendimento foi batizado de Governo Eletrônico.

Ao coletar os dados utilizou-se como metodologia, a revisão de literatura, realizada a partir da análise minuciosa de materiais já publicados. A análise limitou-

---

<sup>5</sup>Ivair Tavares, Superior em Tecnologia de Recursos Humanos

se a demonstrar as melhorias na qualidade da prestação de serviços, diminuição de custos e transparência na Administração Pública.

Este estudo dispõe-se a expressar os impactos da implantação do Governo Eletrônico (*e-government* ou simplesmente *e-gov*) na Administração Pública e como o Estado pode desenvolver um melhor governo com menor orçamento e com a atenção voltada para o cidadão.

## **ABORDAGEM GERAL DO GOVERNO ELETRÔNICO E SUA RELAÇÃO COM A SOCIEDADE BRASILEIRA. CONCEITOS DE GOVERNO ELETRÔNICO**

A Internet, viabilizada pelos avanços surpreendentes na área de informática, ascendeu como força motriz de uma verdadeira revolução, conforme nos afirma ZUGMAN, (2006). Com isso, produtos e serviços com melhor preço, qualidade e acessibilidade, passaram a ser disponibilizados *on-line*. Para os cidadãos usufruírem destes avanços no setor público vem sendo direcionada uma grande atenção ao conceito de Governo Eletrônico.

Torres (2007), define que:

Governo Eletrônico é o uso de tecnologias de informação, comunicação e automação para promover melhores serviços à sociedade (cidadãos, empresas, comunidades) e a criação de uma vasta rede de relacionamentos, com eficiência, eficácia e efetividade, por meio de processos que procurem abranger e integrar toda a cadeia de valor na oferta de serviços, garantindo o correto balanceamento de uso dos recursos disponíveis. (TORRES, 2007, p.13).

Filho e Agune (2004) apontam que o Governo Eletrônico pode ser percebido como uma forma atual de gerenciamento das atividades governamentais, além de fornecer informações e serviços para a população com o uso intensivo de TIC (Tecnologia da Informação e Comunicação), como condição tática para o aperfeiçoamento dos processos administrativos e fornecimento de serviços ao cidadão – e das novas configurações de telecomunicação.

Vilhena (2002), com referência ao Governo Eletrônico, pondera que tal programa tem como finalidade a ampliação da eficiência na Administração Pública para melhores condições de vida dos cidadãos. Assim sendo, ao usar dos meios informatizados como ferramenta para a inclusão social e para o desenvolvimento da capacidade de implementação de políticas públicas, o *e-gov* sustenta o Estado Brasileiro.

Ferguson (2002), conceitua o governo eletrônico como sendo:

A contínua otimização da prestação de serviços do governo, da participação dos cidadãos e da administração pública pela transformação das relações internas e externas através da tecnologia, da Internet e dos novos meios de comunicação. (FERGUSON, 2002, p.104).

O Governo Eletrônico diz respeito ao uso das tecnologias da informação na melhoria dos procedimentos públicos com a finalidade de diminuir a burocracia, melhorar a prestação de serviços públicos, e, principalmente, aperfeiçoar o atendimento ao cidadão.

2.1.2 – O Dever do Estado e as Aspirações do Povo em Relação ao e-gov.

A Constituição Federal em seu art. 5º, inciso XXXIII, garante:

[...] todos têm direito a receber dos órgãos públicos informações de seu interesse particular, ou de interesse coletivo ou geral, que serão prestadas no prazo da lei, sob pena de responsabilidade, ressalvadas aquelas cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado. (BRASIL, 1988).

É dever do Estado respeitar, defender e promover os direitos dos cidadãos, como também é seu dever facilitar o acesso às informações e aos serviços públicos. Portanto, o contribuinte, como financiador do Estado, deve assumir os seus direitos de intervir e cobrar dos gestores públicos por transparência, responsabilidade e serviços mais acessíveis e de maior qualidade.

Entretanto, quando o governo age para melhorar a vida das pessoas, geralmente esta ação relaciona-se com seus próprios interesses, isto é, serviços públicos destinados a fazer com que o cidadão cumpra suas obrigações. É dever do governo, priorizar suas ações nas áreas de educação, segurança pública, saúde, seguridade social, assistência social, entre outras, que são de maior relevância para os cidadãos.

Quanto aos interesses próprios do Estado, Ferrer e Santos (2004) alegam que o Brasil está compreendido entre os primeiros do mundo no campo do uso governamental dos recursos informatizados, alavancado pelo recebimento do Imposto de Veículos Automotores e Imposto de Renda.

A sociedade brasileira não está disposta a permanecer passiva diante da prestação de serviços públicos precários e aumentos abusivos da já elevada carga tributária exigida pelo Estado.

Neste sentido, Almeida (2002) atesta que a população está cada vez mais exigente quanto à prestação informações e serviços de qualidade tanto da iniciativa pública quanto da iniciativa privada, e demonstra a importância da utilização estratégica do governo eletrônico, ao afirmar que é muito mais do que apenas gerar uma página na Internet para a prestação de informações e serviços à sociedade.

## **ANTECEDENTES DO GOVERNO ELETRÔNICO NO BRASIL (2000-2002) E O CENÁRIO ATUAL DO BRASIL**

O início da implantação do Governo Eletrônico no Brasil deu-se por força do Decreto Presidencial de n.º 03, de abril de 2000, na Gestão do então Presidente Fernando Henrique Cardoso, quando a Casa Civil da Presidência da República, criou o Grupo de Trabalho Interministerial, que passou a ser denominado Grupo de Trabalho em Tecnologia da



Informação (GTTI), com o intuito de examinar e propor políticas, diretrizes e normas relacionadas com essas novas tecnologias. Esse grupo concentrou esforços em três linhas do programa: Universalização de serviços, Governo ao alcance de todos e Infraestrutura avançada.

Em outubro de 2000, foi criado o Comitê Executivo de Governo Eletrônico (CEGE) cujo objetivo principal foi o de formular políticas, estabelecer diretrizes, coordenar e articular as ações de implantação do governo eletrônico no país. A criação deste comitê é considerada como um dos grandes marcos na evolução do governo eletrônico no Brasil.

Em dezembro de 2002 foi divulgado o primeiro balanço das atividades desenvolvidas nos primeiros 02 anos de Governo Eletrônico. Os resultados foram expressivos e apresentaram grandes avanços na oferta de serviços aos cidadãos. (BRASIL, 2012).

Atualmente o Brasil é referência mundial em áreas como eleições eletrônicas e declarações tributárias entregues por meio da Internet. O Brasil já se posiciona em um bom grau de maturidade, presença *on-line*, mas ainda falta muito para alcançar os países desenvolvidos que estão em etapas ainda mais avançadas.

### **PRINCIPAIS CARACTERÍSTICAS DOS SERVIÇOS E-GOV**

De acordo com BARBOSA, (2008) e OLIVEIRA, (2006) os Serviços Eletrônicos ou *e-Services* relacionam-se à prestação de serviços ao cidadão utilizando TIC para entrega de soluções eletrônicas por meio de canais digitais de acesso.

Serviços que antes exigiam uma imensa burocracia são agora disponibilizados pela *Web*, isto é, serviços antes prestados por um conjunto de servidores passam a ser realizados diretamente pela Internet.

Estes serviços eletrônicos, prestados pela Administração pública, têm, inerente às suas características, aplicabilidades e objetivos diferentes, e se distinguem de acordo com a finalidade de cada um.

Segundo Costa (2004), o Governo Eletrônico dispõe de serviços que compreendem governo-cidadão-empresa. Tais serviços diversificam-se nas seguintes características:

- Regulamentação: diz respeito ao lado burocrático dos serviços, exigindo para sua execução: atestados, autorizações, certificados e outros.
- Regulamento de impostos e taxas: envolve os sistemas de inscrição e recolhimento tributário pessoal e empresarial.
- O governo-empresa: relação entre governo e empresa, com contato direto entre os departamentos através das reuniões *on line* ou pela intranet e reuniões virtuais.
- Compras eletrônicas: esta função tem a finalidade de tornar o serviço público mais ágil e fácil.
- O governo patrão: estreitamento da relação entre governo e servidores, proporcionando a estes, condições satisfatórias de

trabalho e, desta forma, capacitando-os a oferecer serviços de melhor qualidade.

- Democracia direta: fomenta a participação da sociedade nas deliberações governamentais, por meio do acesso à população a informações relevantes opiniões e pesquisas.

O Governo Eletrônico deve integrar paulatinamente todas estas características de serviços prestados pelo governo em uma plataforma de convergência. Assim os cidadãos e as empresas não precisarão mais se dirigir a diferentes órgãos. Para que isso aconteça, é indispensável investimentos na melhoria da arquitetura informacional do *site* e a integração dos serviços oriundos dos diferentes órgãos públicos.

## **O GOVERNO ELETRÔNICO NO COMBATE À IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA**

França (2000 ) frisou que sem transparência, não há controle jurisdicional viável da administração pública, constituindo-se uma exigência da cidadania.

A improbidade administrativa, principalmente em relação à contratação de serviços ou compras de produtos, tem comprometido a transparência na Administração Pública. Acordos inidôneos, pagamentos de propinas e combinação de preços antes da entrega da proposta oficial ao governo dilapidam os cofres públicos. Baseado nestes dados e nas experiências bem-sucedidas de outros países na utilização de pregões eletrônicos, o governo brasileiro exigiu, no âmbito da União, o uso desta modalidade de licitação, em relação à aquisição de bens comuns ou à contratação de serviços comuns, para reduzir os ilícitos e diminuir despesas governamentais.

O art. 4º do Decreto nº 3.555 prevê, nestes termos:

A licitação na modalidade de pregão é juridicamente condicionada aos princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo, bem assim os princípios correlatos da celeridade, razoabilidade, proporcionalidade, competitividade, justo preço, seletividade e comparação objetiva com propostas. (BRASIL, 2000).

Mesmo com a melhoria em relação ao sistema antigo, o pregão eletrônico não extingue as chances de fraude no processo de licitação, mas torna o processo muito mais transparente ao lidar com um número maior de concorrentes, o que dificulta qualquer oportunidade de corrupção, em comparação aos modelos habituais de licitação.

## **PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA**

Pelo fato de não se tratar da busca por uma equação manipulável a respeito do impacto que o governo eletrônico exerce sobre a Administração Pública, utilizou-se, neste estudo, o método qualitativo. Para o desenvolvimento deste tema foi adotada a metodologia de

pesquisa bibliográfica, onde foram utilizadas diversas formas de consulta, como consulta manual e eletrônica através da Internet.

Nesse artigo foram realizadas descrições gerais do governo eletrônico e citados alguns exemplos indicados nas bibliografias.

## **CONTRIBUIÇÕES E DESAFIOS DO GOVERNO ELETRÔNICO NO BRASIL- CONTRIBUIÇÕES DO GOVERNO ELETRÔNICO**

Há inúmeros desafios para o Brasil referente ao *e-gov*, mas os benefícios são imensos. O governo eletrônico vem ao encontro das necessidades e anseios da sociedade, que através do uso da Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) ganha eficiência e redução de custos.

Para Carvalho Filho (2004):

A Administração deve recorrer à moderna tecnologia e aos métodos hoje adotados para obter a qualidade total da execução das atividades a seu cargo, criando, inclusive, novo organograma em que se destaquem as funções gerenciais e a competência dos agentes que devem exercê-las. (CARVALHO FILHO, 2004, p. 20)

Com poucos anos de adoção do Governo Eletrônico já se pode pontuar vários aspectos de sua contribuição social. Entre eles estão os *e-services* oferecidos pela Administração Pública aos cidadãos que possibilitam: a realização *on-line* de matrícula escolar do ensino básico; a emissão de certidões negativas de impostos, caso não possua qualquer pendência; a emissão de Certificado de Regularização de situação com o FGTS; a emissão de alvarás de localização, de atividades, e quaisquer outros tipos de documentos semelhantes; a declaração do imposto de renda *on-line* pelas pessoas físicas e jurídicas; o ensino a distância: *e-learning*; a atualização de informações da folha de pagamento; entre outros.

Além do exposto acima, o governo eletrônico oferece:

- ✓ Serviços públicos com qualidade, rapidez e responsabilidade, dentro do novo ambiente de negócios na era digital.
- ✓ Redução da força de trabalho do setor público com aumento da eficiência e consolidação de processos.
- ✓ Substituição de processos baseados em papel por processos eletrônicos.
- ✓ Serviços e informações *on-line* baseados em transações em tempo real.
- ✓ Facilidade e universalidade ao acesso *on-line* dos serviços públicos e informações.
- ✓ Capacitação e melhoria do nível dos servidores públicos.
- ✓ Estabelecimento de parcerias do setor público com o setor privado.
- ✓ Maior transparência nas ações do governo.
- ✓ Maior eficácia nas ações do governo em áreas fundamentais como saúde, educação, segurança, assistência social.

- ✓ Oferta de múltiplos canais de acesso nas relações com a sociedade.
- ✓ Redução de custos da administração pública.
- ✓ Melhoria contínua dos processos e aperfeiçoamento das práticas no governo.
- ✓ Melhoria da governança e da gestão pública municipal e sua integração com as demais esferas governamentais.
- ✓ Acesso à informação, melhores sistemas de fiscalização.
- ✓ Melhores sistemas e indicadores de gestão.
- ✓ Facilitação do relacionamento e comunicação entre governo e a sociedade (cidadãos, empresas e negócios locais).
- ✓ Maior automação de processos, com substituição de processos baseados em papel por processos eletrônicos.
- ✓ Acesso igualitário ao governo para todos.
- ✓ Melhor arrecadação de forma transparente, com melhores sistemas.

Por tudo isso, pode-se afirmar que o governo eletrônico ao utilizar de tecnologia para gerar benefícios e melhorias para os cidadãos, contribui para a realização de um governo mais democrático, responsável e moderno. Entretanto o Brasil ainda tem muito que percorrer e aperfeiçoar para auferir o real sucesso de governo eletrônico.

## **DESAFIOS DO GOVERNO ELETRÔNICO**

Um dos principais desafios do governo eletrônico é reduzir a exclusão social. O atraso socioeconômico vivenciado pelo Brasil, em comparação aos países desenvolvidos, acarreta uma série de problemas como: a falta de infraestrutura tecnológica e os baixos índices educacionais, o que acaba influenciando negativamente o ritmo dos avanços do *e-gov*.

Segundo Barbosa (2009, p.69) a ausência de infraestrutura impede que grande parcela da população usufrua dos diversos serviços públicos eletrônicos governamentais disponíveis na Internet.

Outro desafio identificado que impacta negativamente os avanços do governo eletrônico é a exclusão digital. Atualmente grande parte da população brasileira não tem acesso à Internet por motivo de baixa renda e baixa escolaridade.

É preciso que haja incentivo à participação e apropriação social do uso da tecnologia da informação. Torna-se fundamental criar estratégias que propiciem o acesso de forma universal, ou seja, abranger e promover democraticamente a inclusão digital e a capacitação para a utilização dessas tecnologias e assim alavancar o governo eletrônico.

Lobato *et al.* (2012) afirma que na dimensão do Programa de Governo Eletrônico a inclusão digital garante o direito do cidadão de participar politicamente na sociedade, democratizando o acesso, em igualdade de condições, à informação digitalizada e aos produtos e serviços *on-line*.

Afirma também que a inclusão digital gera igualdade de oportunidades na sociedade da informação, partindo-se do conceito de que o acesso aos modernos meios de comunicação, especialmente a Internet, produz um aprendizado diferenciado e aumenta as possibilidades de ascensão financeira para o cidadão.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Não se pode encarar o governo eletrônico só como uma possibilidade, mas o mesmo deve também ser encarado como uma necessidade, porque não há outra saída para o aumento da eficiência e eficácia dos governos.

Embora o Brasil já possa contar com alguns bons serviços de governo eletrônico, ainda há um grande contingente de pessoas que não tem acesso à tecnologia da informação. Existe a necessidade de ampliar as iniciativas de inclusão digital e um investimento maior em infraestrutura para que isto aconteça.

É preciso também uma maior conscientização das pessoas responsáveis pelos processos administrativos nas instituições públicas, de como a informatização pode facilitar a vida dos cidadãos.

Se há desafios a superar, por outro lado há vantagens em acelerar o processo de construção do governo eletrônico, redirecionando esforços para áreas fundamentais. Em consequência, fica simples perceber que a satisfação do contribuinte e do cidadão brasileiro, teria a contrapartida da melhoria na imagem e credibilidade do governo.

Diante do conteúdo abordado no artigo, foi possível atingir o objetivo principal proposto, ao demonstrar que, com a ajuda do governo eletrônico, o Poder Público pode melhorar a qualidade de vida dos cidadãos com prestação de serviços de qualidade, realizando uma administração transparente, eficiente, reduzindo custos e prestando contas à sociedade.

## **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

ALMEIDA, Marcos Ozório. **Governo Eletrônico no Brasil**. Disponível em: <http://siare.clad.org/fulltext/0043815.pdf>. Acesso em: 18 mar. 2019.

BARBOSA, Alexandre Fernandes. **Os caminhos para o avanço do governo eletrônico no Brasil**. In: CGI.br (Comitê Gestor da Internet no Brasil). Pesquisa sobre **o uso das tecnologias da informação e da comunicação no Brasil: TIC Domicílios e TIC Empresas 2008**. São Paulo, 2009.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Título I, Dos Princípios Fundamentais**. Disponível em: <

BRASIL. Decreto 3.555, de 08 de agosto de 2000. **Aprova o Regulamento para a modalidade de licitação denominada pregão,**

**para aquisição de bens e serviços comuns.** Disponível em: < [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/d3555.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d3555.htm) >. Acesso em: 30 fev. 2019.

BRASIL. Governo Eletrônico. **Histórico do Programa de Governo Eletrônico Brasileiro.** Disponível em: < <https://www.governoeletronico.gov.br/sobre-o-programa/historico> >. Acesso em: 30 fev. 2019.

CARVALHO FILHO, J. dos S. **Manual de Direito Administrativo.** 11.ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2004.

COSTA, Eduardo da. **Classificação de serviços de governo eletrônico.** In: FERRER, Florência; SANTOS, Paula. (Org.). **E-government: o governo eletrônico no Brasil.** São Paulo: Saraiva, 2004.

FERRER, Florência; Santos, Paula. **E-government: o governo eletrônico no Brasil.** São Paulo: Saraiva, 2004.

FERGUSON, M. **"Estratégias de governo eletrônico: o cenário internacional em desenvolvimento"**. In: EISENBERG, J.; CEPIK, M. (Org.). **Internet e Política: Teoria e Prática da Democracia Eletrônica.** Belo Horizonte: UFMG (2002).

FILHO, Dalmo Nogueira e AGUNE, Roberto Meizi. **Gestão dos negócios públicos.** In: FERRER, Florência e SANTOS, Paula. (Orgs.) **e-government: o governo eletrônico no Brasil.** São Paulo: Saraiva, 2004.

FRANÇA, V. da R.: **"A Emenda Constitucional 19/98 e o princípio da eficiência na Administração Pública"**. In: Revista dos Tribunais: Caderno de Direito Constitucional e Ciência Política. Ano VII. n. 27. abr./jun. São Paulo: RT, 1999. p. 171.

GARDE, Antônio, Juan. Gerencia e administração financeira. Madrid: Instituto de Estudos Fiscais, 2001.

LOBATO, Fernanda Hoffmann; OLIVEIRA, João Batista Ferri de; SILVA, Thiago Augusto dos Santos. **Modelo de Acessibilidade em Governo Eletrônico. XVII Congresso Internacional del CLAD sobre la Reforma del Estado y de la Administración Pública,** Cartagena, Colombia, 30 oct. – 2 nov. 2012.

SILVA, Arídio *et al.* **Sistemas de Informação na Administração Pública.** Rio de Janeiro, Revan, 2004.

TORRES, Norberto A. **Avaliação de sítios municipais para o Estado de São Paulo – 2006/07. Projeto de avaliação de sítios de Internet (websites) municipais e criação do IPGEMW – Índice Paulista de Desenvolvimento de Governo Eletrônico Municipal por Websites.** FUNDAP/TecGOV (FGV-EAESP), 2007.

UNIGOV. **Governo Eletrônico. Características e Benefícios do Governo Eletrônico em Municípios.** Disponível em: < <http://unigov.wixsite.com/blog/single-post/2016/03/30/caracteristicas-e-beneficios-do-governo-eletronico-em-municipios> >. Acesso em: 01 mar. 2019.

VILHENA, Renata. **Governo eletrônico: Transparência e interface com o cidadão PP.** 115-122. Coleção Gestão Pública, Vol. 2, Balanço da Reforma do Estado no Brasil: a nova Gestão Pública, Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, Brasília 06 de dezembro de 2002.

**ZUGMAN**, Fábio. Governo eletrônico: saiba tudo sobre essa revolução. São Paulo: Livro Pronto, 2006.

# O SERVIÇO PÚBLICO NA ERA DAS TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO E DA COMUNICAÇÃO

Silva, Jackson Aleksandro da<sup>6</sup>

Se queremos uma democracia viva, se queremos uma política compartilhada, necessitamos de espaços e oportunidades que permitam debates abertos, onde se construam ideais e visões também compartilhados. Espaços em que todos e cada um possam intervir. Essas são as bases para poder falar de cidadania, de inclusão social, [...]. Em definitivo, uma sociedade em que valha a pena viver (SUBIRATS, 2011, p. 6).

Governar de 'portas fechadas' não só é um modelo menos efetivo de governança, como também é, cada vez mais, visto como uma forma menos legítima de governo (NOVECK, 2015 apud SCHNEIDER; CAMPAGNUCCI, 2017, p. 86).

## RESUMO

Presente em toda a parte, as tecnologias de informação e comunicação (TICs) nesta nova era, categorizada por muitos autores como Pós-Digital, traduz-se em novos desafios para a gestão pública, especialmente no que se refere à comunicação, serviços e processos. Compreender as mudanças subjacentes às novas práticas propiciadas pelo envolvimento digital é condição mínima para absorver e aproveitar novas possibilidades de relacionamento e construção de valor em um mundo cada vez mais conectado, transacional e veloz. Fluxo a que se propõe o presente trabalho. Para atingir esse objetivo adotou-se como método a pesquisa bibliográfica exploratória. Sem qualquer pretensão de esgotar o tema, o estudo traz, em seu desenvolvimento, algumas considerações sobre Governo Eletrônico, Serviço Público, Transparência e Web-Ativismo, tendo em vista a tônica desse novo momento em que tanto o acesso quanto a transmissão da informação se democratizam por múltiplas vias, e sua recepção passa a ser cada vez mais digital e interativa. A todos, uma boa leitura!

**PALAVRAS-CHAVE:** Governo Eletrônico. Serviço Público. Transparência. Valor Público

## INTRODUÇÃO

As novas tecnologias de informação e comunicação (TICs) têm alterado substancialmente o padrão da sociedade. Ao possibilitar novos formatos de atuação, interação e participação, essas tecnologias digitais vêm modificando os espaços de produção e de intercâmbio da informação,

---

<sup>6</sup> Servidor Público das Carreiras do Legislativo Municipal, Bacharel em Comunicação Social com habilitação em Publicidade e Propaganda pela Universidade Regional de Blumenau em 2006, Especialista em Direito Público pela Universidade Anhembi-Anhanguera em 2011. E-mail para contato: [jacksonalexandro@hotmail.com](mailto:jacksonalexandro@hotmail.com)



introduzindo novos valores com impacto direto nas esferas culturais, econômicas, sociais e políticas.

Exemplo ilustrativo dessa realidade decorre dos protestos protagonizados mais recentemente nos escândalos de corrupção que devastaram a credibilidade representativa de boa parte da classe política brasileira, assim como na resposta dada pela sociedade, que, convocada a “participar”, não tardou em promover verdadeira “degola” de grande parcela de seus representantes, via pleito eleitoral em outubro de 2018. Situações em que as TICs tiveram impacto e influência significativos também podem ser notados nos movimentos surgidos ou ampliados pelas redes sociais (Facebook e Twitter), ocorridos em todo o país, por conta da greve dos caminhoneiros, ainda no decorrer de 2018. Isso sem contabilizar inúmeros outros protestos, ocorridos desde junho/julho de 2013, iniciados pela elevação de tarifas no transporte público urbano e que se desdobraram em outras causas e movimentos com grande repercussão na esfera pública nacional.

De fato, a crise do atual modelo democrático e representativo de Estado, baseado nas concepções burocráticas (e por que não dizer ultrapassadas) da Administração Pública, têm se mostrado muito aquém das necessidades crescentes da população.

No atual estágio de desenvolvimento tecnológico, o enfraquecimento ou crise do Estado (como alguns teóricos vem abalizando) faz surgir novos espaços virtuais com ampliação da participação e esfera cidadã em rede. Todo esse movimento de reordenamento do modo operante ou mesmo de pressão participativa contribui para o fortalecimento e organização da sociedade civil. Fato que tem levado os Governos ao desafio de buscar recompor a ação pública, de modo a responder satisfatoriamente às necessidades básicas da população e de enfrentar os imperativos da eficiência e da eficácia em contextos de complexidade e incerteza constantes (RUA, 1997, p. 134).

Nesse novo parâmetro em curso - aberto, digital, fluido e veloz - as respostas do Estado, na maior parte dos casos, pontuais, geralmente vêm apresentadas tardiamente, quando não de modo reativo e insuficiente às demandas provenientes da sociedade, especialmente quando se avalia a prestação dos serviços públicos, em vista dos princípios e valores constitucionais. (É uma promessa de garantia e de direitos que dificilmente se cumpre, contrapondo-se a uma carga tributária que figura entre as mais elevadas do planeta).

Não é à toa que os cidadãos vêm desafiando os governos a entregar serviços de qualidade com muito mais flexibilidade, mais ágeis e com adição de valor. Também exigem, com frequência cada vez maior, o fim da impunidade e a eliminação de determinados privilégios (com a devida responsabilização e punição dos crimes tipificados por seus representantes), dentre inúmeros outros aspectos que envolvem empoderamento e participação social, transparência e prestação de contas, acesso às informações, inovação, prestação de serviços públicos

digitais, dentre outros fatores que promovam criação de valor público<sup>7</sup> e que deverão ser discutidos e aprofundados nos capítulos subsequentes. Nesse passo, ter as tecnologias de informação e comunicação (TICs) como referencial de gestão aliado à oferta de serviços públicos ou como ferramentas catalizadoras de inovação implica, hoje, na tentativa de superar a rigidez burocrática e a orientação primária deficiente de maximização custo/benefício, a fim de introduzir, em maior ou menor grau, práticas administrativas que considerem a interação do ambiente organizacional com o ambiente social com o objetivo de levar a um melhor governo (RIBEIRO, 2004, p. 73).

Nesse sentido, a velocidade de resposta passa a ser o grande vetor orientador dessas inter-relações entre demanda e oferta do serviço público, de modo que se possa suplantar um modelo de Administração Pública pejorativo e perdulário, tradicionalmente associado à ineficiência de um tipo “engessado” de Estado que, agonizando em descompasso, demonstra sinais inequívocos de esgotamento, justamente por não conseguir acompanhar o desenvolvimento no mesmo ritmo e extensão provocados pelo ambiente e pelas demandas em transformação. De fato, é o cidadão que se vê envolto no centro da ação pública. Seja ela eficiente ou deficitária. Ofertada por meio de tecnologias digitais ou não. Razão pela qual se faz cada vez mais premente e necessário repensar o serviço público em novas bases ou conceitos. Relação que será perseguida no capítulo subsequente.

## **O NOVO SERVIÇO PÚBLICO E O CONCEITO DE GOVERNO ELETRÔNICO**

Autores sensíveis à discussão acerca das implicações e usos das tecnologias de informação e comunicação (TICs) no setor público vêm corroborando, com certo entusiasmo, a existência de um movimento de reforma no seio da administração pública, destacando, *pari passu*, o Governo Eletrônico<sup>8</sup> como principal eixo catalisador para uma nova

---

<sup>7</sup> Baseado nas experiências de gestão privada, o valor público surge como resposta à nova Administração Pública, cujo enfoque amplamente direcionado à eficiência e resultados com significativa redução de custos viria determinar uma mudança nas práticas de gestão. Em se tratando de valor público, assume-se, nessa pesquisa, o conceito traduzido por Karen M. G. Lopes et al., (2017) que, buscando superar a falta de consenso na literatura, aponta não só “os serviços governamentais como fonte de geração de valor público”, mas, principalmente, enxerga na percepção e participação dos cidadãos o principal valor criado, no que se refere à adoção dos serviços públicos digitais (LOPES; MACADAR; LUCIANO, 2017, p. 77).

<sup>8</sup> Para Dias (2006, p. 25), o governo eletrônico tem se erguido ao nível de política pública prioritária. Sua implementação envolve investimentos mais firmes no desenvolvimento de serviços baseados na tecnologia web. Nas palavras dessa autora, a intenção “é habilitar a população a ingressar na chamada sociedade da informação”. O que significa, segundo ela muito mais que, **simplesmente**, colocar os governos na Internet (DIAS, 2006, p. 25, grifo nosso). Complementando esse raciocínio, Lopes, Macadar e Luciano (2017, p. 77), pontuam alguns passos como: “dar voz ao indivíduo e empoderá-lo, por meio de ações práticas de abertura governamental e colaboração cidadã”. Segundo esses autores, seriam esses os caminhos para criação de valor público, em

abordagem, uma nova estratégia, enfim, um novo *ethos*<sup>9</sup> na relação entre Estado e Cidadão ou Estado e Sociedade.

No Brasil de tantas e insondáveis crises, a agenda cíclica de reformas é constantemente apontada como prioritária em face do rombo fiscal recorrente, claramente associado ao inchaço, ineficiência e corrupção avassaladores que assolam os poderes constituídos e que se espalham por todas as unidades da federação.

Nesse sentido, reestruturar e repensar os serviços prestados pelos órgãos públicos é visto como pré-requisito; condição essencial para a inovação do governo que, fundamentalmente, precisa enxugar gastos, modernizar seu aparato técnico-administrativo, melhorar sua relação com a sociedade, munir os cidadãos com acesso a informações e fomentar sua participação; enfim, capacitar o funcionalismo público para entregar serviços de qualidade e com adição de valor.

Silva e Lima (2007, p. 5) apontam a democracia eletrônica<sup>10</sup> como caminho e consenso para dinamizar a relação entre governo e cidadão no século XXI. Teóricos de renome no campo da modernidade (pós-modernidade) sustentam que estaríamos nos deslocando de um sistema baseado na manufatura de bens materiais para outro relacionado à prestação de serviços e à informação.

Para Oliveira (2009, p. 8, grifo nosso):

A evolução para essa nova postura, **em termos de** Administração Pública passa **pelas tecnologias de informação e comunicação (TICs)**; atuando na criação, execução, entrega e controle dos serviços públicos, desempenhando um papel relevante nos serviços prestados pelos órgãos públicos.

Segundo esses teóricos, um dos fatores críticos para essa nova concepção de Serviço Público deverá cada vez mais ser balizada pela Gestão da Informação<sup>11</sup> como opção inteligente para integrar departamentos e

---

referência a uma maior efetividade e adoção de serviços **públicos** digitais” (LOPES; MACADAR; LUCIANO, 2017, p. 77, grifo nosso).

<sup>9</sup> Éthos: conjunto dos costumes e hábitos fundamentais, no âmbito do comportamento (instituições, afazeres etc.) e da cultura (valores, ideias ou crenças), característicos de uma determinada coletividade, época ou região. **Google Dicionário**. Disponível em: <<https://www.google.com.br/search?q=significado+de+ethos&oq=significado+de+ethos&aqs=chrome.69i59j0l5.4946j1j7&sourceid=chrome&ie=UTF-8>>. Acesso em: 24 nov. 2018.

<sup>10</sup> Para Stabile (2012, p. 21) “Estudar Democracia Eletrônica é entender em que contexto as Tecnologias de Informação e Comunicação beneficiam o ambiente político democrático e que tipo de benefício elas proporcionam. Mais ainda, é entender se o beneficiado é o cidadão comum, a burocracia governamental ou o conjunto de profissionais que atua na política”. Segundo o autor, “Iniciativas em Democracia Eletrônica podem ser utilizadas para beneficiar governos, ao reduzirem custos transacionais (ex. pregão eletrônico) ou podem ser utilizadas para incluir o cidadão na esfera de decisões governamentais, como por exemplo, o orçamento participativo on-line. Ou, ainda, pode ser apenas mais um meio de comunicação estritamente informacional, replicando notícias governamentais como em um tradicional canal de TV” (STABILE, 2012, p. 21).

<sup>11</sup> Para Vieira (2008, p. 4 apud VIEIRA; SANTOS, 2010, p. 10) “o papel da Gestão da Informação, assim como a implantação de sistemas de informação no setor público, está em proporcionar maior agilidade na prestação de serviços públicos, assim como tornar o atendimento mais adequado e de qualidade, com dados disponíveis e atualizados”.

órgãos, otimizar processos e procedimentos. Dotar o serviço público de tecnologias digitais com desenho e interface operacionais mais ágeis e dinâmicos. Flexibilizar a prestação do serviço público com a adoção de tecnologias de informação e comunicação (TICs) de fácil uso ou operacionalização, mais eficientes, modernas, simples e intuitivas com o objetivo de ultrapassar a lógica burocrática do guichê ou balcão de atendimento, promovendo, por conseguinte, sua verdadeira inserção na era digital.

No entanto, permitir que as instituições públicas ofereçam melhores resultados à sociedade requer, necessariamente, um conjunto de normas, padrões, premissas e métodos, de modo que se possa perceber ou vivenciar algum valor em Governo Eletrônico.

Muito além da intensificação e uso de tecnologias pelo Poder Público, ou das definições propostas por organizações internacionais<sup>12</sup> de grande vulto, Agune e Carlos (2005, p. 1) sintetizam Governo Eletrônico como:

[...] a transição entre uma forma de governar fortemente segmentada, hierarquizada e burocrática, que ainda caracteriza o dia-a-dia da imensa maioria das organizações públicas e privadas para um Estado mais horizontal, colaborativo, flexível e inovador, seguindo o figurino mais coerente com a chegada da sociedade do conhecimento [...].

Assim, para seguir com os objetivos propostos neste trabalho, adotou-se a conceituação de Governo Eletrônico como:

[...] a contínua otimização da prestação de serviços do governo, da participação dos cidadãos e da administração pública pela transformação das relações internas e externas através da tecnologia, da internet e dos novos meios de comunicação (*Gartner Group*, 2002 apud FERGUSON, 2002, p. 105).

Com essa observação em mente, procurou-se desdobrar as ações de Governo Eletrônico em três grandes segmentos ou frentes, as quais no entendimento de (Chahin et al., 2004 apud OLIVEIRA, 2009, p. 9) “compreendem o atendimento ao cidadão, a gestão interna e o desenvolvimento e fortalecimento da democracia”.

Na visão de Ribeiro (2005, p. 81), o contexto de atuação do governo eletrônico estaria mais vinculado à reformulação das práticas gerenciais. Sua implementação como ferramenta de comunicação e disponibilização de serviços públicos visa, no seu entender, “ampliar as bases da governança do Estado<sup>13</sup>” e, conseqüentemente, ampliar a abertura das

---

<sup>12</sup> Entidades diversas como o Banco Mundial, Organização para a Cooperação Econômica e Desenvolvimento (OCDE), Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), Organização dos Estados Americanos (OEA), Organização das Nações Unidas (ONU/UNDESA), dentre outros veem as tecnologias de informação e comunicação (TICs) “como suporte para a gestão de processos nas diversas interações ou dimensões realizadas pelo próprio governo ou **deste** com a sociedade”. (OLIVEIRA, 2009, p. 8, grifo nosso).

<sup>13</sup> Para Medeiros e Guimarães (2005, p. 453) a definição mais abrangente de governança “indicaria algo como uma ampla estratégia de reforma para reforçar as instituições da sociedade civil e tornar os governos mais abertos, responsáveis, transparentes e democráticos”. Já Braga, Alves,

instituições estatais com vistas à transparência, à participação e à democratização. Tópico a ser tratado no próximo capítulo.

## **TRANSPARÊNCIA E OS IDEAIS DE PARTICIPAÇÃO**

A centralidade do processo de formulação e implementação das políticas de informação é tema complexo e que gera acaloradas discussões nos meios sociais e acadêmicos, especialmente, no que concerne à posição ou papel do Estado como condutor ou mesmo propositor dessas políticas de informação. Nesse caso, as contradições também não se mostram muito diferentes.

Compreendendo conhecimento como informação e considerando ambos como fonte legítima de poder em nossa época, há quem visualize um suprapoder, quando observado o imenso volume e concentração de informação que detém o Estado, exercendo ou não, este, sua autoridade. Por outro lado, quando abordada no contexto das interações sociais (observadas as relações políticas e o reconhecimento da pluralidade de agentes e atores envolvidos), restaria ao Estado exercer seu papel como mediador do processo, garantindo, assim, certa equidade ou equilíbrio social em vista dos múltiplos interesses que eventualmente se entrecrocaram.

O assunto é importante e guarda relação estrita com os tópicos deste capítulo. Nesse quadro, Rowlands et al. (2002), citado por Ribeiro (2005) enxerga na centralidade do Estado (como agente promotor de políticas de informação) algumas garantias consideradas indispensáveis para o exercício da cidadania e dos direitos democráticos. Respectivo autor ressalta a dimensão humanista da informação em contraponto a abordagens mais pragmáticas e de caráter econômico que veem a informação como um recurso ou mercadoria. Para esse autor, a informação representa interação social e seu foco estaria em sua socialização, no direito de acesso, no direito de saber e em seu valor para a sociedade (Rowlands et al., 2002, p. 34 apud RIBEIRO, 2005, p. 78). Nesse sentido, reconhece a dimensão pública da informação como bem público (indivisível).

Para Ribeiro (2005, p. 78), “a política pública de acesso à informação e governamental visa romper com a prática patrimonialista e privatista dos ciclos de geração, preservação e transmissão da informação no interior do Estado”. Segundo denota a autora, “essa política deve ter como premissa e sustentação o reconhecimento do direito de acesso à informação governamental e a consolidação do Estado de direito, baseando-se na concepção de cidadania ativa” (RIBEIRO, 2005, p. 78).

---

Figueiredo e Santos (2008, p. 6, grifo nosso) relacionam governança a determinados “arranjos formais e informais que determinam como as decisões políticas são postas em prática, **segundo a perspectiva da manutenção dos valores constitucionais de um país, frente a problemas, atores, ambiente e circunstâncias em plena mudança**”.

Utilizando-se novamente das contribuições de Rowlands et al., (2002), referida autora observa ainda, que “a informação gerada e usada no campo informativo do Estado é concebida como força constitutiva da sociedade”. Para ela, o “acesso à informação pública e governamental pode ser compreendido como um domínio do Estado provedor e um importante instrumento de governança informacional” (RIBEIRO, 2005, p. 78).

Dentro dessa linha, uma gestão pública mais participativa e eficiente, visaria:

- a) [...] propiciar maior transparência no *modus operandi* da gestão pública, facilitando o exercício do que tem se convencionado chamar de *accountability*, que compreende em grande parte a obrigatoriedade do gestor de **prestar** contas ao cidadão [...]; e
- b) [...] permitir a troca rápida de informações entre membros do governo, como, por exemplo, preços cotados em licitações, divulgação de experiências bem-sucedidas de gestão, dentre outras atividades que intensifiquem o aumento da eficiência na máquina pública (FERREIRA; ARAÚJO, 2000, p. 1, grifo nosso).

Como uma via de mão dupla, compreende-se que o governo, cada vez mais, é levado a abrir suas informações para a sociedade. Já os cidadãos devem acessar (buscar) de maneira consciente (participativa) essa informação, para que haja um maior contato e controle social sobre os atos públicos com respectivo aumento da transparência. Nesse aspecto, a Lei de Acesso à Informação (Lei nº 12.527/11, que regulamenta o direito constitucional de acesso às informações públicas), bem como as iniciativas em torno dos programas de Gestão Integrada de Unidades de Informação, Governo Eletrônico e Ouvidoria Pública seriam protocolares.

Para Silva e Lima (2007, p. 6) “na medida em que o Estado amplia os mecanismos de participação popular, torna transparente suas ações, [...] propicia maior controle social”. Ramos Junior (2009, p. 148) entende que o exercício da cidadania, assim como uma maior aproximação entre cidadão e administração pública são basilares para o fortalecimento do Estado Democrático de Direito.

Torres (2004, p. 47) acredita “haver uma relação muito estreita e direta entre o nível de desenvolvimento da tecnologia da informação e os patamares de transparência na administração pública”. Para ele, além da possibilidade de alavancar mais transparência, o papel crucial dessa área se caracterizaria no sentido de elevar os níveis de controle e responsabilidade política dos altos escalões da administração pública.

De fato, toda essa mudança de perfil e relações entre Estado e sociedade abre um novo capítulo com a utilização, em escala cada vez maior, das tecnologias de informação e comunicação (TICs). Referido campo vem configurando novas possibilidades, no que tange à influência de grupos sobre políticas e programas de governo nos mais diversos setores, bem como no que deveria se configurar como a nova percepção de valor público. Assunto a ser melhor detalhado no tópico abaixo.

## **WEB-ATIVISMO E CRIAÇÃO DE VALOR: O CIDADÃO NO CENTRO DA AÇÃO PÚBLICA**

A atual crise de confiança, com o consecutivo abalo ou “derretimento” da credibilidade das instituições públicas brasileiras, é uma realidade incontestável. A movimentação coletiva ou o envolvimento da sociedade em torno das mídias sociais, e as incontáveis mobilizações sociais ocorridas nos últimos anos são categóricas nesse sentido e sinalizam, claramente, um novo modo de ação política em nosso tempo.

Essas tecnologias de informação e comunicação (TICs) têm se tornado o centro da atenção pública do momento, especialmente quando se avalia seu alcance no estabelecimento de novas pautas (novas demandas) como meio capaz de articular, influir e formar a opinião pública dos cidadãos e cidadãs, insatisfeitos com o quadro atual de escândalos face à ineficiência crônica e “secular” de diversas políticas públicas de Estado.

De fato, imagina-se que um governo assolado em desmandos e corrupção não deva ter muito interesse em ser transparente, razão pela qual o web-ativismo tem se levantado ou se erigido como opção e estratégia com o fito de exercer verdadeira pressão sobre esse tipo de governo (fechado sobre si mesmo).

Para ARAÚJO et al., (2015, p. 1599):

o web-ativismo aparece como estratégia de articulação e exercício de pressão, ampliando a possibilidade de o Estado incluir as demandas em sua agenda e, em alguns casos, modificar os processos decisórios e de implementação de políticas.

Derivados a partir da facilidade de circulação da informação, esses desenhos participativos têm não somente reivindicado inúmeros direitos como também, e mais especificamente, alterado as formas de se fazer política e, por consequência, o próprio papel da sociedade que se torna mais ativo e efetivo nesse processo.

Para Nogueira (2013, p. 156), a política aos poucos deixa de ser uma prerrogativa exclusiva do Estado, passando a incorporar novos atores e novas práticas de intervenção no processo político, aproximando-se do que vem se convencendo como “participação cidadã”, que seria, segundo o autor, “uma interação complexa e contraditória entre Estado, mercado e sociedade civil” com abertura para outras formas de “reivindicação, controle social e gestão”.

ARAÚJO et al. (2015) baseado nos trabalhos de Eisenberg (2013), oferece a essa nova prática de intervenção política o termo de “democracia digital”. Para ele, esse tipo de participação democrática mais ativa, lastreada nas tecnologias de informação e comunicação (TICs) “passa a ter presença cada vez mais importante dentro do funcionamento da **própria** democracia representativa atual”. Em sua visão, “a velha dicotomia existente entre democracia representativa e democracia participativa pode ser superada pelos novos adventos tecnológicos”, ainda

que não estejam (ambas) totalmente integradas à sociedade (ARAÚJO et al., 2015, p. 1601, grifo nosso).

Não há como se repensar o serviço público sem considerar o cidadão, sua voz e suas reivindicações, especialmente nesse momento em que as pessoas se mostram cada vez mais atentas, articuladas e exigentes em relação às ações e atos do Poder Público.

A criação de valor em serviço público na atual era da informação e do conhecimento, fortemente imbricados com as tecnologias e os meios digitais de comunicação, deve ser complementada com uma perspectiva de “fora para dentro”. Dentro dessa lógica, deve estar fundamentada sob o ângulo do cidadão, “priorizando suas necessidades e preferências coletivas”. A confiança, ou melhor, o restabelecimento da confiança dos cidadãos nas ações de governo é tido como fator direcionador de valor público<sup>14</sup>. Colaboração participativa da sociedade e abertura política do governo são os pontos de partida, eixos axiais, diretrizes essenciais para o estabelecimento, tanto da governança digital quanto de um governo eletrônico dotados de maior legitimidade (LOPES et al., 2015, p. 81).

De fato, o cidadão está cada vez mais inserido no centro da ação pública. Nesse viés, todas as questões relativas à orientação, desenho, concepção e princípios de serviço público, sob bases eletrônicas ou não, devem ser direcionadas e pensadas para o usuário em toda a sua cadeia. Sem dúvidas, esse é o novo valor que se apresenta.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Compreender as mudanças proporcionadas pelo envolvimento digital e pelas novas práticas introduzidas pelo uso intensivo das tecnologias de informação e comunicação (TICs), nesses tempos de desconfiança e de um ativismo e participação cidadã cada vez maiores, é fundamental para a concepção de uma nova relação de abertura, bem como para a construção de novos valores e práticas no que diz respeito às relações entre Estado, mercado e sociedade.

Nesse sentido, entra em pauta o Governo Eletrônico como resposta para tornar a administração pública mais transparente e prover o cidadão de informações e serviços digitais mais ágeis, flexíveis, eficientes e

---

<sup>14</sup> Em sua metodologia conceitual, Lopes *et al.* (2015, p. 78) divide valor público em quatro dimensões, a saber: 1) colaboração cidadã (processo de diálogo com a sociedade a ser observado em dois sentidos; a) colaboração cidadã em relação ao desenho e a prestação do serviço público; b) colaboração cidadã com vistas ao empoderamento público); 2) Abertura governamental (baseada na percepção dos cidadãos em relação à disposição ou prontidão do governo em receber colaboração social ou cidadã, subdividida em duas variáveis; a) transparência governamental; b) abertura para colaboração, mediante inúmeros mecanismos ou canais de diálogo); 3) Design do e-serviço (contempla, sob a perspectiva do cidadão, os aspectos relativos à concepção do serviço público digital, desde sua concepção, projeto e desenho até sua efetiva prestação e se desdobra nas variáveis; a) orientação para o usuário; b) facilidade de uso e; c) usabilidade); 4) Confiança dos cidadãos (trata de um elemento importante e determinante para a criação de valor público e se subdivide em duas variáveis; a) confiança no governo e em suas instituições; b) confiança na tecnologia e nos meios eletrônicos empregados para a prestação do serviço público).



adaptáveis. A nova tônica tem como fundamento a criação de valor público nas ações de Estado e deve se espalhar por toda a cadeia de serviços públicos ofertados, tendo o cidadão como centro de toda a ação. No que se refere ao quadro burocrático da Administração Pública brasileira, os desafios não são menores do que a pressão popular exercida sobre o governo (nas esferas federal, estadual e municipal). Articulações recentes baseadas no uso maciço de tecnologias de informação e comunicação (TICs) como estratégia de pressão têm sido frequentes nos últimos anos, corroborando a tese de que esse movimento tende a se alargar e se perpetuar.

A informação é o novo bem público e se transforma em novo capital social nessa nova etapa da era do conhecimento. Valor e informação são construções conceituais abstratas. Seus significados e contextualizações estão abertos, são dinâmicos e servem como motores para o comportamento social e individual. As organizações sociais e os governos estão atentos a essa realidade e vêm buscando criar condições e práticas de atuação mais efetivas, com vistas a absorver e melhor se aproveitar dessas novas possibilidades de relacionamento e fluxo, conforme uma dinâmica de mão dupla ou relação ganha-ganha em que o valor deve ser perseguido (percebido).

De fato, o acesso, assim como a transmissão da informação, se horizontalizam e se democratizam, ainda mais nesse novo momento tecnológico em que vivemos. Nesse caso, o Estado não figura mais como único portador ou detentor exclusivo das políticas públicas, nem deve mais se encerrar em seu quadro autoritário e fechado de governo.

A criação do valor e de sua percepção têm se tornado cada vez mais dialógicos e interativos nos meios digitais, e as ações de participação cidadã e web-ativismo vêm se disseminando, especialmente através da ampliação e uso frequente de tecnologias de informação e comunicação, promovendo uma revolução e um ideal de visões, influência, formação, articulações e alcance compartilhados, sem precedentes. Nesse sentido, mais que formas de conexão, as referidas tecnologias vêm se transformando em novas possibilidades de se viver no mundo. Fato que, inexoravelmente, remete a inúmeras considerações. Sob essa perspectiva, o presente trabalho pode servir como referência para outros estudos ou aprofundamentos.

## **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

AGUNE, Roberto Meizi; CARLOS, José Antônio. **Governo eletrônico e novos processos de trabalho**. 2005. Artigo [on-line]. Disponível em: < [https://governancaegestao.files.wordpress.com/2008/04/governo\\_eletronico\\_roberto\\_agune.pdf](https://governancaegestao.files.wordpress.com/2008/04/governo_eletronico_roberto_agune.pdf) > Acesso em: 23 nov. 2018.

ARAÚJO, Rafael de Paula Aguiar; PENTEADO, Cláudio Luis Camargo; SANTOS, Marcelo Burgos Pimentel dos. Democracia digital e experiências

de e-participação: web-ativismo e políticas públicas. **História, Ciências e Saúde – Manguinhos**, Rio de Janeiro, v.22, p.1597-1619, dez. 2015. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/hcsm/v22s0/0104-5970-hcsm-22-s1-1597.pdf>>. Acesso em: 20 set. 2018.

BRAGA, Lamartine Vieira; ALVES, Welington Souza; FIGUEIREDO, Rejane Maria da Costa; SANTOS, Rildo Ribeiro dos. O papel do governo eletrônico no fortalecimento da governança no setor público. **Revista do Serviço Público**. Brasília, v. 59, n. 1, p. 05-21, jan./mar. 2008. Disponível em: <<https://revista.enap.gov.br/index.php/RSP/article/viewFile/137/142>>. Acesso em: 20 out. 2018.

DIAS, Cláudia Augusto. **Método de avaliação de programas de governo eletrônico sob a ótica do cidadão-cliente**: uma aplicação no contexto brasileiro. 2006. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) Universidade de Brasília, Brasília.

FERGUSON, Martin. Estratégias de governo eletrônico: o cenário internacional em desenvolvimento. *In*: EISENBERGER, José; CEPIK, Marco. **Internet e política**: teoria e prática da democracia eletrônica. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2002.

FERREIRA, Sérgio G; ARAÚJO, Erika A. Modernização da gestão: E-governo o que ensina a experiência internacional. **Informe SF (Secretaria para Assuntos Fiscais do BNDES)**, Rio de Janeiro: n. 17, ago. 2000.

LOPES, Karen M. Gross; MACADAR, Marie Anne; LUCIANO, Edimara Mezzomo. Valor Público: O cidadão no centro da Gestão Pública. **Pesquisa sobre o uso das tecnologias de informação e comunicação no setor público brasileiro [livro eletrônico]**: TIC governo eletrônico 2017. São Paulo: Comitê Gestor da Internet do Brasil, 2018. Disponível em:<[https://www.cetic.br/media/docs/publicacoes/2/TIC\\_eGOV\\_2017\\_livro\\_eletronico.pdf](https://www.cetic.br/media/docs/publicacoes/2/TIC_eGOV_2017_livro_eletronico.pdf)>. Acesso em: 21 set. 2018.

MEDEIROS, Paulo Henrique Ramos; GUIMARÃES, Tomás de Aquino. Contribuições do governo eletrônico para a reforma administrativa e a governança no Brasil. **Revista do Serviço Público**. Brasília: v. 56, n. 4, p. 449-464, out./dez. 2005. Disponível em:<<https://revista.enap.gov.br/index.php/RSP/article/view/241/246>>. Acesso em: 19 set. 2018.

NOGUEIRA, Marco Aurélio. Participação política. *In*: GIOVANNI, Geraldo di; NOGUEIRA, Marco Aurélio (Org.). **Dicionário de Políticas públicas**. 2v. São Paulo: Fundap/Imprensa Oficial. 2013.

NOVECK, Beth Simone. Smart citizens, smarter state: The technologies of expertise and the future of governing. *In*: SCHNEIDER, Alexandre; CAMPAGNUCCI, Fernanda. Pátio Digital: uma experiência de governo aberto e inovação na educação pública. **Pesquisa sobre o uso das tecnologias de informação e comunicação no setor público brasileiro [livro eletrônico]**: TIC governo eletrônico 2017. São Paulo: Comitê Gestor da Internet do Brasil, 2018. Disponível em: <[https://www.cetic.br/media/docs/publicacoes/2/TIC\\_eGOV\\_2017\\_livro\\_eletronico.pdf](https://www.cetic.br/media/docs/publicacoes/2/TIC_eGOV_2017_livro_eletronico.pdf)>. Acesso em: 21 set. 2018.

OLIVEIRA, João Batista Ferri de. Governo Eletrônico: Uma visão sobre a importância do tema. **Informática Pública**. Belo Horizonte: v. 11, n. 1, p. 07-13, 2009. Disponível em: <[http://www.ip.pbh.gov.br/ANO11\\_N1\\_PDF/governo\\_eletronico.pdf](http://www.ip.pbh.gov.br/ANO11_N1_PDF/governo_eletronico.pdf)>. Acesso em: 19 set. 2018.

RAMOS JÚNIOR, Hélio S. Princípio da eficiência e Governo Eletrônico no Brasil: o controle da Administração Pública pelo cidadão brasileiro. **Revista Democracia Digital e Governo Eletrônico**. Florianópolis: UFSC, 2009.

RIBEIRO, Carla Andréia. Governo Eletrônico na Reforma do Estado: Inter-relações e perspectivas. **Informática Pública**. Belo Horizonte: v. 7, n. 1, p. 71-84, 2005. Disponível em: <<http://egov.ufsc.br/portal/sites/default/files/anexos/29642-29658-1-PB.pdf>>. Acesso em: 19 set. 2018.

RUA, Maria das Graças. Desafios da administração pública brasileira: governança, autonomia, neutralidade. **Revista do Serviço Público**. Brasília: v. 48, n. 3, p. 133-152, set./dez.1997. Disponível em: <<https://revista.enap.gov.br/index.php/RSP/article/view/392/398>>. Acesso em: 20 set. 2018.

SILVA, Helena Pereira da; LIMA, Jussara Borges de. **Governo eletrônico e informação utilitária**: uma relação necessária para uma efetiva inclusão digital. 2007. Artigo [on-line]. Disponível em: <<http://www.egov.ufsc.br/portal/conteudo/governo-eletr%C3%B4nico-e-informa%C3%A7%C3%A3o-utilit%C3%A1ria-uma-rela%C3%A7%C3%A3o-necess%C3%A1ria-para-uma-efetiva-inclus%C3%A3o>>. Acesso em: 23 nov. 2018.

STABILE, Max. **Democracia Eletrônica para quem?** Quem são, o que querem e como os cidadãos avaliam o portal da Câmara dos Deputados. BRASÍLIA: Biblioteca Digital Câmara. 2012. Disponível em: <<http://arquivo.edemocracia.camara.leg.br/documents/10156/1586361/Democracia+eletr%C3%B4nica+para+quem.pdf/b7899e7c-1496-460e-97bc-98347d5dc9a9>>. Acessado em: 24 nov. 2018.

SUBIRATS, Joan. **Otra sociedad, ¿otra política? De “no nos representan” a la democracia de lo común.** Barcelona: Icaria Editorial. 2011.

TORRES, Marcelo Douglas de Figueiredo. **Estado, democracia e administração pública no Brasil.** Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2004.

VIEIRA, Flávia Monaco; SANTOS, Vando Vieira Batistas dos. Governo Eletrônico: a busca por um governo mais transparente e democrático. *In: III CONGRESSO CONSAD DE GESTÃO PÚBLICA*, 3, 2010, Brasília. Anais ... Disponível em: < <http://banco.consad.org.br/handle/123456789/252>>. Acesso em: 17 set. 2018.

## **DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL DOS PROFESSORES: NOVOS DESAFIOS DA ESCOLARIDADE**

Silva, Késsia Barbosa da<sup>15</sup>

### **RESUMO:**

Este trabalho tem como objetivo identificar os principais problemas da formação inicial e continuada de professor no Brasil e, também, no contexto de mudanças e novos desafios que o ensino contemporâneo representa para o magistério. Para identificar estas questões, algumas dimensões principais de problemas são considerados: a organização institucional; o currículo; modelos, abordagens ou conceitos de formação; e do perfil dos formadores. Finalmente, com este panorama descrito, levantar quais são os principais desafios para a formação e desenvolvimento profissional do professor. Apesar da importância crescente que os governos brasileiros e os programas de reforma educacional e especialistas atribuídas a políticas destinadas a reforçar a melhoria profissional de professores, ainda estamos longe de ter os professores que queremos. Com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), vimos algumas reformas do currículo da formação inicial de professores, tanto no conteúdo como na sua estrutura e fundações. Dando, assim, um início de processo de reestruturação e de crédito às instituições responsáveis pela formação de docente e da formação pós docência. No entanto, deve-se, ainda, enfrentar graves problemas, tanto no funcionamento das instituições e do perfil do seu corpo docente e planejamento, organização e realização do sistema educativo brasileiro. Para realizar tais análises, a qual se propôs uma revisão literária acerca do assunto, traremos à pauta a corroboração de alguns especialistas sobre este tema, os quais podemos citar: Antunes (2005), Apple (1997), Birgin (2007), Barroso (2003), Contreras (1995), Libâneo (1998), Melo (1999), Oliveira (2000), Tozetto (2012) e Vezub (2009).

**PALAVRAS-CHAVES:** Professor. Formação de professores. Formação continuada. Desenvolvimento profissional. Coordenação Escolar.

### **INTRODUÇÃO**

Desde alguns anos no Brasil e, principalmente com a elaboração da LDB 9394/96 a formação inicial e a formação continuada para professores foram colocadas como elementos centrais dos diagnósticos educacionais, foco privilegiado de políticas públicas de intervenção, reforma e estratégias para aumentar a qualidade do ensino em todos os aspectos educativos.

---

<sup>15</sup> Graduada em Licenciatura Plena em Pedagogia pela Universidade de Pernambuco (UPE); possui pós-graduação em Educação Especial e Inclusiva: ação docente especializada pelo Instituto Souza; e-mail: [kessia29@hotmail.com](mailto:kessia29@hotmail.com)

Ao pensar em inovações e políticas educacionais ninguém ignora os problemas do ensino em nosso país e as dificuldades na qualidade de formação dos docentes brasileiros. Os sistemas escolares atuais, configurados na modernidade para final do século XX no Brasil, conservam traços de sua origem: centralidade do professor, o professor como a tecnologia e recursos educacionais insubstituíveis. Apesar do avanço das novas tecnologias e previsões nas escolas do futuro, é pouco provável que esta situação seja alterada radicalmente, no decurso das próximas décadas.

De acordo com Vesub (2005), o trabalho realizado pelo professor com os estudantes continua forjado como laços de tipo doméstico e familiar. Ele resiste, portanto, a lógica da racionalização e cientificista que tentam trazer mais profissionalismo.

O reconhecimento da importância do papel dos professores no processo educativo não implica deixar inalterados os recursos que, historicamente, configuraram e formaram a sua tarefa. Pelo contrário, é necessário lançar as bases de uma nova identidade e profissionalismo. As grandes mudanças experimentadas nos planos social, econômico, político, cultural e até mesmo a nível de áreas da vida privada das pessoas, juntamente com novas características das crianças e adolescentes e no aumento constante nas demandas que a sociedade civil faz a escola, certamente obriga-nos a redefinir a arte de ensinar.

Além disso, para Tozetti (2012), vários estudos apontam para o professor como um fator essencial na transformação educacional, ou seja, é o ator principal na renovação de modelos de ensino. Qualquer que seja a mudança que os professores estão sempre dispostos a realizarem, desafiam o impulso de algum lugar, quer seja como executoras, mediadoras ou planejadas por especialistas em qualidade de ativos e protagonistas pensativos de transformação. É comum ouvirmos falar, por exemplo, da necessidade de incorporar Novas Tecnologias da Informação no processo de ensino – as famosas TICs –, e que estas responsabilidades de novas tecnologias caem na conta do professorado. É satisfatório que as políticas educacionais equipem escolas e façam a reforma curricular. Mas, necessariamente, tais políticas educacionais devem promover satisfatoriamente o treinamento dos professores para que estes utilizem as TIC nas suas aulas. Caso contrário, a tentativa falhará. Não há praticamente qualquer programa ou iniciativa das agências governamentais de educação que não incluam em algum ponto para formação e reciclagem dos professores como uma área de intervenção estratégica de mudança.

### **FORMAÇÃO DE PROFESSORES DE HOJE: PROBLEMAS**

O Relatório Educação para Todos no Brasil: 2000 – 2015, depois de rever os dados e dos problemas mais prementes da crítica com relação a situação do sistema de educação no Brasil, propõe quatro medidas chave para melhorar os indicadores educacionais, a qualidade e equidade no

país. Uma dessas medidas foi o de "fortalecer a profissão docente através de aumentos em ordenados", um "sistema de reforma e formação e uma maior responsabilidade dos professores para as comunidades que eles servem". (BRASIL, 2014, p. 35). O que se percebe é que a situação não é das mais otimistas do que antes, ao rever as conquistas em relação às medidas propostas. Sobre o fortalecimento da profissão docente, podemos perceber que:

Em média, os professores brasileiros não estão adequadamente preparados para a sua função. Têm menos horas de formação profissional do que o seu homólogos nos países desenvolvidos e o treinamento que recebem é geralmente de má qualidade (BIRGIN, 2007, p. 41).

Estas declarações contrastam com a crescente importância dada pelos governos brasileiros ao tema sobre docência. Apesar dos esforços e os investimentos realizados no campo, os resultados estão longe do esperado. É comum falar do "baixo impacto" que tem a formação de professores na transformação e aprimoramento das práticas de ensino. Teóricos clássicos no estudo da educação brasileira e formação de professores como Libâneo (1998), mostraram que o contato dos professores recentemente com a prática escolar leva a adaptação dos novatos às estruturas e rotinas escolares atuais.

Estes autores, como outros também de renome como Melo (1999), mostram que, contra a força de socialização profissional exercida pelas escolas e as más condições de trabalho, formação, inicialmente recebida, acaba sendo uma "empresa de baixo impacto", com efeitos fracos sobre as práticas de definição de ensino. Por isso, é necessário fazer uma análise crítica dos modelos e dispositivos de formação de professores.

A formação docente não termina ou não deveria terminar com a colação de grau na docência. Nossa prática como docente está em transição e sob constante mudança, uma vez que as demandas educacionais modificam, principalmente num mundo tecnológico. Na análise que se segue mencionaremos os problemas de formação docentes relativos à primeira fase, normalmente referida como formação de grau inicial, que é recebida nas Instituições Superiores, Escolas Normais ou Faculdades de Pedagogia e as dificuldades de serviço contínuo ou formação. Agrupamento dos problemas com as seguintes dimensões da formação: a organização institucional e de regulação da formação; os aspectos curriculares; os modelos e abordagens para capacitação; os educadores, professores de formação de professores.

## **ASPECTOS CURRICULARES**

Para sondar estudantes e professores sobre novas dificuldades enfrentadas durante as primeiras práticas em seus primeiros anos de exercício, surge um dado contundente: o currículo de formação dos professores muitas vezes é demasiado teórico e fragmentado em vários

campos. Segundo Oliveira (2000), o aluno é quem tem a responsabilidade de aparelhar o seu futuro objeto de trabalho: ensino de certos conteúdos escolares em contextos particulares. Quando o professor recém-formado enfrenta a sala de aula sente que precisa de ferramentas práticas, ninguém explicou, por exemplo, como controlar a sala de aula, e como prender a atenção dos alunos e trabalhar de forma adequada com alunos mais difíceis.

Um dos problemas que é repetido tanto na literatura, como nas biografias de docentes, é a distância que ocorre entre a formação recebida e a realidade educacional:

É fundamental a reflexão sobre a formação de professores para se manter em mente que se trata de uma instância de capacitação para o trabalho: é a formação de pessoas para executar um determinado trabalho. As características deste trabalho e seus contextos de implementação deve ser elementos-chave no processo de projetar formadores (APLLE, 1997, p. 36).

No entanto, uma pesquisa das instituições de ensino mostra que este princípio geral está longe de conclusão. Além disso, o currículo de formação centra-se excessivamente nas chamadas questões técnicas - disciplinas profissionais e disciplinas psicológicas que fundamentam o ato de ensinar, em detrimento de uma formação social e cultural mais ampla que permite que os futuros professores envolvessem nos problemas sociais e educacionais contemporâneos. Assim, "a problemática escolar é reduzida a uma questão técnica ou jurídica" (BARROSO, 2003, p. 47). É necessário expandir o currículo de treinamento para outras áreas para renovar o aspecto que escola e permitindo imaginar e construir novas estratégias de intervenção.

Os novos currículos quase não colocam horas de classe e formação cultural em geral, sem fins pedagógicos diretos.

Um estudo recente que incluiu a análise de documentos curriculares de diferentes estados mostra o efeito de classificar o conhecimento tradicional no currículo de formação de professores: nível de competência para professores predomina formação técnica profissional, enquanto de educação primários ou básicos predomina a formação na disciplina a ser ensinada (BARROSO, 2003, p. 52).

As práticas de formação apresentam uma má reflexão sobre o sentido da educação no contexto atual, no conjunto do limite da reconfiguração do trabalho e da identidade dos professores e as novas condições socioculturais que produzem a subjetividade dos estudantes. Paralelamente se aumentam as demandas da sociedade para aos professores se eles pedem para tomar novas e mais responsabilidades e se questiona que os professores somente se dediquem apenas na transmissão de conhecimentos, produzindo uma extensão do seu trabalho para novas áreas. Isto gera uma sobrecarga de tarefas e responsabilidades em contextos nos quais o docente está longe de



dominar e controle. Dada a complexidade do trabalho docente na atual fase de escolaridade, a necessidades de formação profissional não se esgota pela disponibilidade de um conhecimento disciplinar atualizado, ou gestão de uma série de métodos de ensino necessário ao exercício da docência.

A formação por vezes enfrenta situações de classe e instituições "tipo" escolas geralmente urbanas que servem a uma população mais ou menos de homogêneo e com nível de baixa confiabilidade social. Não se abordam métodos de ensino em ambientes agressivos, com população escolar heterogêneo, afetadas pela pobreza e graves problemas sociais (CONTRERAS, 1995, p. 103).

A cultura colaborativa entre professores, trabalho em equipe e projetos institucionais começou a ser estimulada e até mesmo exigida pelas autoridades de educação. Mas, paradoxalmente, instituições de formação ainda não construiu de forma sistemática seu currículo e insuficiente atenção recebida durante as práticas de formação continuada. Embora esta competência é um dos fatores que pode melhorar o trabalho educativo e de rotinas de modificação de ensino e experiências escolares dos alunos.

### **FORMAÇÃO DE PROFESSORES DE HOJE: OS DESAFIOS**

Como melhorar a qualidade da formação? Como converter a carreira docente e uma escolha válida com prestígio acadêmico, capaz de atrair os melhores jovens? Como evitar a fragmentação da formação de professor e criar ciclos iniciais com desiguais níveis acadêmicos e graus de exigências? Como conseguir uma maior coordenação entre a formação inicial e continuada e o melhoramento da qualidade do ensino e experiências escolares das crianças? Como elevar a formação de docentes e os requisitos de ingresso para o nível superior? Como vincular o desenvolvimento profissional com a ascensão na profissão docente e melhoria das condições trabalhistas de professores no Brasil?

Estas perguntas resumem os principais desafios enfrentados pela formação de professores em relação à qualidade da educação. Em seguida, nos detemos em alguns deles com mais detalhes.

Frente a diversificação e proliferação de instituições que oferecem educação continuada, os governos têm tentado estabelecer parâmetros de qualidade e critérios comuns para a avaliação e financiamento. Também foram criadas redes e vários sistemas de informação e de certificação centralizada para coordenar os esforços dispersos. No entanto, "ainda não é clara base institucional de desenvolvimento profissional docente (...) e a maioria dos programas educacionais revelam iniciativas espasmódicas, com tendência para descontinuidade e ameaçadas pela falta de recursos" (VEZUB, 2009, p. 70).

Ao longo da última década no Brasil os dispositivos de aperfeiçoamento e desenvolvimento profissional foram amarrados ao financiamento

internacional, a compromissos com organismos de crédito multilaterais e das reformas educacionais empreendidas. Isto resultou principalmente em duas consequências.

A primeira relativa às abordagens, concepções e epistemologia subjacente nos modelos de capacitação docente, e a segunda ligada aos efeitos que teve sobre a regulamentação do trabalho de ensino. Entre estes efeitos podemos citar, por exemplo, o aumento da mercantilização das propostas e formação continuada e o crescimento sustentado da demanda de capacitação que se verifica na grande quantidade de professores que frequentam ações de formação continuada frente as novas exigências de reformas educacionais (ANTUNES, 2005, p. 72).

Este autor ainda se refere sobre o aumento sustentado das atividades de formação continuada trouxe com ele não só a desarticulação das diversas organizações e instituições que oferecem capacitação, mas também a desigual qualidade, pertinência e nível acadêmico das propostas. Portanto, o desafio atual está no trabalhando em continuidade e coordenação das políticas e programas de formação continuada, juntamente com a criação de um marco normativo que regule e ordene as instâncias e alternativas formais de desenvolvimento profissional de professores, a fim de garantir padrões de qualidade, relevância e importância das ações.

Barroso (2003) ainda enfatiza que se desaparecem as políticas de formação continuada por parte do Estado, os professores poderão ser deixados às coerências do mercado da capacitação, extinguindo seu direito de contar com atividades significativas e de qualidade para seu desenvolvimento e prática profissional.

Muitas das instituições de formação que oferecem capacitação projetam propostas a partir de seus próprios interesses e disponibilidade, sem que meçam um diagnóstico prévio das necessidades de desenvolvimento profissional dos docentes ou uma análise de quais são as áreas-chave em relação às novas exigências e complexidade que atualmente ocupa o ofício docente. Orientar a oferta de formação continuada em relação às necessidades e problemas identificados no sistema de educação parece um requisito básico, mas ainda não completamente realizado.

Em cenários nos quais se tem promovido o acesso à formação como um meio de obter credenciais para assegurar a permanência e estabilidade de professores no local de trabalho, o acesso deve ser garantido não só aos professores de desenvolvimento profissional, mas, ao mesmo tempo, aumentar a qualidade das propostas, recuperando as experiências e os saberes produzidos em escolas pelos professores.

A tendência atual, marcada por abandono dos modelos instrumentais, pensados a partir do descrédito e carência de desconsideração dos professores parece ser um caminho frutífero para dar lugar a propostas situacionais, centrada na análise da prática, na ideia de desenvolvimento coletivo e profissional.

## **AMPLIAR OS CURRÍCULOS E OS CONTEÚDOS DA FORMAÇÃO**

Este último desafio volta o olhar sobre os conteúdos da formação inicial e continuada. Em ambos os casos são obrigatórias áreas curriculares que abordem a análise do contexto social da escolaridade e os desafios que este contexto coloca para o cargo de professor. Isso envolve o estudo crítico das tradições históricas que ainda moldam parte das representações de professores, as suas formas de compreender as suas atividades e práticas; análise das implicações sociais da atividade escolar e sentidos que permeiam várias formas de ensino e aprendizagem. O domínio do conteúdo a ser ensinado nas aulas e a técnica pedagógica não garantem o êxito da transmissão, se entendermos que "[...] uma transmissão de sucesso oferece a quem recebe um espaço de liberdade e uma base que permite abandonar (o passado) para (melhor) reencontrá-lo" (ANTUNES, 2005, p. 71).

Para alcançar tal comunicação, nas afirmações de Contreras (1995), os professores precisam compreender a si mesmo, compreender a sociedade e as mudanças que ocorrem a nível mundial e local, de modo a fazer contato com eles mesmos e com seus alunos. Muitos professores não se sentem preparados para abordar a crescente complexidade das suas funções e é por isso que temos de repensar o currículo de formação para selecionar aqueles conhecimentos e perspectivas que podem ajudar a compreender e intervir nos sistemas escolares contemporâneos.

Também não se pode esquecer o currículo e o manejo das novas tecnologias de comunicação e informação. Especialmente quando estes são a maioria dos programas de educação básica e média permeiam cada vez mais a vida diária das pessoas. A crescente importância das TIC nas sociedades modernas e o potencial pedagógico apresentados tanto para o desenvolvimento profissional dos professores, como para melhorar a aprendizagem do aluno coloca novos desafios à formação de professores.

Na maioria das regiões brasileiras os professores que atualmente estão em atividade, tiveram ao longo da sua formação, preparação para o uso de computadores, seja como usuários individuais ou como futuros professores que irão trabalhar em suas escolas com nova as tecnologias. Um estudo recente da ENDIPE (2013) mostra que no Brasil metade das casas dos professores tem um computador. Apesar disso, a maioria, 61% dos professores brasileiros "nunca" navegaram pela Internet e apenas um terço dos professores pesquisados usam a Internet a cada quinzena.

Neste contexto, os governos brasileiros, através do MEC e da LDB começou a implementar programas de desenvolvimento profissional em TIC ou uso de várias plataformas e ambientes virtuais para executar ações de desenvolvimento profissional. A formação docente inicial também está repensando seu currículo em vista a fornecer aos alunos de alfabetização digital básica aos estudantes das carreiras docentes ensinando o uso de ferramentas de informática como recursos para o ensino e a aprendizagem.

Mas esse processo ainda é muito incipiente. Ainda há muito a ser feito nesta área para gerar comunidades virtuais de aprendizagem que

permitem aos professores a discussão de experiências, problemas educacionais, intercâmbio de materiais e recursos digitais, a nível nacional e internacional.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Não é fácil chegar a um consenso sobre o que deve ser a política de melhorar a formação de professores. A maioria das decisões e propostas de mudança que de alguma forma tocam a questão docente ou a carreira de professor, assumem rapidamente características de alta tensão política, mesmo quando se apresentem como simples problemas técnicos. Não existem na formação dos docentes problemas que só podem ser tratados como questões técnicas, longe das discussões ideológicas, políticas, das posições de valor e as implicações sobre condições de trabalho e carreira dos professores. Qualquer mudança que visa alterar a base atual de profissionalismo docente e da identidade e construir outras novas, modifica as regras do jogo existentes e desestabiliza o estado atual da categoria.

Por outro lado, as convivências no espaço escolar de tarefas assistenciais, de cuidados, alimentação e proteção das crianças, juntamente com as funções pedagógicas clássicas de materiais de ensino da escola, botam em cheque a identidade docente e colocam novos desafios para o seu ofício. Ser educador, se tornar um educador nos novos cenários de agravamento da pobreza e da exclusão social, de surgimento de novas configurações familiares e identidades juvenis nesse contexto de transformações culturais e formas de conhecimento e processamento de informações, pode ser uma oportunidade para os professores a desenvolver novos esquemas de conhecimento, percepção, classificação e ação, e assumir o controle sobre sua prática, melhorando experiências escolares de crianças e jovens, ocupando um papel de líder na transmissão de produção cultural, construindo novos sentidos para a tarefa de ensinar. Ou inversamente, se não for acompanhado de políticas e ações específicas para que isso aconteça, pode causar empobrecimento, a estagnação e o esvaziamento da profissão docente.

É neste contexto que devemos situar a discussão sobre a formação inicial e continuada de professores: Quais são os dispositivos mais adequados para o desenvolvimento profissional? Que propósitos devem prosseguir as atividades de formação e capacitação em contexto das atuais demandas que enfrenta a profissão docente e o seu ofício de ensinar? O desafio é que os professores se apropriem de novos mecanismos de leitura, interpretação e ação que lhes permitam trabalhar em contextos escolares heterogêneos, com diferentes problemas sociais e culturais.

A qualidade da educação em um país não é superior à qualidade do seu corpo docente. Daí a prioridade que a vasta maioria das reformas educacionais atribui ao reforço da profissão docente. Mas, se o professor é a chave para a qualidade do ensino, é necessário admitir também que não é possível melhorar o trabalho pedagógico dos professores sem ao mesmo

tempo alcançar níveis mais elevados de qualidade no funcionamento das escolas. Temos boas políticas para a formação inicial desses professores que lhes assegura as habilidades que serão necessárias ao longo da sua carreira. E a sociedade precisa de bons professores cuja prática profissional cumpre com o compromisso de respeitar o direito dos estudantes a aprender.

## **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

ANTUNES, R. A **Desertificação Neoliberal no Brasil (Collor, FHC e Lulla)**. 2. Ed. Campinas: Autores Associados. 2005.

APLLE, M. W. **Conhecimento Oficial: a Educação Democrática numa Era Conservadora**. Petrópolis, RJ: Vozes: 1997.

BIRGIN, A. **Pensar a Formação dos Professores em Nosso Tempo**. São Paulo: Autores Associados. 2007

BRASIL. **Lei de Bases da Educação Nacional** nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Brasília. 2014.

BARROSO, J. (org). **A Escola Pública: Regulação, Desregulação, Privatização**. Porto: Asa, 2003.

CONTRERAS, Domingo, J. **De Estudante a Professor: Socialização e Aprendizagem nas Práticas Educacionais**. São Paulo: Revista de Educação. 1995.

ENDIPE – **Conhecimento Local e Conhecimento Universal: Práticas Sociais – Aulas, Saberes, Políticas**. v. 4. Curitiba: Champagnat, 2013.

LIBÂNEO, J. C. **Adeus Professor, Adeus Professora?** São Paulo: Cortez, 1998.

MELO, M. **Programas Oficiais para a Formação dos Professores da Educação Básica**. Campinas: Revista Educação e Sociedade. n. 68, dez, 1999.

OLIVEIRA, Zilma Ramos de. **Interações Sociais e Desenvolvimento: a Perspectiva Sócio Histórica**. Campinas: Cadernos CEDES, n. 35, jul, 2000.

TOZETTO. Suzana Soares; WENGZYNSKI, Danielle Cristiane. **A Formação Continuada Face as suas Contribuições para a Docência**. IX ANPED SUL: Seminário de Pesquisa em Educação na Região Sul: 2012.

<<http://www.ucs.br/etc/conferencias/index.php/anpedsul/9anpedsul/paper/view/2107/513>>. Acesso em: 01 abr. 2019.

VEZUB, L. **Exercer a Docência: Vocaçã, Trabalho, Profissã ou Ofício?** São Paulo: Autores Associados. 2009.

# **A RESSOCIALIZAÇÃO DO APENADO FRENTE AS POLÍTICAS PÚBLICAS APLICADAS PELO SISTEMA CARCERÁRIO BRASILEIRO**

Oliveira, Leidiel Araujo de

## **RESUMO**

O presente artigo versa sobre as Políticas Públicas do Estado que, em tese, viabilizam a ressocialização do apenado junto ao sistema carcerário brasileiro e a inserção deste ao mercado de trabalho pós cumprimento de sua pena, nos moldes idealizados na Lei de Execução Penal de 2017. Para tanto, realizamos uma abordagem conceitual e uma breve análise sobre as principais políticas públicas estabelecidas ao sistema carcerário brasileiro e os principais entraves a sua aplicabilidade, e de forma sucinta, os principais benefícios que estas políticas públicas trazem a ressocialização do apenado. A pesquisa é de cunho bibliográfico, com método dedutivo, elaborado a partir de materiais já publicados, como: livros, artigos, jornais digitais, doutrinas, teses, etc. Os resultados demonstraram uma legislação rica no que concerne as políticas públicas ressocializadoras para o sistema penitenciário brasileiro, entretanto não se observa sua aplicabilidade integral, evidenciado por uma superlotação prisional e um alto índice de reincidência penal por todo o país, o que contribui para uma má gestão do sistema penitenciário. Acreditamos que este estudo, constitui-se relevante e de grande importância ao esclarecimento das Políticas Públicas do Estado dirigidas ao sistema carcerário brasileiro, na busca da ressocialização do apenado e seu reingresso a sociedade.

**PALAVRAS-CHAVE:** Ressocialização. Políticas Públicas. Sistema Carcerário. Execução Penal.

## **INTRODUÇÃO**

Sabemos que o direito de punir cabe somente ao Estado, com propósito de combate à criminalidade, mediante a reeducação e ressocialização do infrator. Haja vista que a função social da pena imposta ao apenado é o retorno deste ao convívio social pós cumprimento de sua pena. Tal como observamos nas palavras de Luiz Prado (2005):

A Lei de Execução Penal que a assistência do preso e ao internado é dever do Estado, objetivando prevenir o crime e orientar o retorno à convivência em sociedade. [...] também ao egresso será prestada assistência que consistira na orientação e apoio para reintegrá-lo a vida em liberdade, além da concessão, se necessário de alojamento e alimentação, em estabelecimento adequando, pelo prazo de dois meses (artigo 25 da Lei de Execução Penal) (PRADO, 2005, p. 590)

Em nossa Carta Magna, consta proibido o tratamento desumano ou degradante aos presos, disposto no art.5º, inc. III da CF/88, onde se lê:

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

[...]

III - ninguém será submetido a tortura nem a tratamento desumano ou degradante;

[...]. (BRASIL, 1988, art. 5º)

Somado a esta proteção, temos ainda no mesmo artigo 5º a tutela dirigida a integridade física e moral dos presos, art. 5º, inc. XLIX da CF/88, em que: "XLIX - é assegurado aos presos o respeito à integridade física e moral".

Já quanto ao caráter ressocializador, encontramos nos arts. 10 e 11 da Lei de Execução Penal (LEP), onde temos:

Art. 10. A assistência ao preso e ao internado é dever do Estado, objetivando prevenir o crime e orientar o retorno à convivência em sociedade.

Parágrafo único. A assistência estende-se ao egresso.

Art. 11. A assistência será:

I - material;

II - à saúde;

III -jurídica;

IV - educacional;

V - social;

VI - religiosa. (BRASIL, 1984, art. 10-11)

Atualmente, o que se observa nos principais veículos de comunicação, em relação aos presídios brasileiros, é a problemática da superlotação das penitenciárias, cadeias, selas, etc. Jornais e mídias digitais que noticiam dia e noite problemas como rebeliões, fugas, assassinatos, violência, etc. Expondo de forma pública e notória a total ineficiência do Estado na recuperação e ressocialização do apenado frente as suas políticas públicas aplicadas.

Segundo matéria do PORTAL-G1 (2017), "a população carcerária do Brasil atingiu a marca de 726,7 mil presos, mais que o dobro de 2005, quando o estudo começou a ser realizado". Dados do INFOPEN (sistema de informações estatísticas do sistema penitenciário brasileiro) divulgados pelo Ministério da Justiça mostram que "a taxa de ocupação dos presídios no país chegou a 197,4% – 726.712 presos que ocupam hoje 368.049 vagas – praticamente dois presos para cada vaga". Estes dados refletem a realidade da superlotação dos presídios brasileiros e a falência do sistema penitenciário nacional.

O último levantamento do mesmo portal em abril de 2019, dentro do "Monitor da Violência", revela que o número de detentos chega a 708,5 mil nas penitenciárias, e ultrapassa 750 mil se forem contabilizados os em



regime aberto e os detidos em carceragens da polícia. A matéria ainda aborda o aspecto da ressocialização dos presos, que mostra:

Os dados do levantamento expõem uma das principais falhas no sistema: a da ressocialização dos presos. Menos de um em cada cinco presos (18,9%) trabalha hoje no país. O percentual dos que estudam é ainda menor: 12,6%. No Pará a superlotação chega a 79,5% acima da capacidade, há 9.970 vagas e 17.901 presos. (PORTAL-G1, 2017, online)

Diante destes dados acreditamos que a ressocialização do preso não nos parece eficientemente possível no sistema penitenciário brasileiro com a atual Lei de Execução Penal. Esta, não parece ter atingido os resultados desejados e esperados pela sociedade brasileira, aparentemente não oportuniza condições efetivas para reintegração do apenado à sociedade. Nesse sentido, nossa problemática centra-se justamente na ressocialização do apenado que não é completamente atingida quando falamos das políticas públicas do Estado aplicadas dentro do sistema carcerário brasileiro.

Metodologicamente, a pesquisa tem cunho bibliográfico, com método dedutivo, elaborado a partir de materiais já publicados, como: artigos, periódicos da internet, revistas especializadas da web, noticiários digitais, doutrinas, teses, etc.

Didaticamente para melhor aprofundamento dos objetivos deste artigo, nosso desenvolvimento foi dividido em três subitens. No primeiro, realizamos uma abordagem conceitual da ressocialização, da Lei de Execução Penal e as principais políticas públicas que em tese viabilizam a ressocialização aplicadas no sistema carcerário brasileiro. No segundo, expomos os principais entraves a aplicabilidade das políticas públicas de ressocialização dentro do sistema carcerário. No terceiro e último, descrevemos de forma sucinta os benefícios das políticas públicas a ressocialização do apenado encarcerado.

## **1. DEFINIÇÕES QUANTO A RESSOCIALIZAÇÃO, A LEI DE EXECUÇÃO PENAL E AS POLÍTICAS PÚBLICAS DE RESSOCIALIZAÇÃO.**

Segundo definição no Dicionário Ediouro (2000), a Ressocialização constitui o: "ato ou efeito de ressocializar, socializar-se novamente. Assistir o preso psicológica e profissionalmente, para que possa voltar à sociedade como um cidadão útil, após o cumprimento da pena". A ressocialização, em si, tem o propósito de oferecer dignidade e tratamento humanizado ao apenado. No entendimento de Jason Albergaria (1996):

[...] a ressocialização é um dos direitos fundamentais do preso e está vinculada ao welfare statate (estado social de direito), que [...] se empenha por assegurar o bem-estar material a todos os indivíduos, para ajudá-los fisicamente, economicamente e socialmente. O delinqüente, como indivíduo em situação difícil e

como cidadão, tem direito à sua reincorporação social. Essa concepção tem o mérito de solicitar e exigir a cooperação de todos os especialistas em ciências do homem para uma missão eminentemente humana e que pode contribuir para o bem-estar da humanidade. (ALBERGARIA, 1996, p. 139)

Essa segurança no tratamento digno e humano é observado também no art. 38 do Código Penal brasileiro (Decreto-Lei no 2.848, de 7 de dezembro de 1940), dos Direitos do preso, que orienta: "Art. 38 - O preso conserva todos os direitos não atingidos pela perda da liberdade, impondo-se a todas as autoridades o respeito à sua integridade física e moral".

Afim de contemplar o processo de ressocialização, temos a Lei de Execução Penal Brasileira (Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984), considerada uma das mais avançadas, entretanto não nos mostra uma total segurança quanto a ressocialização do apenado. Diante disso, Júlio F. Mirabete (2006) orienta que:

O sentido imanente da reinserção social, conforme estabelecido na lei de execução, compreende a assistência e ajuda na obtenção dos meios capazes de permitir o retomo do apenado e do internado ao meio social em condições favoráveis para a sua integração, não se confundindo com qualquer sistema de tratamento que procure impor um determinado número e hierarquia de valores em contraste com os direitos da personalidade do condenado. (MIRABETE, 2006, p. 28)

O Estado através de uma legislação específica, e com base na LEP, as Políticas Públicas conferem uma vasta assistência ao apenado, que passa a ter um suporte jurídico, educacional, social, religioso, material, de saúde e trabalhista focados na sua ressocialização. Nesse prisma, ensina Elenaldo Celso Teixeira (2002) sobre as Políticas Públicas do Estado:

"Políticas públicas" são diretrizes, princípios norteadores de ação do poder público; regras e procedimentos para as relações entre poder público e sociedade, mediações entre atores da sociedade e do Estado. São, nesse caso, políticas explicitadas, sistematizadas ou formuladas em documentos (leis, programas, linhas de financiamentos) que orientam ações que normalmente envolvem aplicações de recursos públicos. (TEIXEIRA, 2002, p. 2).

O órgão executivo do Ministério da Justiça, DEPEN (Departamento Penitenciário nacional), é responsável tanto pela gestão e fiscalização das penitenciárias por todo o país quanto pela promoção de políticas públicas pautado na Lei de Execução Penal, que estabelece além de outros direitos, seis categorias de assistência ao apenado e ao egresso, com o objetivo de reintegrá-lo ao convívio social. As seis categorias de assistência de que trata o artigo 11 e seus incisos são: assistência material, assistência à saúde, assistência jurídica, educacional, social e religiosa. Descritos abaixo:

### Da Assistência Material:

Art. 12. A assistência material ao preso e ao internado consistirá no fornecimento de alimentação, vestuário e instalações higiênicas.

Art. 13. O estabelecimento disporá de instalações e serviços que atendam aos presos nas suas necessidades pessoais, além de locais destinados à venda de produtos e objetos permitidos e não fornecidos pela Administração. (BRASIL, 1984, art. 12-13).

### Da Assistência à Saúde

Art. 14. A assistência à saúde do preso e do internado de caráter preventivo e curativo, compreenderá atendimento médico, farmacêutico e odontológico.

§ 1º (Vetado).

§ 2º Quando o estabelecimento penal não estiver aparelhado para prover a assistência médica necessária, esta será prestada em outro local, mediante autorização da direção do estabelecimento.

§ 3º Será assegurado acompanhamento médico à mulher, principalmente no pré-natal e no pós-parto, extensivo ao recém-nascido. (BRASIL, 1984, art. 14).

### Da Assistência Jurídica

Art. 15. A assistência jurídica é destinada aos presos e aos internados sem recursos financeiros para constituir advogado.

Art. 16. As Unidades da Federação deverão ter serviços de assistência jurídica, integral e gratuita, pela Defensoria Pública, dentro e fora dos estabelecimentos penais.

§ 1º As Unidades da Federação deverão prestar auxílio estrutural, pessoal e material à Defensoria Pública, no exercício de suas funções, dentro e fora dos estabelecimentos penais.

§ 2º Em todos os estabelecimentos penais, haverá local apropriado destinado ao atendimento pelo Defensor Público.

§ 3º Fora dos estabelecimentos penais, serão implementados Núcleos Especializados da Defensoria Pública para a prestação de assistência jurídica integral e gratuita aos réus, sentenciados em liberdade, egressos e seus familiares, sem recursos financeiros para constituir advogado. (BRASIL, 1984, art. 15-16).

### Da Assistência Educacional

Art. 17. A assistência educacional compreenderá a instrução escolar e a formação profissional do preso e do internado.

Art. 18. O ensino de 1º grau será obrigatório, integrando-se no sistema escolar da Unidade Federativa.

Art. 18-A. O ensino médio, regular ou supletivo, com formação geral ou educação profissional de nível médio, será implantado nos presídios, em obediência ao preceito constitucional de sua universalização.

§ 1º O ensino ministrado aos presos e presas integrar-se-á ao sistema estadual e municipal de ensino e será mantido, administrativa e financeiramente, com o apoio da União, não só com os recursos destinados à educação, mas pelo sistema estadual de justiça ou administração penitenciária.

§ 2º Os sistemas de ensino oferecerão aos presos e às presas cursos supletivos de educação de jovens e adultos.

§ 3º A União, os Estados, os Municípios e o Distrito Federal incluirão em seus programas de educação à distância e de utilização de novas tecnologias de ensino, o atendimento aos presos e às presas.

Art. 19. O ensino profissional será ministrado em nível de iniciação ou de aperfeiçoamento técnico.

Parágrafo único. A mulher condenada terá ensino profissional adequado à sua condição.

Art. 20. As atividades educacionais podem ser objeto de convênio com entidades públicas ou particulares, que instalem escolas ou ofereçam cursos especializados.

Art. 21. Em atendimento às condições locais, dotar-se-á cada estabelecimento de uma biblioteca, para uso de todas as categorias de reclusos, provida de livros instrutivos, recreativos e didáticos.

Art. 21-A. O censo penitenciário deverá apurar:

I - o nível de escolaridade dos presos e das presas;

II - a existência de cursos nos níveis fundamental e médio e o número de presos e presas atendidos;

III - a implementação de cursos profissionais em nível de iniciação ou aperfeiçoamento técnico e o número de presos e presas atendidos;

IV - a existência de bibliotecas e as condições de seu acervo;

V - outros dados relevantes para o aprimoramento educacional de presos e presas. (BRASIL, 1984, art. 17-21).

## Da Assistência Social

Art. 22. A assistência social tem por finalidade amparar o preso e o internado e prepará-los para o retorno à liberdade.

Art. 23. Incumbe ao serviço de assistência social:

I - conhecer os resultados dos diagnósticos ou exames;

II - relatar, por escrito, ao Diretor do estabelecimento, os problemas e as dificuldades enfrentadas pelo assistido;

III - acompanhar o resultado das permissões de saídas e das saídas temporárias;

IV - promover, no estabelecimento, pelos meios disponíveis, a recreação;

V - promover a orientação do assistido, na fase final do cumprimento da pena, e do liberando, de modo a facilitar o seu retorno à liberdade;

VI - providenciar a obtenção de documentos, dos benefícios da Previdência Social e do seguro por acidente no trabalho;

VII - orientar e amparar, quando necessário, a família do preso, do internado e da vítima. (BRASIL, 1984, art. 22-23).

## Da Assistência Religiosa

Art. 24. A assistência religiosa, com liberdade de culto, será prestada aos presos e aos internados, permitindo-se-lhes a participação nos serviços organizados no estabelecimento penal, bem como a posse de livros de instrução religiosa.

§ 1º No estabelecimento haverá local apropriado para os cultos religiosos.

§ 2º Nenhum preso ou internado poderá ser obrigado a participar de atividade religiosa. (BRASIL, 1984, art. 24).

## Da Assistência ao Egresso

Art. 25. A assistência ao egresso consiste:

I - na orientação e apoio para reintegrá-lo à vida em liberdade;

II - na concessão, se necessário, de alojamento e alimentação, em estabelecimento adequado, pelo prazo de 2 (dois) meses.

Parágrafo único. O prazo estabelecido no inciso II poderá ser prorrogado uma única vez, comprovado, por declaração do assistente social, o empenho na obtenção de emprego.

Art. 26. Considera-se egresso para os efeitos desta Lei:

I - o liberado definitivo, pelo prazo de 1 (um) ano a contar da saída do estabelecimento;

II - o liberado condicional, durante o período de prova.

Art. 27. O serviço de assistência social colaborará com o egresso para a obtenção de trabalho. (BRASIL, 1984, art. 25-27).

Com isso em mente, é correto afirmar que a ressocialização do apenado é assegurada por uma legislação farta que, em tese, possibilita condições mínimas para que o condenado e o internado se recuperem, se ressocializem, com políticas focadas na recuperação social e humana dentro do sistema penitenciário brasileiro.

2.

### **3. OS PRINCIPAIS ENTRAVES A APLICABILIDADE DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE RESSOCIALIZAÇÃO DENTRO DO SISTEMA CARCERÁRIO.**

A Lei de execução penal em seu artigo 1º dispõe: "A execução penal tem por objetivo efetivar as disposições de sentença ou decisão criminal e proporcionar condições para a harmônica integração social do condenado e do internado". Logo, a execução penal possui como finalidade, tanto o cumprimento da pena quanto a ressocialização do indivíduo. Entraves existem quanto a esse último aspecto; visto que, os meios de comunicação digitais e impressos abordam uma feroz crise no sistema prisional brasileiro quase todos os dias. Nossa atual forma de ressocialização não está sendo completamente alcançada, haja vista que não observar uma estrutura elogiada em nenhum campo de atuação das políticas públicas do sistema carcerário.

### **QUANTO A SAÚDE, ALIMENTAÇÃO E HIGIENE DOS APENADOS DENTRO DAS PENITENCIÁRIAS.**

O Estado deve garantir tanto a saúde física como a psíquica dos presos, a fim de manter a plena qualidade de vida destes. A LEP em seu art. 12 orienta que "A assistência material ao preso e ao internado consistirá no fornecimento de alimentação, vestuário e instalações higiênicas". Logo, observamos uma contradição com a realidade exibida nos noticiários e documentários dentro das penitenciárias e cadeias públicas pelo país. Elas mostram uma completa falta de higiene das celas, cozinhas, corredores, pátios, etc.

Essa realidade foi constatada em 2017, quando da inspeção feita pelo CDH-OAB/RR à Penitenciária Agrícola de Monte Cristo – PAMC que concluiu em seu relatório sérios problemas na unidade prisional, com superlotação das celas, esgotos e sanitários entupidos, instalações elétricas e hidráulicas praticamente inexistentes, internos dormindo amontoados no chão, sem assistência médica e jurídica. Assim como constatamos:

A inspeção observou instalações “em péssimas condições”, “com esgotos e valas a céu aberto, celas em situações precárias (sujas, sem higiene, sem ventilação), celas com infiltrações nas paredes, instalações elétricas e hidráulicas deficientes”. (PORTAL-G1, 2017, online)

No art. 14 da LEP temos o dever do Estado voltado para a assistência à saúde da pessoa privada de liberdade. Entretanto nas celas de todo país o que se observa é um amontoado de pessoas disputando um misero espaço para dormir e viver, muitas vezes na companhia de insetos e lixo. Essa realidade precária gera um ambiente propício a doenças como as ordem respiratórias, tuberculose e pneumonia, hepatite e sexualmente transmissíveis, quanto as de ordem psicológicas, como depressão, demência e esquizofrenias, etc, chegando ao extremo do suicídio. Tal como se vê neste noticiário:

Segundo dados do Ministério da Saúde, obtidos pela reportagem com fontes ligadas ao Depen (Departamento Penitenciário Nacional), "pessoas privadas de liberdade têm, em média, chance 28 vezes maior do que a população em geral de contrair tuberculose. A taxa de prevalência de HIV/Aids entre a população prisional era de 1,3% em 2014, enquanto entre a população em geral era de 0,4%". (NOTÍCIAS-UOL, 2017, online)

### **A SUPERLOTAÇÃO CARCERÁRIA E A FALTA DE UMA ASSISTÊNCIA JURÍDICA EFICIENTE.**

A superlotação carcerária é um problema que se mostra presente tanto nas penitenciárias quanto nas cadeias públicas por todo o país. O aumento da quantidade de prisões efetuadas durante os últimos anos e o atraso do judiciário no julgamento dos processos fomentam o descaso do Estado na reintegração do apenado a sociedade. Assim como se constata na matéria:

Nacionalmente, a superlotação do sistema prisional atinge 69,3% em 2019, mas há estados em que o número de presos é maior que o dobro do número de vagas disponibilizadas pelo estado, como no Amapá, Amazonas, Distrito Federal, Goiás, Mato Grosso do Sul, Roraima e Pernambuco. As unidades prisionais pernambucanas, estado com a maior superlotação em 2019, somaram 11.767 vagas destinadas ao aprisionamento de 32.781 presos. (PORTAL-G1, 2019, online)

Já quanto a falta de assistência judiciária, é bem observada na quantidade de presos provisórios aguardando uma sentença dentro dos

estabelecimentos prisionais. A vagarosidade da justiça em julgar determinados casos, permite o aumento do número de indivíduos presos preventivamente ocupando com isso espaços nas prisões e inflamando a superlotação.

Outro aspecto é a ineficácia Quanto a progressão de regime devido à falta de assistência jurídica. O pequeno número de juízes não processa a demanda existente nas colônias agrícolas, penitenciárias, cadeias públicas, etc. dando margem assim as rebeliões e greves nos estabelecimentos prisionais do país. Impossibilitando assim uma adequada ressocialização do apenado. Como observamos na matéria jornalística do Portal G1 (2018):

[...] “o Poder Judiciário, por seus juízes criminais da capital e de Aparecida de Goiânia, está contribuindo para a superlotação carcerária daquela unidade prisional quando mantém indevidamente presos provisórios por até três anos, em total afronta ao princípio constitucional da duração razoável do processo”. (PORTAL-G1, 2018, online)

### **A VIOLÊNCIA EXISTENTE NO INTERIOR DAS PRISÕES**

As prisões brasileiras, em certa medida, corrompem o homem e seus direitos. A manutenção da vida de um apenado depende, muitas vezes, do seu ingresso a uma facção criminosa. Que passam a seguir as regras ditadas pela “máfia carcerária”, adaptando-se aos comportamentos dos demais que praticam espancamentos, violências sexuais, assassinatos, etc.

O Antropólogo Enéleo Silva (2017) destaca como castigos mais comuns, segundo os depoimentos dos presidiários, a:

Violência física, como surras, espancamentos, mutilações, raspagem dos pêlos, penetração anal, pelos companheiros e pela introdução de objetos como pedaços de pau, de ferro, de tubos de desodorante, etc. A masturbação e felação nos companheiros, desempenhar “papéis femininos”, como ficar responsável pela limpeza da cela e a lavagem da roupa dos companheiros, imitar “papéis humilhantes” como “bicha”, “Gretchem”, rebolar, etc. (SILVA, 1997, p. 125-126)

Segundo matéria feita pelo site OUTRAS PALAVRAS (2019), com base em um dos capítulos do livro “corpos que sofrem: como lidar com os efeitos psicossociais da violência?”, as principais formas de tortura, de maneira sintética são: “agressões, choques, espancamentos, alimentação, privação do sono, superlotação, insalubridade, operações de segurança marcadas por abuso da força, ausência de atenção adequada à saúde e de acesso a serviços de saúde”.

### **O REINGRESSO DO APENADO À SOCIEDADE**

A ressocialização do apenado ao seio da sociedade sofre de um intenso preconceito a sua aceitação. Os obstáculos enfrentados pelos detentos após cumprimento de suas penas permanecem além das barras da

cadeia. A sociedade diante da violência e da criminalidade, torna-se preconceituosa e acaba por adotar uma postura fria e distante com o egresso.

Somado a isso, temos a dificuldade deste egresso em ingressar no mercado de trabalho, pois sua baixa escolaridade e a pouca experiência profissional, não os permite conseguir um emprego honesto, e por essa razão muitas vezes o preso volta a cometer delitos, o que ocasiona novas reincidências.

Este sentimento de desconfiança e preconceito é bem observado na matéria publicada no Portal do Senado Federal, sobre o quanto a sociedade dificulta a ressocialização dos presos.

[...] De volta ao convívio social no saidão, no regime semiaberto ou aberto ou então em liberdade, o transgressor encontra o preconceito. Segundo o Anuário Brasileiro de Segurança Pública, 57% da população brasileira em 2015 concordava com a frase "bandido bom é bandido morto". Quando o sujeito sai [da prisão], mesmo já tendo cumprido a pena, ele muitas vezes não é aceito pela família nem pela comunidade e muito menos pelo mercado de trabalho. O preconceito é muito grande. As pessoas acham que, por ter cometido o crime uma vez, ele vai ser eternamente criminoso, diz o psicólogo e professor do Departamento de Serviço Social da Universidade de Brasília (UnB) Mário Ângelo Silva [...]. (SENADO-NOTÍCIAS, 2017, online)

Congruente a esse pensamento, Rogério Greco (2011, p. 443) conclui: "Parece-nos que a sociedade não concorda, infelizmente, pelo menos à primeira vista, com a ressocialização do condenado. O estigma da condenação, carregado pelo egresso, o impede de retornar ao normal convívio em sociedade".

#### **4. OS PRINCIPAIS BENEFÍCIOS DAS POLÍTICAS PÚBLICAS CARCERÁRIAS A RESSOCIALIZAÇÃO DO APENADO - O TRABALHO E A PROFISSIONALIZAÇÃO COMO CONTRIBUINTES AO PROCESSO DE RESSOCIALIZAÇÃO.**

Sabe-se que o trabalho caracterizado como obrigação ou espécie de sanção ao apenado, é vedado pela Constituição Federal de 1988, onde se lê:

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

[...]

XLVII - Não haverá Penas:

- a) de morte, salvo em caso de guerra declarada;
- b) de caráter perpétuo;
- c) de trabalhos forçados;
- d) de banimentos;
- e) cruéis;" (BRASIL, 1988, Art. 5º, XLVII)



Entretanto, sua função de reabilitação ao apenado constitui uma forma eficaz de ressocialização quando se observa a função laborativa exercitada no âmbito profissional, capaz de promover uma mudança de hábito do detento, e aumentar suas oportunidades e sua renda por meio de um ganho lícito, pós cumprimento de sua pena.

A atividade laboral e a educação constituem dois direitos elencados na LEP, nos arts. 17, 21 e 28. Os apenados possuem através desta legislação tanto a conquista de um trabalho digno quanto a oportunidade de estudar, concluir seu ensino médio pendente, além de poder realizar cursos profissionalizantes. Isto é, são ocupações vantajosas que são beneficiadas pelas políticas públicas de ressocialização dentro do ambiente carcerário. Tal como se lê:

Art. 17. A assistência educacional compreenderá a instrução escolar e a formação profissional do preso e do internado.

[...]

Art. 21. Em atendimento às condições locais, dotar-se-á cada estabelecimento de uma biblioteca, para uso de todas as categorias de reclusos, provida de livros instrutivos, recreativos e didáticos.

[...]

Art. 28. O trabalho do condenado, como dever social e condição de dignidade humana, terá finalidade educativa e produtiva. (BRASIL, 1984, arts 17, 21 e 28)

O trabalho em si fomenta o equilíbrio psíquico do preso, e tem um caráter de reabilitação e produção. O trabalho de forma alguma pode ser caracterizado como punição, mas sim um processo de aceitação do apenado frente a sua reintegração para sociedade. Neste mesmo entendimento nos ensina Fabbrini Mirabele (2004):

Que o trabalho do preso é imprescindível por uma série de razões: do ponto de vista disciplinar, evita os efeitos corruptores do ócio e contribui para manter a ordem; do ponto de vista sanitário é necessário que o homem trabalhe para conservar seu equilíbrio orgânico e psíquico ; do ponto de vista educativo o trabalho contribui para a formação da personalidade do indivíduo; do ponto de vista econômico, permite ao recluso dispor de algum dinheiro para assuas necessidades e para subvencionar a sua família; do ponto de vista da ressocialização , o homem que conhece um ofício. (MIRABELE, 2004, p. 90)

Logo, a profissionalização desenvolvida nos presídios permite ao apenado tanto uma remuneração lícita pelo trabalho quanto a remição da pena. Transparecendo ao meio exterior do presídio uma adequação social do apenado.

## **A EDUCAÇÃO COMO FORMA ESSENCIAL AO PROCESSO DE RESSOCIALIZAÇÃO DO APENADO**

A assistência educacional dentro dos presídios constitui um método de grande valia ao processo de ressocialização do apenado. A educação por

si só é um direito individual do preso, que consta na LEP do art. 17 ao 21, e na CF/88 em seu art. 6º, onde se lê:

Art. 6 São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição. (BRASIL, 1988, art. 6º)

Nesse tocante temos uma legislação que, em certa medida, abrange a assistência educacional que deve ser dirigida ao apenado. Entretanto, é de suma importância destacar que urge necessário políticas públicas que acompanhem as evoluções legislativas e concretizem suas ações, para que o sistema penitenciário possa de forma eficaz reintegrar o apenado. Segundo o autor Renato Marcão (2016), é evidente a relação da educação com a efetiva ressocialização:

"A assistência educacional tem por escopo proporcionar ao executado melhores condições de readaptação social, preparando-o para o retorno à vida em liberdade de maneira mais ajustada, conhecendo ou aprimorando certos valores de interesse comum. É inegável, ainda, sua influência positiva na manutenção da disciplina do estabelecimento prisional." (MARCÃO, 2016, p.59)

A LEP prevê que a assistência educacional compreende a instrução escolar e a formação profissional do preso. De acordo com dados do DEPEN de 2016 sobre a educação nos presídios brasileiros:

Dos mais de 700 mil presos em todo o país, 8% são analfabetos, 70% não chegaram a concluir o ensino fundamental e 92% não concluíram o ensino médio. Não chega a 1% os que ingressam ou tenham um diploma do ensino superior. Apesar do perfil marcado pela baixa escolaridade, diretamente associada à exclusão social, nem 13% deles têm acesso a atividades educativas nas prisões. (JUSTIFICANDO, 2017, online)

Logo, percebe-se que a educação auxilia no processo de reinserção social do apenado Sendo imprescindível sua política, pois permite o uso do tempo de encarceramento para promover a inclusão do apenado por meio do ganho de conhecimentos e das habilidades profissionais. Dessa forma, o fato de estar preso não exclui o apenado dos seus direitos a plena educação, tão pouco o acesso ao trabalho e profissionalização na carceragem.

## **A ASSISTÊNCIA RELIGIOSA E MORAL FACILITANDO O PROCESSO DE RESSOCIALIZAÇÃO**

O processo de ressocialização tem por meio da assistência religiosa alcançado resultados significativos nos presídios. Na LEP, no art. 24 orienta que: "A assistência religiosa, com liberdade de culto, será prestada aos presos e aos internados, permitindo-se-lhes a participação nos serviços organizados no estabelecimento penal bem como a posse de

livros de instrução religiosa”. O doutrinador Júlio F. Mirabete (2004) ensina que:

Basicamente, a ação conservadora e educativa integral destinada à reinserção social do preso e do internado está composta de três espécies de assistência. A primeira delas é a assistência religiosa ou moral, que era o único fim do internado nos primeiros tempos da existência das penas privativas de liberdade, tendo a aspiração reformadora com base em leituras bíblicas e meditação ocupado lugar importante nas prisões eclesiásticas e nos primeiros sistemas penitenciários. A educação moral, conceituada em sentido amplo, pode ser exercida como parte da assistência a todos os condenados, a fim de fortalecer o sentido ético de sua formação. (MIRABETE, 2004, p. 65)

Assim a inclusão social do apenado por meio do contexto ético e religioso desenvolvido nas cadeias, permite aos presos ter maior contato com os princípios norteadores da religião e das atividades morais desenvolvidas, fomentando o resgate desse ser humano delituoso, o qual passa a reconhecer sua condição de erro com a sociedade e conseqüentemente sua recuperação social.

### **A ASSISTÊNCIA SOCIAL E AS ATIVIDADES LABORAIS DO SERVIÇO SOCIAL NO PROCESSO DE RESSOCIALIZAÇÃO DO APENADO ENCARCERADO.**

A Lei de Execução Penal, em seus arts. 22 e 23 possibilitam ao apenado e seus familiares, mediante os serviços de assistência social, um amparo e um acompanhamento do desenvolvimento social na instituição ao qual está cumprindo sua pena, com vistas ao seu retorno à liberdade. Como vemos:

Art. 22. A assistência social tem por finalidade amparar o preso e o internado e prepará-los para o retorno à liberdade.

Art. 23. Incumbe ao serviço de assistência social:

- I - conhecer os resultados dos diagnósticos ou exames;
- II - relatar, por escrito, ao Diretor do estabelecimento, os problemas e as dificuldades enfrentadas pelo assistido;
- III - acompanhar o resultado das permissões de saídas e das saídas temporárias;
- IV - promover, no estabelecimento, pelos meios disponíveis, a recreação;
- V - promover a orientação do assistido, na fase final do cumprimento da pena, e do liberando, de modo a facilitar o seu retorno à liberdade;
- VI - providenciar a obtenção de documentos, dos benefícios da Previdência Social e do seguro por acidente no trabalho;
- VII - orientar e amparar, quando necessário, a família do preso, do internado e da vítima. (BRASIL, 1984, art. 22 e 23)

As atividades laborais do Serviço Social objetivam preparar o apenado para a sua reinserção a sociedade; isto é, condicioná-lo a um cidadão de bem e útil à sociedade. Assim como orienta Júlio F. Mirabete (2004):

O serviço social, como arte, consiste na aplicação dos conhecimentos, teorias e doutrinas que, subordinados a princípios, constituem a ciência do serviço social, para alcançar, como resultado, a solução dos problemas humanos que acarretam infelicidade e, assim, obter bem-estar. Este serviço não é, apesar da denominação, mera assistência, que consiste em diminuir ou, quando muito, eliminar os efeitos dos problemas ou das situações do assistido, mas constitui-se de tarefas e de atribuições que convergem para ajudar aquele que está em dificuldades a fim de que as resolvam, proporcionando-lhes meios para a eliminação das causas desse desajuste. (MIRABETE, 2004, p. 78-79)

## **A ASSISTÊNCIA JURÍDICA NA PROTEÇÃO AO REINGRESSO DO APENADO PARA SOCIEDADE**

Em nossa CF/88 está estabelecido no Art. 5º, LXXIV que: [...] “LXXIV - o Estado prestará assistência jurídica integral e gratuita aos que comprovarem insuficiência de recursos”. Uma garantia ao Estado de direito, com o acesso à justiça a todos que dela necessitarem.

Somado a isto, temos na LEP o estabelecimento da assistência jurídica destinada aos apenados nos art. 15 e 16. Os quais permitem: “Art. 15. A assistência jurídica é destinada aos presos e aos internados sem recursos financeiros para constituir advogado”. E “Art. 16. As Unidades da Federação deverão ter serviços de assistência jurídica, integral e gratuita, pela Defensoria Pública, dentro e fora dos estabelecimentos penais”. Neste mesmo entendimento nos ensina Júlio F. Mirabete (2004):

A adequada assistência jurídica é de evidente importância para a população carcerária. Nos casos em que há ação penal em andamento, o advogado poderá interferir diretamente no andamento do processo e contribuir para uma sentença absolutória e, em havendo sentença condenatória, poderá propor e encaminhar devidamente a apelação. Na hipótese de condenação transitada em julgado, o advogado representa uma proteção importante na fase de execução das penas privativas de liberdade. A maioria da população carcerária, porém, não tem condições de constituir advogado, quer durante a ação penal de conhecimento, quer para defender suas pretensões nos incidentes da execução ou no acompanhamento da fase executória da sentença. (MIRABETE, 2004, p. 72)

Assim, o advogado do serviço de assistência jurídica dentro dos presídios pode evitar injustiças ou erros judiciais, evitar prisões desnecessárias, diminuir a superlotação e garantir o exercício dos direitos e garantias individuais do apenado. Sabe-se que o fracasso da progressão de regime é devido à falta de assistência jurídica, que contribui para a superlotação das penitenciárias e das cadeias públicas.

Logo, a assistência jurídica aos internos e egressos do sistema prisional deve ser assegurada pelo princípio do contraditório e da ampla defesa proporcionado pelo Estado com assistência jurídica integral e gratuita,

dentro e fora dos estabelecimentos penais, garantindo assim os preceitos descritos em nossa Constituição Federal de 1988.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Durante nosso estudo, buscamos demonstrar que a Lei de Execuções Penais (Lei n. 7.210/84) dentre outras coisas, estabeleceu diretrizes e políticas que desde sua criação fomentam a reintegração digna do apenado a sociedade, pós o cumprimento de sua pena.

A assistência preconizada pelo Estado foca-se na integração do apenado ao convívio social, ora reprovável pela sociedade. Nestes moldes, é perceptível que o sistema brasileiro busca a partir da pena privativa de liberdade, preservar a sociedade do convívio do apenado e ao mesmo tempo, através das suas políticas públicas, tratar o condenado na medida em que este alcance sua ressocialização.

Observamos através da pesquisa que a ressocialização do apenado é realizada por meio de diversos tipos de assistências pautadas na legislação vigente da LEP, tais como: a assistência material, na qual temos o fornecendo alimentício, de vestuário, instalações higiênicas etc.; a assistência à saúde, com o atendimento médico, medicamentos, etc.; a assistência jurídica, permitindo ao apenado o serviço gratuito jurídico; a assistência educacional, com a instrução escolar e formação profissional; a assistência social, com o suporte voltado a sua reinserção ao convívio social e a liberdade; a assistência religiosa, dando-lhes liberdade de culto, e a assistência ao egresso no seu pós cumprimento de pena.

É possível constatar através de pouca pesquisa nos noticiários digitais e impressos a inegável precariedade do sistema carcerário brasileiro bem como a pouca eficácia das políticas públicas de ressocialização ali aplicadas. Nesse sentido, urge a necessidade de se repensar uma forma para que nossa LEP venha a ser cumprida de forma estruturada e eficiente, pois a intenção do legislador ao redigir tal legislação foi dar melhor condição de ressocialização destinada ao apenado e seu reingresso a sociedade, como um cidadão produtivo e útil.

É notório a observação de que temos atualmente duas realidades bem distintas no sistema prisional brasileiro, uma realidade descrita em nossa legislação e outra vivenciada no sistema carcerário do País. Não se nota a ressocialização dos condenados quando observada as medidas de assistência aos apenados segundo nosso ordenamento jurídico e a Lei de Execução Penal. A aplicabilidade integral das mesmas não é contemplada, gerando com isso problemas internos e contribuindo para uma má gestão do sistema penitenciário, evidenciado por uma superlotação prisional e uma reincidência penal generalizada em todo o país.

No entanto, é possível afirmar também que as principais políticas públicas que geram benefício direto ao apenado com foco em sua ressocialização vinculam-se a profissionalização e as atividades educacionais, ambas

incentivadas na Lei de Execução Penal, e que contribuem diretamente para a readaptação e reinserção do apenado a sociedade.

Consideramos que a ampliação da capacidade de vagas do sistema penitenciário nacional poderia diminuir mas não solucionar o grave problema atual de superpopulação dos presídios. Já a melhoria nas condições de higiene e saúde nos estabelecimentos penitenciários e nas cadeias das delegacias policiais de todo país teria um efeito mais positivo para o apenado caso fossem implementadas conforme as normas vigentes. Acreditamos também que o oferecimento uma melhor assistência e atendimento médico bem como o transporte aos centros de assistência médica seriam de grande valia aos apenados.

Outro ponto a ser melhorado volta-se ao fornecimento de uma alimentação mais adequada a cada realidade e regionalidade a fim de se evitar o desvio de alimentos e seu desperdício. Assim como também o desenvolvimento de políticas, estratégias e técnicas, para evitar situações de violência e abusos, de toda sorte, entre os reclusos.

Nesse tocante, necessita-se da adoção de medidas que visem a prestação de uma assistência jurídica mais efetiva, célere e gratuita que possam resultar em uma diminuição da superlotação e da reincidência dentro dos presídios, mantendo assim o exercício dos direitos e garantias individuais, bem como facilitando a progressão de regime tal como orienta o princípio do contraditório e da ampla defesa que deve ser proporcionado pelo Estado.

Por fim, acreditamos que este estudo, constitui-se relevante e de grande importância ao esclarecimento das Políticas Públicas do Estado dirigidas ao sistema carcerário brasileiro, as quais visam, em tese, a ressocialização do apenado e a volta deste ao seio da sociedade. Esperamos também que este trabalho tenha contribuído, mesmo que de forma singela, na conscientização quanto a importância pelo zelo aos direitos dos apenados assim como pelo cumprimento da LEP.

## **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

ALBERGARIA, Jason. **Das penas e da execução penal**. 3. ed. Belo Horizonte: Del Rey, 1996.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 5 de outubro de 1988**. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicaocompilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm)>. Acesso em: 25 nov. 2018.

BRASIL. Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940. **Lei ordinária que institui o Código Penal Brasileiro**. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/del2848.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del2848.htm). Acesso em: 10 jan. 2019.

BRASIL. Lei nº 7.210, de 11 de Julho de 1984. **Institui a Lei de Execução Penal.** Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l7210.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l7210.htm)>. Acesso em: 11 jan. 2019.

GRECO, Rogério. **Direitos Humanos, Sistema Prisional e Alternativa à Privação de Liberdade.** São Paulo: Saraiva, 2011.

JUSTIFICANDO. **Menos de 13% da população carcerária tem acesso à educação.** Publicado em 10 jun. 2017. Disponível em: <<http://www.justificando.com/2017/07/10/menos-de-13-da-populacao-carceraria-tem-acesso-educacao/>>. Acesso em: 10 mar. 2019.

MARCÃO, Renato. **Curso de execução penal.** 14 ed. São Paulo Saraiva Educação 2016.

MIRABETE, Júlio F. **Execução penal: comentário a Lei n. 7.210.** 11 ed. São Paulo: Atlas, 2006.

MIRABETE, Júlio Fabbrini. **Execução penal: comentários à lei nº 7.210, de 11-7-1984.** 11. ed. São Paulo: Atlas, 2004.

NOTÍCIAS-UOL: **"Massacre silencioso": doenças tratáveis matam mais que violência nas prisões brasileiras.** Publicado em 14 ago. 2017. Disponível em: < <https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2017/08/14/massacre-silencioso-mortes-por-doencas-trataveis-superam-mortes-violentas-nas-prisoas-brasileiras.htm>> Acesso em: 11 jan. 2019.

OUTRAS-PALAVRAS. **Prisões brasileiras: relato de dentro do inferno.** Publicado em 18 abr. 2019. Disponível em: <<https://outraspalavras.net/desigualdades-mundo/prisoas-brasileiras-relato-de-dentro-do-inferno/>>. Acesso em: 15 fev. 2019.

PORTAL-G1. **Brasil dobra número de presos em 11 anos, diz levantamento; de 726 mil detentos, 40% não foram julgados.** Publicado em 08 dez 2017. Disponível em: <<https://g1.globo.com/politica/noticia/brasil-dobra-numero-de-presos-em-11-anos-diz-levantamento-de-720-mil-detentos-40-nao-foram-julgados.ghtml>>. Acesso em: 22 dez. 2018.

PORTAL-G1. **Inspeções em presídio apontaram superlotação e péssimas condições.** Publicado em 06 jan. 2017. Disponível em: <<http://g1.globo.com/rr/roraima/noticia/2017/01/inspecoes-em-presidio-apontaram-superlotacao-e-pessimas-condicoes.html>>. Acesso em: 18 jan. 2019

PORTAL-G1. **Justiça nega liberação de 1,5 mil presos que esperam há mais de 1 ano por julgamento, em Aparecida de Goiânia.** Publicado em 09 out. 2018. Disponível em: <https://g1.globo.com/go/goias/noticia/2018/10/09/justica-nega-liberacao-de-15-mil-presos-que-esperam-ha-mais-de-1-ano-por-julgamento-em-aparecida-de-goiania.ghtml>. Acesso em: 28 fev. 2019.

PORTAL-G1. **Monitor da violência: sistema prisional.** Publicado em 26 abr. 2019. Disponível em: < <https://g1.globo.com/agenda-do-dia/noticia/2019/04/26/26-de-abril-sexta-feira.ghtml>>. Acesso em: 30 abr. 2019.

PORTAL-G1. **Prisões superlotadas não inibirão o crime e a violência.** Publicado em 26 abr. 2019. Disponível em: <<https://g1.globo.com/monitor-da-violencia/noticia/2019/04/26/prisoes-superlotadas-nao-inibira-o-crime-e-a-violencia.ghtml>> Acesso em: 22 fev. 2019.

PRADO, Luiz Regis. **Curso de Direito Penal brasileiro.** 7 ed. Parte Geral. Arts. 1º a 120. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2005.

SENADO-NOTÍCIAS. **Desconfiança e preconceito da sociedade dificultam ressocialização de presos.** Publicado em: 26 set. 2017. <<https://www12.senado.leg.br/noticias/especiais/especial-cidadania/desconfianca-e-preconceito-da-sociedade-dificultam-ressocializacao-de-presos>>. Acesso em: 29 mar. 2019.

SILVA, Enélio Alcides. **Violência sexual na cadeia: honra e masculinidade.** In: Revista de Ciências Humanas. Florianópolis: Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social (PPGAS/UFSC), 1997.

TEIXEIRA, Elenaldo Celso. **O papel das políticas públicas no desenvolvimento local e na transformação da realidade.** Disponível em: <[http://www.dhnet.org.br/dados/cursos/aatr2/a\\_pdf/03\\_aatr\\_pp\\_papel.pdf](http://www.dhnet.org.br/dados/cursos/aatr2/a_pdf/03_aatr_pp_papel.pdf)>. Acesso em: 09 jan. 2019.

XIMENES, Sérgio. **Minidicionário Ediouro da Língua Portuguesa.** 2. ed. reform. São Paulo: Ediouro, 2000, p. 815



# **AS CONTRIBUIÇÕES DA NEUROPSICOPEDAGOGIA PARA A INCLUSÃO E DESENVOLVIMENTO DE ALUNOS ESPECIAIS NA SALA DE AULA REGULAR: DESAFIOS E POSSIBILIDADES**

Rocha, Luzimeire Soares

## **RESUMO**

A Neuropsicopedagogia se constitui como novo campo do conhecimento voltado a pensar e a agir sobre as dificuldades de aprendizagem. No contexto em que a sociedade atual vive, a escola passou a assumir um novo papel na história, no que se refere à formação igualitária para todos. Dessa forma, a inclusão escolar da pessoa com necessidades especiais vem sendo amplamente discutida e conquistando seu espaço tanto em âmbito social como escolar. O professor diante desta realidade é peça fundamental como mediador nesse processo e deverá promover um ensino digno e igualitário, formando cidadãos conscientes para a sociedade, mas para que isso aconteça ele precisa de alguém que o auxilie e o prepare para que a inclusão realmente aconteça no espaço escolar. Este artigo tem o objetivo de demonstrar como é importante o trabalho do neuropsicopedagogo dentro do espaço escolar e suas contribuições no desenvolvimento e inclusão dos alunos especiais na sala de aula regular e tem uma metodologia bibliográfica e descritiva onde aborda as possibilidades e desafios do neuropsicopedagogo na instituição escolar e como auxiliar na superação dos problemas de aprendizagem e inclusão do aluno com necessidades especiais, até mesmo porque, não existe aprendizagem que não passe pelo cérebro, compreendendo a ciência, a neurociência e a neuroaprendizagem; conhecer o funcionamento do Cérebro e do Sistema Nervoso é fundamental para entender o processo da aprendizagem. A plasticidade neural é maior nas regiões cerebrais encarregadas da aprendizagem e as áreas do córtex cerebral são simultaneamente ativadas durante esse processo. Portanto, considera-se que tendo o neuropsicopedagogo inserido na equipe pedagógica, torna-se preventivo as dificuldades no processo de aprendizagem e um instrumento de se certificar de que a inclusão aconteça juntamente com a promoção de um ambiente afetivo onde as emoções sejam estímulos para a promoção do conhecimento.

**PALAVRAS-CHAVE:** Neuropsicopedagogia. Neurociência. Dificuldades de Aprendizagem. Educação Inclusiva.

## **INTRODUÇÃO**

A Neuropsicopedagogia tem um estudo fundamental no processo de aprendizagem, assim de que maneira à atuação do neuropsicopedagogo pode facilitar no processo de aprendizagem? Fazendo-se possível por meio do conhecimento da neurociência, podemos compreender o estado

biopsicossocial do indivíduo. O professor compreende o processo ensino-aprendizagem, facilitando a elaboração de estratégias, materiais didáticos, metodologia e dinâmica para a atuação do neuropsicopedagogo, tanto na prevenção quanto na intervenção e na inclusão.

O objetivo da Neuropsicopedagogia é desenvolver métodos junto à equipe pedagógica e professores diversas maneiras para melhorar o desempenho dos alunos no processo de ensino-aprendizagem, onde serão estimulados de acordo com suas dificuldades e atuar diretamente com o indivíduo para assegurar um sucesso no processo de ensino aprendizagem e inclusão desse indivíduo nesse espaço escolar e desenvolver métodos junto à equipe pedagógica e professores de diversas maneiras para melhorar e atingir os alunos no processo de ensino-aprendizagem, desta forma todos os alunos serão estimulados de acordo com suas dificuldades.

Desta forma, a pesquisa será realizada por meio de um levantamento bibliográfico, para que a Neuropsicopedagogia possa ser compreendida na área educacional como aliada no processo de ensino aprendizagem, com intuito de identificar e prevenir as dificuldades acadêmicas. Reconhecendo que cada aluno recebe estímulos de forma individual estando inserido em meios diferentes, o neuropsicopedagogo em parceria com o professor e com a equipe pedagógica elabora estratégias para melhorar o processo de aprendizagem atingindo todos os alunos em suas peculiaridades.

A garantia de uma educação de qualidade para todos implica, dentre outros fatores, um redimensionamento da escola no que consiste não somente na aceitação, mas também na valorização das diferenças. Esta valorização se efetua pelo resgate dos valores culturais, os que fortalecem identidade individual e coletiva, bem como pelo respeito ao ato de aprender e de construir.

Segundo as políticas educacionais, retrata uma instituição que se prepara para enfrentar o desafio de oferecer uma educação inclusiva e de qualidade para todos os seus alunos. Considerando que, cada aluno numa sala de aula apresenta características próprias e um conjunto de valores e informações que os tornam únicos e especiais, formando uma diversidade de interesses e ritmos de aprendizagem, o desafio e as expectativas da escola hoje é trabalhar com essas diversidades na tentativa de construir um novo conceito do processo ensino-aprendizagem, eliminando definitivamente o seu caráter de exclusão, de modo que sejam incluídos neste processo todos que dele, por direito, são sujeitos.

Assim este novo olhar da escola implica na procura de possibilidades que assegurem o acesso e a permanência de todas as pessoas no seu interior. Assim, o que se sonha é a construção de uma sociedade inclusiva comprometida com as minorias, cujo grupo inclui os portadores de necessidades educacionais especiais. O espaço escolar, hoje, tem de ser visto como espaço de todos e para todos, onde os mesmos têm acesso a uma educação de qualidade e acessível.

## **DESENVOLVIMENTO**

A Neuropsicopedagogia é um estudo transdisciplinar fundamentada nos saberes da Neurociência aplicada à educação, com conexões na Pedagogia e da Psicologia Cognitiva. Seu instrumento de estudo é a relação entre o funcionamento do sistema nervoso e a aprendizagem humana numa interpretação de reintegração pessoal, social e educacional. Ela surgiu aqui no Brasil no ano de 2008, no estado de Santa Catarina, quando docentes de uma instituição de ensino criaram um grupo de estudos que promoveria observações e pesquisas sobre o contexto escolar.

A criação do estudo em Neuropsicopedagogia veio da necessidade desses educadores de respaldar cientificamente as questões cognitivas, ainda obscuras e limitadas à compreensão desses profissionais, mas já muito exploradas pela área da saúde, como a Psiquiatria e a Pediatria. Até aquele momento, os direcionamentos da escola eram trabalhados a partir da Psicopedagogia e da Psicologia Escolar, o que, várias vezes, limitava as orientações educacionais e os atendimentos especializados.

Os estudos já existentes comprovavam apenas o comportamento e as emoções, mas existia também a necessidade de abraçar as Neurociências nas especificidades da aprendizagem escolar. A partir disso, iniciou a se pensar sobre a educação especial, as dificuldades de aprendizagem, a inclusão escolar e o atendimento multidisciplinar sob uma ótica transdisciplinar.

Os estudos de pesquisa reuniram profissionais das diversas formações e com diferentes naturezas da educação e da saúde, tais como educação especial, intervenção nas deficiências, altas habilidades, inclusão escolar e, claro, profissionais da própria psicopedagogia. A equipe era muito heterogênea, composta de Educadores Pedagogos, Educadores Psicopedagogos, Psicólogos, Neuropsicólogos, Médicos Pediatras, Médicos Psiquiatras infanto-juvenis, Fonoaudiólogos, Terapeutas Ocupacionais, Fisioterapeutas e Neurocientistas.

Dessa forma nasceu o primeiro projeto que cingia as Neurociências aplicadas à educação, chamada de Neuropsicopedagogia, ligando Neurociências, Psicologia e Pedagogia. Esse foi o ponta pé inicial de uma nova configuração para profissionais educadores, que têm o ensejo de se tornarem mais especializados e qualificados para lidar com as diversas especificidades que a escola expõe.

Posteriormente ao lançamento do curso de Neuropsicopedagogia, a área foi conquistando credibilidade graças aos acontecimentos de êxito de professores e alunos, de entidades de classes que hoje já conseguem olhar a Neuropsicopedagogia como uma área de grande alicerce das questões da aprendizagem escolar, também como uma possibilidade de reintegração dos indivíduos que dela dependem.

## **A DIFERENÇA ENTRE O TRABALHO DO PSICOPEDAGOGO E O NEUROPSICOPEDAGOGO**

A Psicopedagogia vem atuar com os impedimentos de aprendizagem e a diversidade de motivos que contribuem para tal, vindo estes ser de origem orgânica, cognitiva, emocional, social ou pedagógica.

A Neuropsicopedagogia, além de trabalhar os aspectos acima citados, tem como foco compreender o funcionamento do sistema nervoso, abrangendo suas diversas funções (movimento, sensação, emoção, pensamento, etc.), assim, intervindo e auxiliando na melhora das dificuldades de aprendizagem como: Distúrbios de memória; Falta de atenção; Bloqueios de aprendizagem nas diversas matérias dos conteúdos escolares; Dificuldades em raciocínio lógico, matemática, leitura e escrita; Baixa estima; Falta de motivação, entre outras.

Dentro desta análise pode-se dizer que a Neurociência procura estudar as variações entre o comportamento e a atividade cerebral. Porém trata-se de um campo interdisciplinar que abrange várias outras disciplinas (neuroanatomia, neurofisiologia, neuroquímica, neuroimagem, genética, neurologia, psicologia, psiquiatria, pedagogia).

Todas essas ciências reunidas formam a Neurociência e unidas buscam averiguar o sistema nervoso buscando compreender como ele se desenvolve, como ele é semelhante ou diferente entre indivíduos e entre espécies ou como ele deixa de funcionar. As Neurociências nos mostram como o cérebro gera nosso comportamento, porque nos emocionamos, porque precisamos comer, dormir, de que forma tomamos decisões, afinal como somos e o que somos.

O neuropsicopedagogo é esse profissional, que terá que estar em busca ininterrupta dos necessários conhecimentos sobre as anomalias neurológicas, psiquiátricas e distúrbios existentes, para desenvolver um trabalho de acompanhamento pedagógico, cognitivo e emocional das pessoas que apresentem essas sintomatologias. O profissional de neuropsicopedagogia, portanto, é um dos elementos mais importantes para desenvolver e estimular novas sinapses, para um real processo de ensino aprendizagem.

## **ÁREAS DE ATUAÇÃO DO NEUROPSICOPEDAGOGO**

A fim de compreender o trabalho do neuropsicopedagogo é importante compreender que esta área estuda a neurociência e o funcionamento do cérebro, no entanto com foco no que diz respeito à educação e ao método de ensino aprendizagem, para que possa empregar este estudo no desenvolvimento de práticas pedagógicas e estratégias de ensino.

A Neuropsicopedagogia reparte a atuação do neuropsicopedagogo em duas áreas: a institucional e a clínica.

A atuação institucional acontece exclusivamente em espaços escolares e instituições de atendimento coletivo. O neuropsicopedagogo institucional formará parte da equipe técnica pedagógica e do corpo de professores buscando à construção de projetos de trabalho nas áreas de conhecimento

formal; na orientação de estudos; e na prevenção da qualidade de vida por meio de campanhas internas relacionadas à saúde, à educação e ao lazer e em instituições do terceiro setor com atuações relacionadas às dificuldades de aprendizagem, o neuropsicopedagogo irá atuar em equipe multidisciplinar, fazendo triagens para encaminhamentos aos profissionais da saúde quando necessários; inserindo as crianças ou adolescentes em oficinas pedagógicas; e acompanhando o desempenho desses no projeto e na escola.

Com tudo o neuropsicopedagogo na área institucional deve contemplar:

- Observação, identificação e análise do ambiente escolar nas questões direcionadas ao desenvolvimento humano do aluno nas áreas motoras, cognitivas e comportamentais;
- Elaboração de estratégias que possibilitam o desenvolvimento da metodologia de ensino-aprendizagem do aluno;
- Direcionamento do aluno a outros profissionais quando o caso for de outra área de atuação especializada.

Já o neuropsicopedagogo clínico atua com equipes multiprofissional em clínicas e consultórios, sendo capacitado também de desempenhar seu trabalho em postos de saúde e terceiro setor, realizando avaliação e intervenção neuropsicopedagógica com o sujeito que apresentam dificuldades de aprendizagem.

Na avaliação neuropsicopedagógica clínica, o neuropsicopedagogo clínico, além de aplicar testes e escalas padronizadas, também manuseia a observação clínica, lúdica, e do material escolar para o desenvolvimento da hipótese diagnóstica. O envolvimento com a escola, com a família, com demais membros que convivem com o sujeito; e com os demais profissionais que trabalham no caso, faz-se importante para a compreensão do quadro e do projeto de intervenção.

Por tanto, o profissional em Neuropsicopedagogia Institucional pode desenvolver seu trabalho em instituições de ensino, analisando o ambiente educacional e os alunos de forma coletiva, trabalhando junto a equipe técnica pedagógica para a proposta de ações pedagógicas. E o neuropsicopedagogo clínico pode atuar com uma equipe multiprofissional para atender individualmente o sujeito com dificuldade na escola, fazendo diagnósticos e propondo intervenções que ajudem o mesmo.

## **A INCLUSÃO DO ALUNO COM NECESSIDADES ESPECIAIS NA SALA DE AULA DO ENSINO REGULAR**

Não temos dúvidas de que todas as pessoas têm direito a uma educação de qualidade. Porém, a incerteza que mais preocupa é como erguer essa escola inclusiva, de qualidade para todos.

Compreende-se que a educação é a base do alicerce para o desenvolvimento de qualquer indivíduo, e que incluir o aluno com necessidades educacionais especiais, é assim como, uma maneira de

respeitá-lo e assegurar a possibilidade de seu crescimento. Mesmo assim, percebemos que as dificuldades existem, não são poucas e ficam bem visíveis quando se para observar de forma mais crítica. Afinal de contas, colocar o aluno em sala regular de ensino e não atender o que realmente ele necessita, não é inclusão, mas sim exclusão.

Na realidade, a inclusão, não deve ser visualizada exclusivamente como um fato, mas sim como um processo, que tem seus estágios e que necessita ser muito analisado, avaliado em todo o seu decorrer, com responsabilidade e senso crítico.

Não basta a garantia da lei. De maneira evidente, a lei é sim, uma maneira de iniciar as mudanças. Mas, a inclusão deve ir além das leis e dos espaços determinados como regular ou especial. Deve sim, referir-se ao que é importante para cada indivíduo, em cada período específico de sua vida, respeitando seus momentos, suas capacidades e necessidades.

Jamais existiu, nem existira homogeneidade dentro de uma escola. Aceitar, acolher e valorizar as diferenças e a diversidade é o passo inicial para se fazer parte de um processo verdadeiramente inclusivo, e para a constituição de uma escola de qualidade para todos; sem este elemento importante, todo o serviço poderá ser faltoso nas condutas rígidas e inflexíveis de professores ou instituições. Não somos "todos iguais", isso é apenas um jargão utilizado para esconder, ainda que inconscientemente, as diferenças.

A inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais em escolas regulares, exige o redimensionamento financeiro dos sistemas e instituições na implementação de serviços e recursos de apoio complementar tanto para os professores quanto para os alunos. A recomendação da educação inclusiva deve acontecer em consenso e união dos pais, professores e de gestores, pois todos os alunos estão na condição de educandos, e são aprendizes de uma escola que deve ser de boa qualidade para todos.

Os profissionais, independente da área ou série de atuação, necessitam de formação continuada, sobre o processo de inclusão, sobre as necessidades educacionais especiais e sobre como se dá o desenvolvimento cognitivo das pessoas em seu processo de aquisição de conhecimentos.

É extremamente necessário e urgente um repensar sobre o dever da escola, na construção dessa escola inclusiva, em relação ao significado de algumas nomenclaturas que permitem rótulos como deficiência, incapacidade, retardo e tantos outros já vistos no decorrer da história, buscando desassociar as dificuldades das reais potencialidades das pessoas especiais.

Não são necessários novos profissionais, especializados. É necessário que estes profissionais atuais estejam abertos às mudanças desse novo trabalho de inclusão e que possam refletir e repensar suas concepções e conhecimentos antigos e novos, seu papel e posicionamento diante de uma classe de escola inclusiva.

Não é necessário esperar que a escola ou os profissionais, se preparem para então receber o aluno com necessidades educacionais especiais. Essa preparação pode acontecer aos poucos, de forma contínua, participativa, interativa, afinal a inclusão é um processo culturalmente determinado e para acontecer, requer a participação do próprio aluno na formação deste ambiente escolar que lhe seja favorável.

Necessariamente não podemos deixar de enfatizar que há crianças que possuem grau elevado de deficiência que necessita de um espaço de apoio especializado (APAE, ANPR, ANPACIN...) que não pode ser omitido e nem tampouco ignorado.

É evidente que as dificuldades ainda são muitas, e reconhecemos que muitas delas não se denotam exclusivamente aos alunos com necessidades especiais, mas são problemas existentes já há muito tempo na estrutura educacional do país como um todo. Nesse seguimento, a inclusão desse alunado em classes comuns gera novas possibilidades e desafios, que tendem a somar-se com as dificuldades já existentes do sistema atual de educação, e, por subsequente, reafirma a concepção de que a inclusão obriga a profundas mudanças a fim de melhorar a qualidade da educação, seja para alunos com ou sem necessidades educacionais especiais.

É como se tivesse sido dado apenas o primeiro passo de uma longa caminhada, de um difícil percurso de lutas para que se garantam a todos, as mesmas oportunidades de convivência, estudo, trabalho, lazer, enfim, oportunidades de acesso a todos os bens produzidos socialmente.

### **IMPORTÂNCIA DOS VALORES, PRINCÍPIOS E ATITUDES NA INCLUSÃO DO ALUNO COM NECESSIDADES ESPECIAIS NO ESPAÇO ESCOLAR.**

Afirma Delours (1998), que a igualdade não está em desacordo com o respeito às diferenças entre as pessoas, mas sim na valorização na capacidade de cada ser humano em suas realizações. Assim sendo quando se trata de proporcionar oportunidades iguais e justas para todos, tem-se muito ainda por fazer nas escolas para corresponder ao princípio segundo o qual os seres humanos têm direito à dignidade, sejam quais forem as suas competências ou realizações. A observação destes princípios é restringida por predisposições que nos levam a responder situações ou a outras pessoas de modo desfavorável, tendo em vista um dado valor. No caso da igualdade entre pessoas ou melhor dizendo entre seres humanos, os obstáculos se efetuam na abdicação em reconhecer e defender este valor, por meio de comportamentos, reações, emoções e palavras.

E é possível não afirmar assim como Machado (2001) que ainda existem diretores, professores e pais que apresentam uma certa ignorância em aceitar que o perfil dos alunos mudou, que as crianças e adolescentes de hoje não são mais os mesmos que tiveram acesso à escola do passado. O

preconceito é destacado quando se trata do aluno com dificuldades para aprender por ser ou por estar deficiente, do ponto de vista intelectual, social, afetivo, emocional, físico, cultural e outros. Encontram-se também preconceitos de alunos de raça negra, de famílias de religiões populares, filhos de famílias desestruturadas, de mães solteiras e pais omissos, drogados e marginalizados.

Nesse seguimento, destaca-se que apesar da escola não ser capaz de sozinha efetuar transformações sociais, é ela quem pode estabelecer os primeiros princípios de uma inclusão escolar. Portanto, a escola como espaço inclusivo, pode considerar como seu principal desafio, o sucesso de todos os alunos, sem nenhuma exceção. E o envolvimento da família no processo educacional da criança é uma necessidade e de muita importância. A família deve ser orientada e motivada a colaborar e participar do programa educacional, promovendo desta forma uma comunicação maior com a criança. Também é fundamental que a família incentive a prática de tudo que a criança assimila.

A inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais na rede regular de ensino não se restringe aos esforços da escola, inclui também a construção de redes de colaboração com a família e a sociedade fortalecendo o combate à intolerância e às barreiras atitudinais, bem como a compreensão da diversidade no desenvolvimento infantil (ARRUDA; ALMEIDA, 2004, p. 16)

A criança, como todo ser humano, é um sujeito social e histórico e faz parte de uma organização familiar que está inserida em uma sociedade, com uma determinada cultura. Assim, a qualidade da estimulação no lar e a interação dos pais com a criança se associam ao desenvolvimento e a aprendizagem de crianças com necessidades educacionais especiais.

As competências de autonomia pessoal e social desenvolvem melhor qualidade de vida, pois favorecem a relação, a independência, interação, satisfação pessoal e atitudes positivas. Alunos com necessidades educacionais especiais devem ter a oportunidade de participar de forma significativa e integral nas atividades escolares regulares.

## **O PAPEL DO NEUROPSICOPEDAGOGO NA INSTITUIÇÃO ESCOLAR**

Com preparo e sensibilidade, o educador, melhor do que qualquer outro profissional está preparado para detectar problemas cruciais na vida de toda e qualquer criança que por ele passar. No entanto, a ação de educar e incluir não são atos solitários, eles necessitam de parcerias, de trocas, de profissionais que percebam cada indivíduo nos mais diferentes modos de ser e estar no grupo, enfim uma equipe multidisciplinar.

Inclusão é como um diamante. Existem vários ângulos pelos quais se podem perceber o mesmo indivíduo. Muitos, ao admirar um diamante, alcançam somente o seu brilho, outros apreciam somente sua superfície, alguns voltam seus olhos para a profundidade, mas há aqueles que têm a



visão mais ampla, observam as multifaces do diamante (brilho, superfície, profundidade, fragilidade entre outros aspectos). Isso é um trabalho multidisciplinar, um trabalho de equipe onde cada um na sua especialidade consegue ver focos diferentes dentro de um mesmo contexto e por consequência disso, o brilho final aparece refletindo o trabalho de todos.

Percebe-se a importância do trabalho do neuropsicopedagogo dentro dos espaços escolares, porque além de todo suporte preventivo, abranger conhecimentos que proporcionaram o melhoramento dos processos de ensino e aprendizagem. Profissional este, que junto aos demais, vem contemplar as multifaces dos diversos diamantes presentes no contexto educativo que são os alunos. Nesse contexto, ele vem somar conhecimentos com todos os demais envolvidos no processo educativo, ofertando qualidade na educação e uma aprendizagem comunitária.

O papel do neuropsicopedagogo na instituição escolar contribui para que se desenvolvam metodologias que abordam os vários obstáculos para a aprendizagem apresentadas pelos alunos no ambiente escolar, procurando ligar vários elementos deste processo, tais como: pais, professores e colaboradores que juntos desejam uma melhoria significativa no desempenho acadêmico, social e emocional dos alunos.

## **A ATUAÇÃO DA NEUROPSICOPEDAGOGIA NO PROCESSO DE APRENDIZAGEM**

O aprender e o lembrar (memória, atenção, concentração percepção, entre outros) do aluno ocorre no cérebro, porém somente conhecer a estrutura e o funcionamento não basta. A anatomia do cérebro humano é similar entre eles, mas a maneira como se aprende não, porque ao pensarmos na aprendizagem devemos levar em conta as experiências individuais de cada um, e é por meio da neurociência que podemos compreender o estado biopsicossocial do indivíduo. Desta forma direcionando o processo de aprendizagem.

A aprendizagem é uma função íntegra, na qual se correlacionam o corpo, a psique e a mente para que o indivíduo possa apoderar-se da realidade de forma particular.

O cérebro, portanto, não é um sistema de funções fixas e imutáveis, mas um sistema aberto de grande plasticidade, cuja estrutura e modos de funcionamento são moldados ao longo da história da espécie e do desenvolvimento individual. Dadas às imensas possibilidades de realização humana, essa plasticidade é essencial: o cérebro pode servir a novas funções criadas na história do homem. (KOHL, 1993, p. 24)

As semelhanças que se estabelecem entre as funções cerebrais e o comportamento humano são objetos de estudo da Neuropsicopedagogia, que busca entender como se realiza a atividade mental desenvolvida pelos

estímulos externos. Essa concepção não concebe o cérebro como sistema fechado, com funções predefinidas, mas sim o configura como um sistema aberto, com plasticidade funcional que está em constante interação com o meio, adaptando-se a diferentes necessidades, servindo as diversas funções estabelecidas no desenvolvimento humano.

Para neuropsicopedagogia as dimensões que interagem, configurando a aprendizagem do ser humano podem ser classificadas como: orgânica, sociocultural, afetiva e intelectual. Nessa configuração há uma dinâmica de estruturas sensoriais, perceptivas, cognitivas e motoras que coexistem quantitativa e qualitativamente habilitando o sujeito para a aprendizagem. As bases da neuropsicopedagogia são essenciais para se entender a funcionalidade cerebral que efetiva funções com: memória, percepção, discriminação, orientação, motricidade, entre outras (RIECHI, 2002, p. 5)

O profissional da Neuropsicopedagogia tem como princípio compreender as respostas cerebrais que surgem por meio dos estímulos externos, e é responsável pela investigação e integração destes indivíduos com o meio em que estão inseridos, observando seu processo físico, químico e suas respostas.

Nesta atual cenário o neuropsicopedagogo é de grande importância, pois, está assegurando as perspectivas introduzidas em lei trabalhar no cerne cognitivo, no desejo e na vontade de aprender melhorando e ampliando habilidades e talentos latentes, desenvolve o atendimento e avaliação que objetivam identificar as dificuldades que estão prejudicando o aprendizado fluído sem entraves, oferecendo ferramentas de auto superação cognitiva, intelectual e emocional contribuindo com a crescente autoconfiança e motivação para o aprendizado.

Sendo assim intermédia, ajuda e auxilia na motivação da criança ou adolescente para o estudo, através de estímulos e métodos apropriados e personalizados para cada indivíduo respeitando seus modos e canais de aprendizagem e colaborando com a crescente autonomia cognitiva do neuroaprendiz no exercício do pensar, refletir, atentar, memorizar, associar ideias, despertar a curiosidades, a criatividade.

São focos permanentes do trabalho de um profissional da Neuropsicopedagogia que também emprega como recurso principal a realização de entrevista operativas dedicadas a expressão e comportamentos na busca de um diagnóstico.

Este processo consiste em romper de vez com paradigmas tradicionalista, tendo em vista que atualmente temos ferramentas importantes que nos fornece parâmetros para uma educação diferenciada e não excludente que torna a educação no atendimento especializado pragmático e real, afirmando que todos têm direito à educação. E o trabalho do neuropsicopedagogo tem papel fundamental também no auxílio da inclusão de indivíduos com necessidades especiais no espaço escolar.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Através deste assunto abordado neste artigo foi possível identificar que a atuação do neuropsicopedagogo tem um papel simplificador no processo de aprendizagem, visto que possui um conhecimento estruturado sobre a função cerebral, compreendendo como esse funciona, recebe, seleciona, transforma, memoriza, arquiva, processa e elabora todas as sensações captadas pelos estímulos externos do indivíduo.

O profissional em Neuropsicopedagogia possui um conhecimento mais amplo, e abrange a área da neurociência, aprendizado, comportamento, emoções, afetividades entre outros elementos, sendo essencial para a elaboração, planejamento das estratégias e materiais didáticos a servirem de ferramentas para o processo de ensino-aprendizagem.

Dessa forma, torna-se essencial discutir sobre o papel do neuropsicopedagogo e o trabalho do mesmo é fundamental no âmbito escolar, considerando que este profissional é responsável pelo conhecimento do indivíduo como um todo, para desenvolver um trabalho de acompanhamento pedagógico, cognitivo e emocional.

Portanto, é importante ressaltar sobre a prevenção do trabalho do neuropsicopedagogo, este por meio do conhecimento pode assessorar e assegurar o desenvolvimento de cada aluno, pois cada um sente, pensa, anda, aprende, entre outros, de maneiras diferentes, desta forma reconhecendo os aspectos e auxiliando no planejamento escolar, e no avanço ou dificuldade deve ser vista individualmente, esta parceria entre o professor e o neuropsicopedagogo favorecerá a aprendizagem de cada aluno seja ele com necessidades especiais ou normal no espaço escolar.

## **REFERÊNCIAS**

ARRUDA, Marco Antônio; ALMEIDA Mauro de. **Cartilha da inclusão escolar: Inclusão Baseada em Evidências Científicas**. Rio Preto: ABDA, 2014.

BRASIL. **Constituição Federal** (1988). Rio de Janeiro: FAE, 1989.

BRASIL. Ministério Público Federal. Fundação Procurador Pedro Jorge de Melo e Silva. **O acesso de alunos com deficiência às escolas e classe comum da rede regular**. 2ª ed. Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão. Brasília, 2004.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais: introdução aos parâmetros curriculares nacionais/ Secretaria de Educação fundamental**. Brasília: MEC/SEF, 1997. p 107-108.

KOHL, M. Vigotsky; **Aprendizado e desenvolvimento: um processo sócio-histórico**. p. 24. São Paulo: Scipione, 1993.

\_\_\_\_\_. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Brasília: MEC, 1996.

\_\_\_\_\_. **Os direitos das pessoas portadoras de deficiência**. Brasília, Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência – Corde, 1996.

\_\_\_\_\_. **Parâmetros curriculares nacionais: apresentação dos temas transversais, ética/ Secretaria de Educação fundamental**. Brasília: MEC/SEF, 1997. p 25.

ROCHA, Luzimeire Soares. **A IMPORTÂNCIA DA AFETIVIDADE NO PROCESSO DE ENSINO APRENDIZAGEM**. Trabalho de conclusão de curso (Graduação em Pedagogia) – Universidade Norte do Paraná, polo de Vitória da Conquista, 2016.

ROCHA, Luzimeire Soares. **A IMPORTÂNCIA DE SE USAR DO LÚDICO, DA AFETIVIDADE E A HUMANIZAÇÃO NO AMBIENTE HOSPITALAR**. Artigo de conclusão de especialização (Pós-graduação em Pedagogia Hospitalar) – Facon (Faculdade de Conchas), polo de vitória da conquista, 2017.